

JAIR KLEIN

**MEDINDO *QUALIDADE DE VIDA* E DE CONDIÇÕES
PARA VIVER: estudo de caso no Sudoeste do Paraná**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas
Programa de Pós Graduação em
Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Luiz Renato D'Agostini

FLORIANÓPOLIS

2008

KLEIN, Jair

Medindo *Qualidade de Vida* e de Condições para Viver: estudo de caso no Sudoeste do Paraná / Jair Klein. – Florianópolis, 2008.

75 f.

Orientador: Luiz Renato D'Agostini

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Qualidade de vida. 2. Indicador. 3. Condições para Viver

Por que a extensão rural deve ser um processo educativo?

“Para recuperar essa harmonia fundamental que não destrói, que não explora, que não abusa, que não pretende dominar o mundo natural. Mas que deseja conhecê-lo na aceitação e respeito, para que o bem-estar humano se dê no bem-estar da Natureza em que se vive. Para isso é preciso olhar e escutar sem medo de deixar de ser, sem medo de deixar o outro ser em harmonia, sem submissão. Quero um mundo em que respeitemos o mundo natural que nos sustenta, um mundo no qual se desenvolva o que se toma emprestado da natureza para viver. Ao sermos seres vivos, somos seres autônomos, no viver não o somos. Quero um mundo no qual seja abolida a expressão “recurso natural”, no qual reconheçamos que todo processo natural é cíclico e que, se interrompermos seu ciclo se acaba”

fragmentos do livro “Emoções e Linguagem na Educação e na Política” de *Humberto Maturana*.

TERMO DE APROVAÇÃO

JAIR KLEIN

MEDINDO *QUALIDADE DE VIDA* E DE CONDIÇÕES PARA VIVER: estudo de caso no Sudoeste do Paraná

Dissertação aprovada em 20 de Março de 2008, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora.

Prof. Dr. Luiz Renato D'Agostini
Orientador

Prof. Dr. Alfredo Fantini
Coordenador do PGA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alfredo Fantini
CCA/UFSC
Presidente

Prof^a Dra. Maria José Hötzel
CCA/UFSC
Membro

Prof. Dr. Valmir L. Stropasolas
CCA/UFSC
Membro

Ph.D. Odair José Manfroi
NUMAVAM/CCA/UFSC
Membro

Florianópolis, 20 de Março de 2008

*Dedico este trabalho a Dona Romilda Elpidia
Por tudo. Pelas palavras sábias.*

AGRADECIMENTOS

Embora este trabalho de dissertação seja um trabalho individual, há que se ressaltarem as inúmeras contribuições, sugestões, e apoios. É necessário agradecer a cada um e a cada uma que acreditaram nesta possibilidade.

- à Rosângela, minha companheira, parceira, incentivadora, pela tranquilidade transmitida, com quem desejo compartilhar a minha existência;
- aos meus filhos Isadora Fernanda e Bruno Gustavo pela vibração positiva;
- às minhas irmãs Marilena, Marli e meu cunhado Vilson, sobrinha, sobrinhos, tios, pelo apoio e incentivo;
- ao D'Agostini, meu orientador, pelas palavras de incentivo, pela sábia orientação e por tudo que apreendi ouvindo e lendo seus livros, com isso aprendi a admirá-lo e ver o mundo de outra forma;
- ao Odair José do NUMAVAM, um amigo, um incentivador e pela força na leitura e sugestões para a melhoria do texto;
- ao Instituto EMATER pela liberação para que me dedicasse a este importante processo de formação;
- ao Nilton Fritz, pela paciência compreensão e apoio, entendendo que o que fiz aqui pode ser útil no nosso trabalho;
- aos meus colegas do Instituto EMATER, Orley Jair, Erickson, Valdir Koch, João Marchi, Zélia, Liane, Sidney, Sergio, pelo auxílio e profissionalismo ao participarem da elaboração de parte do trabalho de pesquisa;
- ao José Del'Osbell e Alfeu da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste pela atenção e incentivo em todos os momentos da minha ausência;
- aos meus colegas de mestrado, em especial ao Luiz Freitas, Sebastian Elola, Vitor, Julio, Lido, Marcelo Farias, e ao Alexandro, pelo prazer da amizade, as conversas para melhorar o mundo, o futebol, os churrascos, enfim tudo que marcou neste tempo de estudo e que por certo levaremos para a vida;
- à Janete, na secretária do curso sempre atenciosa, sorridente, cordial, lembrando a todos dos compromissos com o PGA;
- aos professores e funcionários do CCA;
- à todos os agricultores familiares de São Jorge D'Oeste que participaram deste trabalho, aos diretores da CRE\$OL, CLAF, COOPAFI, e CAJOR, minha eterna gratidão;
- e a todos que, incentivaram, acreditaram e que de uma forma ou outra tornaram possível esta empreitada.

Lista de Quadros

Quadro 01 – Relação dos principais Programas e Projetos Desenvolvidos pela ACARPA/EMATER 1960 – 2007.....	25
Quadro 02 – Produção de hortaliças e frutas orgânicas em São Jorge D'Oeste em 2006, dos agricultores associados da AORSA.....	38
Quadro 03 – Categorias de situações de aspecto/variáveis relevantes para a caracterização das condições para viver no espaço rural do Município de São Jorge D'Oeste e da qualidade de vida manifestada.....	43

Lista de Figuras

- Figura 01 – (A) Inserção do município de São Jorge D’Oeste na microregião homogênea de Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná; (B) Uso do solo (SOS Mata Atlântica) e localização das comunidades (1-9) no município de São Jorge D’Oeste onde estão inseridas as propriedades orgânicas alvo do estudo.....35
- Figura 02 - Gráfico de dispersão entre as notas atribuídas a uma dada variável pelo técnico e agricultor. (Nota: (A) Agricultores/Variáveis sociais (n=140); (B) Agricultores/Variáveis ambientais (n=140); e (C) Agricultores/Variáveis econômicas (n=140).).....48
- Figura 03 - Relação entre a média das notas atribuídas por um dado agricultor e técnico (n=14) aos 7 aspectos de uma dimensão com as notas médias atribuídas aos 7 aspectos das outras duas dimensões, ou seja, relação entre as colunas “Méd.” da Tabela 3.....50
- Figura 04 - Relação entre os indicadores baseados nos questionários respondidos pelos agricultores (eixo horizontal) e pelo técnico. A linha tracejada representa equivalência entre as avaliações do técnico e dos agricultores.....53
- Figura 05 - Comparação dos indicadores baseados nos resultados dos questionários.....56
- Figura 06 - Comparação do IQV e IQCV para todos os 20 agricultores pesquisados.....57
- Figura 07 - Comparativo de resultados obtidos IQCV e IQV das três comunidades com maior número de agricultores pesquisados. Nossa Senhora do Carmo (6), Linha Gaúcha (4) e Nossa Senhora Consoladora (3).....66

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Média aritmética (NA e NT), diferença das médias (NT-NA) e desvio padrão das notas (n=20) atribuídas aos diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais abordados nos questionários, pelos agricultores (NA) e pelos técnicos (NT).....	48
Tabela 02 - Média das notas atribuídas aos aspectos analisadas (n=7) em cada dimensão por um dado agricultor (NA) e pelo técnico (NT)	50
Tabela 03 - Indicadores das condições ambiental (ICA), social (ICS) e econômica (ICE) que resultam no Indicador de Qualidade de Condições para Viver (IQCV); e indicadores do grau de satisfação ambiental (ISA), social (ISS) e econômica (ISE) que resultam no Indicador de Qualidade de Vida (IQV) dos agricultores pesquisados.....	61

ABSTRACT	12
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 A questão	12
1.2 Contexto da Problemática.....	14
2 A QUALIDADE DE VIDA COMO PROPOSTAS DE PROGRAMAS DE GOVERNO...22	
2.1 Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas (PMISA).....	27
2.2 Programa Paraná Rural.....	27
2.3 Programa Paraná 12 Meses	29
2.4 Projeto Paraná Biodiversidade.....	29
3 O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS	31
3.1 O Território do PROCAXIAS	31
3.2 A agricultura orgânica no município de São Jorge D'Oeste, PR	34
3.3 Central de Associações de Produtores Rurais de São Jorge D'Oeste - CAJOR.....	39
3.4 A Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste (.....	40
AORSA)	40
4 METODOLOGIA.....	42
4.1 Primeira etapa – formulação do questionário	42
4.2 Segunda etapa – aplicação do questionário	44
4.3 Terceira etapa – Análise dos questionários	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
5.1 Análise exploratória dos dados.....	47
5.2 Aplicação dos indicadores IQV e IQCV	51
5.3 A importância dos aspectos/variáveis.....	57
5.4 Análise dos resultados após aplicação do instrumental.....	59
5.5 Análise do conteúdo do instrumento e forma de aplicação.....	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	68
6.1 Implicações para a extensão rural.....	71
7 REFERÊNCIAS	74
ANEXO A: INSTRUMENTO METODOLÓGICO	79
ANEXO B: INSTRUMENTO/QUESTIONÁRIO.....	91
ANEXO C: DESCRIÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES (PRODUTORES ORGÂNICOS) PESQUISADOS	92
ANEXO D: DADOS/NOTAS RESULTANTES DA APLICAÇÃO NO CAMPO DOS QUESTIONÁRIOS	114

RESUMO

Qualidade de vida e qualidade das condições para se viver são noções diferentes, mas implicitamente distinguidas. É necessário poder distinguir e avaliar o estado de condições disponíveis e a satisfação em deles dispor. Este trabalho quantificou o grau de satisfação de agricultores familiares (produtores orgânicos) em relação ao que eles consideram ser qualidade de vida, bem como verificou, através da opinião de técnicos e agentes de desenvolvimento, quais são, objetivamente, as condições para um viver melhor no local objeto deste estudo. A investigação foi realizada no município de São Jorge D'Oeste, PR, Sudoeste do Paraná. Neste município existem inúmeras organizações da agricultura familiar, que demandam recursos de programas de estado. O método utilizado neste estudo se revelou útil na análise de políticas públicas implementadas em diferentes regiões do estado por considerar na elaboração do instrumento de pesquisa questões locais e suas especificidades. Para tanto foi aplicada a metodologia descrita em **Quality of life and quality of living conditions in rural areas: distinctively perceived and quantitatively distinguished (IQV e IQCV)**. O método se revela importante instrumento para monitorar a efetividade de programas institucionais. Nesse caso estudamos o grau de satisfação de um grupo de agricultores beneficiários do Programa Paraná Biodiversidade, contemplados com recursos para ampliar a produção de frutas e hortaliças orgânicas em ambientes protegidos. Especificamente em relação às condições avaliadas, o olhar do técnico que promove as melhorias e a satisfação subjetivamente manifestada são satisfatoriamente aproximadas.

Palavras-chave: indicador de qualidade de vida; indicador de qualidade de condições para viver; agricultura orgânica; programa e ações públicas.

ABSTRACT

Quality of life and quality of the conditions for living are different notions, but implicitly distinguished. It is necessary to distinguish and assess the state of conditions available and the satisfaction to dispose them. This study quantified the degree of satisfaction of family farmers (organic producers) for what they consider to be quality of life, and verified as well, by the view of technical and development agents, which are, objectively, the conditions for a better life on the locality, object of this study. The research was conducted in the municipality of São Jorge D'Oeste, PR, southwest of Parana state. In this city there are many organizations of family farming, which demand resources from state programs. The method applied in this study has proved to be useful in the analysis of public policies implemented in different regions of the state by considering in the working up of a research tool, local issues and its specificities. For this was applied the methodology described in **Quality of life and quality of living conditions in rural areas: distinctively perceived quantitatively and distinguished (IQV and IQCV)**. The method reveals itself as an important instrument for monitoring the effectiveness of institutional programs. In this case we studied the degree of satisfaction of a group of farmers benefiting from the Parana Biodiversity Program, contemplated with resources to expand the production of organic fruit and vegetables in protected environments. Specifically in regard to the conditions evaluated, the technician observation that promotes the improvements and the satisfaction subjectively expressed are satisfactorily approximate.

Keywords: quality of life indicator; quality of living conditions indicator ; organic agriculture; programs and public actions.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A questão

O ser humano é um ser que permanece inconformado: traz em sua natureza aspirações por melhorar seu *modo de vida*. Para isso, mobiliza suas energias em ações que proporcionem alterações positivas nas condições para viver no âmbito da família, da sua unidade produtiva e da comunidade.

As mudanças de hábitos nas práticas, na forma de prover e manter as famílias, a elevação no nível de escolarização no campo, a evolução nos sistemas de comunicação e o acesso a serviços de saúde trouxeram, certamente, melhorias nas condições de vida dos agricultores do Paraná. Isso não significa, porém, que a satisfação dos agricultores em viver essas condições tenha aumentado na mesma proporção.

É necessário, assim, que se possa distinguir o medir a qualidade das condições para viver do medir a satisfação dos agricultores em viver essas condições. Somente assim se poderá saber se os programas e ações voltadas às melhorias no meio rural têm efeitos de fato coerentes com os seus objetivos: melhorar a *qualidade de vida*.

São muitas as ações de intervenção no espaço rural que são implementadas visando melhorar as condições para os agricultores viverem. Nos anos 1980 o Governo do Paraná, através de convênios com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), implementou o Programa Paraná Rural. Tratava-se de um programa de cunho produtivista e com enfoque na conservação do meio natural, mas serviu para os interventores aprenderem o que se deve fazer para melhorar as condições que justificam a intervenção.

De 1987 a 2005 esteve em vigência o Programa Paraná 12 Meses, com objetivo central de combater a pobreza no meio rural e possibilitar a elevação da renda das famílias de agricultores beneficiárias do programa.

A partir de 2003 foi implementado o Programa Paraná Biodiversidade cujos objetivos revelam uma maior abrangência conceitual, que se mostra limitado em abrangência espacial, uma vez que está presente somente em 63 municípios de três regiões do Paraná, consideradas corredores da biodiversidade.

A existência desses programas, por si só, não resolveu, como de fato não poderia resolver, muitos dos problemas existentes no espaço rural. Criar condições para um melhor viver não garante que todas as famílias que fazem parte de uma microbracia ou de uma comunidade, de fato se sintam vivendo melhor.

Ao se observar a dinâmica do viver de agricultores emerge a necessidade de questionar, assim como de analisar os objetivos da intervenção do Estado na própria dinâmica do meio rural. Agricultores familiares são levados a mudar hábitos antigos, como aqueles herdados dos antepassados, através dos quais se produziam praticamente todos os alimentos necessários à manutenção da família, na própria unidade produtiva.

Muitos supõem que o incentivo à produção orgânica possa resgatar estes costumes salutarres, mas talvez não estejam suficientemente entendidas as diferenças entre produzir o que constitui melhores condições para viver, e satisfação em viver as condições que são promovidas.

A atenção para com a dinâmica rural e fenômenos a ela relacionados têm aumentado nos últimos anos em diferentes segmentos sociais, governamentais ou não, especialmente na busca de soluções e de formas de compreendê-los, registrá-los e socializá-los qualitativa e quantitativamente.

Os bem-intencionados programas proporcionam *perturbações* no espaço rural, objetivando melhorias na qualidade de vida, mas somente podem promover melhorias nas condições para viver. Distinguir e medir incrementos na melhoria da qualidade de condições para se viver e na satisfação em viver constitui o objeto deste estudo, possibilitando monitorar e quantificar ações implementadas.

Esta pesquisa, assim, quantifica o grau de satisfação de agricultores familiares orgânicos em relação ao que eles consideram ser qualidade de vida, bem como verifica, através da opinião de técnicos e agentes de desenvolvimento, quais são, objetivamente, as condições para um viver melhor no local estudado.

Para tanto é utilizada a metodologia em desenvolvimento no âmbito do Núcleo de Estudos e Monitoramento e Avaliação Ambiental (NUMAVAM). Esta metodologia encontra-se descrita em um texto intitulado *Qualidade das Condições para Viver e Qualidade de Vida no Rural: Percebidas Distintas e Quantitativamente Distinguidas*. (D'AGOSTINI; FANTINI, 2008) (**Anexo 1**).

O uso desta metodologia nos possibilita medir o grau de satisfação de agricultores familiares orgânicos que foram beneficiados com recursos de programas públicos, e verificar se as melhorias decorrentes dessa intervenção estão alterando as condições para um viver melhor, coerentemente como o que é percebido pelos diretamente envolvidos.

Neste estudo não existe propriamente uma hipótese, mas uma possibilidade, a saber: a qualidade das condições para se viver e a satisfação em vivê-las são conceitualmente distintas e podem ser diferenciadas em graus.

Para tanto foi necessário:

- a) Distinguir e quantitativamente medir distanciamentos entre a qualidade de condições para se viver e a satisfação em viver as condições de agricultores orgânicos no espaço rural do município de São Jorge D'Oeste – PR.
- b) Aplicar um instrumental metodológico que possibilita obter um Indicador da Qualidade das Condições para se Viver (IQCv), e um Indicador da Qualidade de Vida (IQV).
- c) Identificar instrumentos para monitoramento e avaliação de ações de políticas públicas que objetivam melhorar as condições de viver nas comunidades rurais.
- d) Desenvolver procedimentos que possam mostrar aos responsáveis por definições de políticas públicas quais as ações devem ser implementadas.

O estudo foi efetivado no primeiro semestre de 2007, no município de São Jorge D'Oeste, pertencente à região administrativa do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná. A opção por esse município decorre de razões de logística e do convívio do autor com os agricultores familiares dessa localidade. O município de São Jorge D'Oeste está incluso à área do Programa Paraná Biodiversidade e no corredor de Biodiversidade Rio Iguaçu o qual é composto de 26 municípios, sendo sete do Sudoeste do Paraná e dezenove do Oeste do Paraná. Para referência geográfica, o Parque Nacional do Iguaçu, Reserva do Patrimônio Natural, faz parte da área de abrangência do corredor de Biodiversidade Rio Iguaçu.

1.2 Contexto da Problemática.

O estudo envolveu agricultores familiares que optaram por trabalhar em suas unidades mudando o modo de vida, convertendo as propriedades para a busca da sustentabilidade ambiental do sistema. São os agricultores que utilizam, em seu processo produtivo, práticas e procedimentos que incluem o uso de recursos produzidos internamente na unidade o que permite a redução da importação de insumos. A este processo produtivo, denominou-se de agricultura orgânica; quanto aos agricultores que utilizam este modelo tecnológico, são considerados, no âmbito do município, como agricultores orgânicos.

A agricultura orgânica é um modelo tecnológico de produção agrícola que evita ou restringe o uso de agrotóxicos e fertilizantes de síntese química, reguladores de crescimento e aditivos para alimentação animal, obtidos sinteticamente, e utilizam variedades vegetais resistentes, controle biológico de pragas e doenças, rotações e diversificação de culturas, manejo ecologicamente seguro para animais e práticas recomendadas de conservação dos solos e água (ASSIS; AREZZO, 1997).

O termo orgânico é associado a organismo, significando que todas as atividades de uma propriedade agrícola (hortas, pomares, criações, etc.) são partes integrantes de um corpo dinâmico. A prática da agricultura orgânica busca através de uma visão holística da agricultura promover a intensificação dos processos naturais para incrementar a produção (ASSIS; AREZZO, 1997).

São os *agricultores familiares* que buscam, de forma organizada em associações ou cooperativas, se inserir na discussão do *desenvolvimento local*, objetivando a melhoria da *qualidade de vida* de suas famílias. O *desenvolvimento local* é uma temática que vem ganhando relevância, suscitando discussões, reflexões e novas práticas e posturas no processo de desenvolvimento em todo o mundo. O local (re)surge impulsionado pela globalização, que se nutre das especificidades locais, apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios locais a partir de suas potencialidades e identidades. A hegemonização das políticas neoliberais e a emergência de um novo paradigma de acumulação muitas vezes encontrou na escala local a flexibilidade necessária para sua reprodução.

A caracterização deste grupo de estudo como *agricultores familiares* deve ser utilizada pela definição (mesmo que não consensual) jurídica que até aqui alcançou, isto é, conforme os conteúdos atribuídos por definições politicamente construídas por negociações de interesses e conquistas relativas cristalizadas no texto instituidor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996).

Modelo de organização da produção agropecuária onde predomina a integração entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

Alguns outros aspectos valorizados na caracterização da agricultura família são: ênfase na diversificação, durabilidade dos **recursos**¹ e na qualidade de vida.

Para atingir seus objetivos de inserção social, os agricultores familiares orgânicos de São Jorge D'Oeste construíram um projeto de organização e de mudança social inspirado no associativismo.

Para Neves (1997), p. 38

o fundamento dessa ação coletiva tem sido a adesão a certa visão de mudança de lugar que determinados atores devem alcançar na sociedade. Este alcance está condicionado à capacidade de agregação dos agentes voltados à mobilização necessária à mudança da posição em que se encontra. Por isso, o princípio de pertencimento, fundamental ao jargão *unidos venceremos*, passa a ser fundamental para o funcionamento das organizações associativas. A legitimidade dos agricultores

¹ Quero um mundo no qual seja abolida a expressão “recurso natural” no qual reconhecemos que todo processo natural é cíclico e que, se interrompermos seu ciclo se acaba” fragmentos do livro “Emoções e Linguagem na Educação e na Política” de Humberto Maturana.

para realizar tais mudanças se baseia em sua integração à cultura da associação. Em consequência, espera-se que os associados se submetam a uma conversão de sentido sócio-cultural e a ritos de integração e de participação, em momentos-chave da vida associativa.

Associações, no conceito sistêmico, são sistemas sócio-técnicos que pertencem aos sistemas sociais complexos (LUHMANN, 1984). São sistemas parcialmente fechados e dinâmicos. A fundação de uma associação parte de um objetivo comum, mas uma vez institucionalizadas, elas constroem uma *realidade material e imaterial própria* por meio de sua estrutura material e dos seus integrantes. Essa realidade própria caracteriza-se pela forte tendência de perpetuar e reproduzir-se, incluindo novos integrantes.

Ao se associarem, os agricultores objetivam mudança social, ou seja, a passagem de um estado inicial visto como não desejado, para um estado idealizado com melhor qualidade de vida.

O ritual de participação associativa possibilita maior visibilidade de seus propósitos, materializado na participação em fórum que discute localmente o *desenvolvimento*, que visa em última instância à obtenção da melhoria das condições para se viver.

Desenvolvimento é um processo de aprimoramento (gradativo ou por bruscas rupturas) das condições gerais de viver em sociedade em nome de uma maior felicidade individual e coletiva. É um movimento sem fim, quer dizer, sem “estágio final” ou mesmo direção concreta pré-determinada ou previsível, quer dizer, que não poderá jamais ser declarado como “acabado”. Mas, como chama atenção Souza (1997), sujeito a retrocessos, em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para os seus membros.

Desenvolvimento é um conceito que, conforme quem o utilize, tem um significado próprio. Local, por sua vez, é um espaço que pode ser definido com uma comunidade, município ou região. Desenvolvimento local pode ter muitas definições as quais fundamentalmente, devem primar pela melhoria da *qualidade de vida* nos diferentes ecossistemas, compostos pelo meio natural e pela sociedade humana que com ele se relaciona.

Atualmente o debate em torno do desenvolvimento sustentável prioriza a inclusão de amplas camadas da população. Para Van Bellen (2004), o imperativo econômico convencional, maximização da produção econômica, deve ser restringida em favor dos imperativos sociais (minimização do sofrimento atual e futuro) e ecológicos (de proteção da esfera). O desenvolvimento sustentável depende então de reduzir a destruição ecológica, principalmente através de trocas de energia e matéria-prima dentro da economia. Sustentabilidade deve pressupor a desmaterialização da economia e o aumento da *qualidade*

de vida, principalmente para a maioria mais pobre do mundo. Portanto, meio ambiente e equidade são fatores explícitos dentro da questão do desenvolvimento.

A sustentabilidade requer um padrão de vida dentro de limites impostos pela natureza. Deve-se viver dentro da capacidade do capital natural, saindo desse modelo que entende ser um processo sem fim de exploração dos meios.

Para entender esse processo (movimento sem fim) percebe-se que estão envolvidos neste estudo conceitos de *qualidade de vida* e *condições para se viver*: conceitos associados, mas distintos. Torna-se importante aprofundar e compreender definições e conceitos.

Lyndon Johnson, ex-presidente dos Estados Unidos, foi o primeiro notável a empregar a expressão *qualidade de vida*, ao declarar, em 1964, que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da *qualidade de vida* que proporcionam às pessoas” (FLECK et al, 1999).

O conceito *qualidade de vida* (QV) é um termo utilizado em duas vertentes: (1) na linguagem cotidiana, por pessoas da população em geral, jornalistas, políticos, profissionais de diversas áreas e gestores ligados às políticas públicas; (2) no contexto da pesquisa científica, em diferentes campos do saber, como economia, sociologia, educação, saúde (medicina, enfermagem), psicologia, antropologia, filosofia e muitos outros.

Trata-se, portanto, de um construto eminentemente interdisciplinar, o que implica nesta contribuição de diferentes áreas do conhecimento para o seu aprimoramento conceitual e metodológico. Dois aspectos da *qualidade de vida* emergem no plano conceitual: subjetividade e multifuncionalidade (possíveis de serem utilizados para definir diversas situações, e funções).

Muitos estudos enfatizam a natureza subjetiva e individualizada do conceito *qualidade de vida*. O interesse neste conceito assim como no de “*padrão de vida*” inicialmente foi demonstrado por cientistas sociais, filósofos e políticos, pois estava muito ligado à diminuição da mortalidade ou ao aumento da expectativa de vida. Posteriormente foram-se acrescentando outros parâmetros, como os apresentados e discutidos neste trabalho.

Entendo que, *Qualidade de vida* é a percepção do indivíduo, tanto de sua posição na vida, no contexto da cultura e nos sistemas de valores nos quais se insere, como em relação aos seus objetivos e expectativas, padrões e preocupações. É um amplo conceito, afetado de modo complexo pela saúde física do indivíduo, pelo seu estado psicológico, emocional e mental, por suas relações sociais (a vida no trabalho, familiar, e na sociedade), por seu nível de independência e pelas relações com as características mais relevantes do seu meio.

O conceito *qualidade de vida* compreende uma série de variáveis: a satisfação das necessidades biológicas, a conservação do equilíbrio, um ambiente propício à segurança pessoal, o desenvolvimento cultural e um ambiente social que possibilite a comunicação entre os seres humanos, base para a estabilidade psicológica e a criatividade (MAYA, 1984).

Nessa maneira de perceber o meio, Mello (1995) afirma que a *qualidade de vida* não é um índice construído a partir do cruzamento de elementos do quadro físico, econômico e humano. Não é apenas uma noção abstrata. Ela guarda subjetividades que superam a permanente necessidade de interação homem-natureza. O modelo defendido por agentes da extensão, até hoje preconizou os resultados físicos, através do enfoque centrado no progresso técnico, ligado intimamente ao mercado. Por trás disso, tinha-se uma idéia de desenvolvimento, com um viés econômico, sem nenhum processo de consertação. O Professor Lauro Mattei afirmou em palestra em 28/02/2008 no Seminário de Extensão Rural da Região Sul: “para que isso mude, tem que mudar o critério de mensuração de ações e programas do Estado. Pois se fazia em anos recentes e se fazem avaliações, medições, somente nos critérios econômicos. Hoje se procura incorporar dimensões sociais, ambientais além do econômico”. Entendo que uma avaliação mais abrangente possibilita uma melhor compreensão dos impactos das ações implementadas pela extensão rural.

Muitos aspectos influem na *qualidade de vida*, sejam eles biológicos (nutricionais, metabólicos, energéticos), psicológicos (subjetivos ou ligados às vivências, convivências, experiências), ou sociais (ligados ao tempo, ao lugar e à cultura).

Meeberg (1993) diz que na literatura, quatro atributos críticos de *qualidade de vida* são evidentes

- a) um sentimento de satisfação de uma pessoa com a própria vida em geral, e com as pessoas que a cercam;
- b) uma capacidade mental da pessoa de avaliar sua própria vida como satisfatória, em equilíbrio;
- c) um estado aceitável de saúde física, mental social e emocional, determinado pelo próprio indivíduo;
- d) uma avaliação objetiva feita por outro, que às condições de vida da pessoa é adequada e não ameaçadoras à vida em outros.

Pela relevância do tema, estudos sobre qualidade de vida e/ou condições de vida das famílias com vínculo total ou parcial na agricultura foram elaborados por Balsadi (2006); Barreto; Kageyama e Hoffmann (2000); Kageyama (1999); e Kageyama e Rehder (1993); Khan e Lima (2005); Leone (1995); Medeiros e Campos (2002); Nascimento (2005).

Estes estudos produziram indicadores. Um dos estudos pioneiros na construção de índices sintéticos foi o de Kageyama e Rehder (1993). Os autores propuseram o Índice de Bem-Estar Social Rural (IBES) para mensurar o bem-estar rural nas diferentes regiões do Brasil.

Para verificar se assentamentos de Reforma Agrária no interior do Ceará estavam contribuindo com a melhoria das condições de vida das localidades, Barreto, Khan e Lima (2005) criaram o Índice de Sustentabilidade (IS). O IS era montado num amplo grupo de indicadores nos temas: educação, saúde, habitação, renda, lazer, aspectos sanitários, capital social e meio ambiente. O IS era composto de três índices intermediários: Índice de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES); Índice de Capital Social (ICS); e Índice Ambiental (IA).

Para analisar a evolução das condições de vida das famílias dos empregados agrícolas no período de 1994-2004, com base num índice sintético, Balsadi e Gomes (2007) criaram o Índice de Condições de Vida (ICV). Este índice é calculado através da seleção de 17 indicadores selecionados, captando quatro dimensões que influenciam o cotidiano das famílias: as características do domicílio; o acesso a serviços públicos; o acesso a bens duráveis; e a renda média familiar.

Também é possível utilizar diversos instrumentos (questionários) como o que foi desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para aferir *qualidade de vida*. Trata-se do World Health Organization Quality of Life (WHOQOL), que possui duas versões validadas para o português: o WHOQOL-100 (composto por 100 questões) e o WHOQOL-Breve (composto por 26 questões). O WHOQOL-100 é composto por seis domínios: o físico, o psicológico, o do nível de independência, o das relações sociais, o do meio ambiente e o dos aspectos religiosos. O WHOQOL-Breve é composto por quatro domínios: o físico, o psicológico, o das relações sociais e o do meio ambiente.

Ao utilizar-se um instrumento desses, pode-se inferir sobre a qualidade de vida num determinado local. “*Qualidade de vida* é, assim, um conjunto de condições objetivas presentes em uma determinada área, e a atitude subjetiva dos indivíduos moradores nessa área, frente a essas condições” (Hornback et al. 1974, grifo nosso).

Já para Gallopin (1981),

Qualidade de vida é a resultante da saúde de uma pessoa (avaliada objetiva ou intersubjetivamente) e do sentimento (subjetivo) da satisfação. A saúde depende dos processos internos de uma pessoa e do grau de cobertura de suas necessidades, e a satisfação depende dos processos internos e do grau de cobertura dos desejos e aspirações.

A qualidade de vida se liga às escolhas que são feitas na construção do agora (presente) e do amanhã (futuro). Esse processo de construção é, no entanto, feito também pelas escolhas para o coletivo, para um grupo, um bairro, uma comunidade, uma cidade, uma nação. Referem-se, portanto, também às escolhas de políticas públicas.

Diante das possibilidades da vida dita moderna e sua dinâmica, que inclui muitas informações, novos conhecimentos, aparelhos, instrumentos, e equipamentos, as escolhas individuais sofrem interferências, muitas delas visando ao lucro, as quais fazem com que a qualidade de vida não seja ponderada de forma adequada. Criam-se necessidades duvidosas. Os interesses e poderes ofertam qualidades duvidosas no preparo das pessoas, para que estas façam suas escolhas de forma consciente, e condizente com a construção da boa qualidade de vida presente e futura.

Os agentes de desenvolvimento, que atuam como mediadores entre políticas públicas que visam levar melhores condições para se viver em comunidades, podem, nesse processo, interferir de modo impositivo, fazendo valer a sua vontade.

Faz-se, assim, uma adequação da vontade da qualidade de vida de poucos sobre a qualidade de vida de muitos. A imagem que cada qual faz de si nesse processo manipulado, maquiado, disfarçado, se traduz em desequilíbrios, patologias individuais, sociais, culturais e em transtornos multifacetados. Os caminhos trilhados devem oferecer referências para os novos rumos, com elaboração de planos que, visando favorecer as melhorias na qualidade de vida, não fiquem à mercê de interferências momentâneas de grupos que chegam ao “poder”, de programas de governo, de políticas públicas descontínuas. Assim sendo, parece que se carece de visão ampliada dos poderes constituídos (legislativo, executivo e judiciário).

Para melhor compreender essas interferências, as perturbações causadas no ambiente por aqueles que buscam levar condições para se viver com melhor qualidade a um público definido como agricultores familiares, necessário se faz entender o significado do conceito *qualidade de vida*.

O interesse crescente pelo construto *qualidade de vida* pode ser exemplificado, ainda, por indicadores de produção de conhecimento, associados aos esforços de integração e de intercâmbio de pesquisadores e de profissionais interessados no tema. Pode-se mencionar o surgimento do periódico *Quality of Life Research*, editado a partir do início dos anos 1990 pela *International Society for Quality of Life Research* (<http://www.isoqol.org>), reunindo trabalhos científicos sobre QV de diferentes áreas do conhecimento.

Pode-se inferir sobre a *qualidade de vida* numa determinada comunidade, através da avaliação do IDH local, comparativamente a locais mais desenvolvidos. O **Índice de**

Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em seu relatório anual.

É preciso se analisar com critérios confiáveis, programas e projetos que se propõem a beneficiar a qualidade de vida da população, levando condições para se viver com qualidade, porém verificando sua necessidade e eficácia, com as adequações necessárias, e promovendo melhorias às medidas implementadas.

2 A QUALIDADE DE VIDA COMO PROPOSTAS DE PROGRAMAS DE GOVERNO

O que faz o Estado ao programar ações, através de suas organizações ou instâncias, são políticas de estado/públicas, as quais permitem realizar intervenções sobre as dinâmicas econômicas e sociais que resultam em mudanças para os atores e instituições envolvidas.

Políticas públicas é o conjunto de programas de ação governamental com a finalidade de racionalizar os meios à disposição do Estado e as atividades do setor privado, para atingir objetivos socialmente relevantes e que foram politicamente determinados (BUCCI, 2002).

Ao se referir às ações governamentais usando os termos programa ou políticas públicas, devem-se considerar as diferenças de concepção e semântica. Programa se refere às ações limitadas no tempo, com meios e objetivos bem definidos. Políticas públicas se referem a uma complexidade de programas e procedimentos que tem o mesmo objetivo geral. É, portanto, uma ação governamental em um setor da sociedade situado em determinado espaço geográfico (MULLER, 2003).

Política pública tem um público definido, como grupos e organizações cuja realidade é afetada pelas ações que, obrigatoriamente, têm objetivos a alcançar. Neste trabalho, apresenta-se um instrumental que possibilita analisar o alcance destas ações.

Ao planejar ações para o espaço rural, o governo visa a intervir nesse meio criando condições para que as populações que ali vivem possam ter melhor qualidade de vida. Poucos governantes de fato percebem que, ao mobilizar seus técnicos para resolver questões demandadas pelas populações rurais, somente podem criar condições para que essas populações tenham melhores condições para viver.

O Estado, através de seus agentes, programa políticas de “estado”, com as quais se pretende levar o desenvolvimento rural. Os programas implementados, para serem políticas públicas emancipatórias, devem: a) estabelecer um processo de negociação entre todos os envolvidos; b) estabelecer uma pactuação entre as diferentes forças antagônicas envolvidas; c) construir um processo de participação e envolvimento das comunidades e dos beneficiários. Para ser política pública é necessário que se tenha o agricultor como beneficiário de programas, como figura determinante na definição do que é melhor para sua vida e para tê-la com qualidade.

Ao se analisar os diversos programas de governo implementados no campo pelo Instituto Emater-Paraná², percebe-se colocada de forma explícita, ou mesmo implícita, a questão

² O serviço de Extensão Rural no Paraná foi criado em 20 de maio de 1956 como ETA Projeto 15 –Escritório Técnico de Agricultura, que em 1959 transforma-se em Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) que em 1978 reestruturada passa a chamar-se Empresa Paranaense de

da melhoria das condições de vida do espaço rural. Mesmo quando se fala em *desenvolvimento* (de regiões, territórios), este preconiza a busca de melhores condições de vida às populações de um determinado meio.

Ao mobilizar os atores de comunidades para que de forma endógena possam fazer emergir avanços, o Instituto Emater está buscando o:

*Desenvolvimento como: um processo por meio do qual os membros de uma sociedade incrementam suas capacidades pessoais e institucionais para mobilizar e maximizar recursos para produzir sustentabilidade e distribuir, com justiça, estes incrementos em suas **qualidades de vida**, coerentemente com suas próprias aspirações (KORTEN, 1990).*

A extensão rural no Paraná, com foco no desenvolvimento rural, foi protagonista do processo modernizador³ da agricultura que transformou o estado, de produtor de café, erva-mate e madeira, para alcançar, em alguns setores uma agricultura de alta competitividade.

Em outras regiões com menor intensidade de participação no processo por causa de solos inadequados para a mecanização, ou mesmo de menor fertilidade, encontram-se hoje populações empobrecidas trabalhando a agricultura de forma tradicional.

Com o avanço do processo modernizador da agricultura no Paraná, houve e há expansão das culturas anuais, e por isso aumenta a erosão em decorrência do mau uso dos solos. Em razão desse processo de degradação, em 1970 criou-se o Projeto Noroeste, com recursos do Governo do Estado, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1973 este projeto atingiu 153 municípios e 67.445 km².

Para permitir uma melhor compreensão do processo de intervenção e, ainda, objetivando o desenvolvimento e a implantação de tecnologias de forma integrada, optou-se por adotar como unidade de trabalho a microbacia hidrográfica. Os técnicos mentores do Projeto Noroeste selecionaram, para iniciar os trabalhos, as microbacias do Ribeirão do Rato, no município de Rondon (em 1974), Ribeirão Caxias, nos municípios de Floresta e Ivaituba, e Ribeirão 22, no município de Paranaíba (em 1978) como áreas piloto. Projeto Paraná Rural (em 1997).

Em 1975 o governo federal lançou o Programa Nacional de Conservação do Solo (PNCS), pela Lei n.º 6.225, de 14 de julho. O Governo do Paraná, em 1977, criou o Programa Integrado de Conservação do Solo (PROICS), com meta de *melhorar práticas de conservação* em 2,3 milhões de hectares. Os agricultores, ao acessar o crédito rural e o Programa de Garantia

Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em 2005 transformada em Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural.

³ Em nível mundial, este processo foi chamado de “Revolução Verde” e teve amplo apoio de agências internacionais como USAID, FAO, Fundação Rockfeller, Ford e Kellogg.

da Atividade Agropecuária (Proagro), por força da lei, previamente deveriam ter adotado o sistema de conservação.

O PROICS também foi um grande programa, executado em parceria com diversas instituições, e atingiu no período de 1975 a 1980, 2,5 milhões de hectares em terraceamento e plantio em nível.

Na evolução dessas ações, cujo objetivo dito foi o de levar ao campo melhorias nas condições de vida dos agricultores, surge em 1980 o Pronoroeste: um desdobramento das experiências na região do arenito e no Projeto Noroeste. Este programa foi financiado pela Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul (SUDESUL), Ministério da Agricultura e governo estadual, e atingiu 87 municípios.

Essas experiências levaram à criação do Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas (PMISA), no ano de 1982, originário da experiência em planejamento integrado em microbacias hidrográficas⁴, com implantação dos trabalhos nas bacias-piloto em Campo Mourão (1980) e Nova Santa Rosa (1981/1982).

Ao longo da história da ação da extensão rural no Paraná, inúmeros programas e projetos foram implementados com a finalidade de mudar a realidade em que viviam os agricultores muitos dos quais apresentavam momentos de avaliação das ações implementadas; por outro lado, para inúmeros outros não há registro de avaliações dos impactos causados no público a que se destinavam.

É necessário que se conheçam as ações levadas a campo, e os programas implementados, conforme Quadro 1, para se avaliar o que foi executado com a finalidade de levar mudanças na realidade das comunidades. Importa saber se aquele que foi alvo da ação entende como algo que trouxe melhorias no seu viver. Estão apontadas no Quadro 1, portanto, numerosas tentativas de intervenção no meio rural paranaense, objetivando sempre causar mudanças, numa realidade vista como necessária de ser alterada pelos que planejam ações do Estado são programas e ações que compuseram políticas públicas em diferentes momentos históricos do Paraná.

Ao se discorrer sobre os programas que foram mais relevantes para levar mudanças ao setor rural, constata-se que estes são monitorados pelos gestores e por técnicos da Secretária de Planejamento do Governo do Estado do Paraná. Os projetos trabalhados são financiados ou com recursos de doações de organismos internacionais do tipo Banco Internacional para Reconstrução

⁴ Microbacia hidrográfica são definidas como uma área geográfica compreendida entre um fundo de vale (rio, riacho, sanga, várzea) e os espigões (divisores de água) que delimitam os pontos pelos quais toda a água das chuvas corre para esse fundo de vale. (EMATER, 1982, p.28).

e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), e outros.

1962	- Início da atuação em cooperativismo
1964	- Início do trabalho em crédito rural supervisionado e orientado
1966	- Início das atividades na erradicação de cafezais em convênio com IBC - Intensificação das atividades em cooperativismo
1966-1968	- Atuação em Sindicalismo Rural, em convênio com a FAEP
1970	- Projeto Fundiário Três Capões, em Guarapuava
1973	- Implantação do Projeto de Fomento Agrícola, "Programa Corredores de Exportação", convênio entre governo federal e OIC
1975	- Programa de Administração Rural
1976	- Programa Nacional de Conservação de Solos – PNCS - Programa Integrado de Conservação de Solos - PROICS (sistema SEAB)
1976-1980	- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP (sistema SEAB) - Programa de Sementes e Mudanças em convênio com o M.A - Programa de Inseminação Artificial - Melhoramento Genético Bovino de Leite – Importação Bezerras do Canadá - Inspeção de Granjas de Reprodutores Suínos
1977	- Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná - Prodoeste (produção de hortifrutigranjeiros e melhoria da pecuária leiteira)
1978	- Campanha de Saúde Animal em convênio com o M.A - Programa de Reflorestamento em Pequenas e Medias Propriedades Rurais Reprimir (sistema SEAB)
1979	- Projeto Energia Rural e Energia Alternativa - biodigestores (convênio Copel)
1980	- Modelo 80 e a Nova Extensão Rural - fase do humanismo crítico - Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Pro-Rural) - Programa de Aperfeiçoamento da Agricultura Empresarial: Projeto de Lavouras Comerciais (soja, café, algodão, trigo, milho, feijão, arroz), Redução das perdas na colheita (soja, milho, trigo), Administração Rural, Produção de Sementes e Mudanças Melhoradas, Capacitação de Mão-de-Obra-Rural, Projeto criações Comerciais (bovinocultura de corte e leite)
1981-1986	- Programa de Preservação do Solo e Melhoria das Condições Ecológicas: Manejo e Conservação do Solo e da Água. Reflorestamento Conservacionista e Ecológico, Preservação do Meio Ambiente, Manejo Integrado de Pragas da Soja - Programa de Desenvolvimento Regional: Pronoroeste, Prodopar - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Paranaense: rami, cevada, mandioca, cana-de-áçucar, apicultura,sericicultura,piscicultura, ovinocultura cunicultura, caprinocultura e horticultura - Programa de Engenharia Rural e Fontes Alternativas de Energia, Bioenergia Biofertilizantes, Eletrificação Rural, Pesca Artesanal
1983-1986	- A Nova Extensão no Paraná (Missão)
1984-1986	- Atuação exclusiva com pequenos produtores e trabalhadores rurais - Programa Tração Animal
1989-1997	- Paraná Rural (vários componentes)
2003-2007	- Paraná Biodiversidade

Quadro 01 – Relação dos principais programas e projetos desenvolvidos pela ACARPA/EMATER 1960-2007. Fonte: Sepulcri (2005)

O Estado tem contratos com essas instituições e, portanto, tem normas e regras a seguir. Normalmente esses contratos prevêem três tipos de avaliação: a realizada *ex-ante*, antes ou no início do projeto e tem caráter prospectivo quanto à viabilidade e impacto; avaliação intermediária ou concomitante, feita durante a execução das ações, com objetivos de realizar correções durante o curso do programa ou projeto; e avaliação *ex-post*, ou seja, após o final do projeto, depois da implantação das políticas. Esta avaliação final pode acontecer muito tempo após o fim da ação, com o objetivo de apreciar a durabilidade do seu impacto sobre a situação que se pretendeu mudar. Com isso se tem as informações para continuar ou não a implementar o projeto, ou seja, sobre a ação avaliada.

É importante que se defina em projeto o território, instituições envolvidas, período, objetivos relacionados à política pública e referencial de análise dos resultados de acordo com os objetivos oficiais, seja, a situação que se deseja obter no final do período de duração da política pública, após a aplicação dos recursos e realização das ações previstas (COHEN; FRANCO, 1993).

Geralmente as avaliações e monitoramentos são feitos através de indicadores acordados com as instituições financiadoras. Normalmente são questionários aplicados junto aos beneficiários e executores do projeto, cujos instrumentos podem ser quantitativos ou qualitativos. Este trabalho é coordenado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). (GUIMARAES, 2007).

Guimarães (2007) afirma:

Quanto à metodologia, na maioria das vezes as avaliações são feitas com a aplicação e interpretação dos questionários, com análise das matrizes de estrutura lógica⁵ e também através de entrevistas do tipo grupos focais⁶. Não há uma regra para avaliar projetos; depende muito das características, dos objetivos e das disponibilidades de recursos e tempo para se fazer à avaliação.

A seguir, são mais bem caracterizadas algumas dessas tentativas de alteração da realidade vivida pelas famílias de agricultores em suas localidades, microbacias e municípios.

⁵ **Matriz de Estrutura Lógica**, ou Marco Lógico – LogFrame. Criado no âmbito da USAID. Ferramenta para preparação, execução e avaliação de Projetos. Inclui a determinação de fatores que escapam ao âmbito de influência do Projeto (externalidades). A estrutura lógica auxilia tanto na definição dos elementos do Projeto quanto na verificação da consistência das proposições (hipóteses feitas e relações de causa e efeito). A matriz mostra como os elementos de um Projeto são dispostos: segundo uma lógica vertical, a execução das atividades leva aos Resultados, que por sua vez levam ao alcance do objetivo específico.

⁶ **Entrevista de grupo focal** é uma técnica qualitativa que pode ser usada sozinha ou com outras técnicas qualitativas ou quantitativas para aprofundar o conhecimento das necessidades de usuários e clientes. Grupo focal é método de pesquisa extremamente útil nas consultas exploratórias. É conhecido por variados nomes, mas mínimas variações nos procedimentos. Pressupõe um grupo de 8 a 12 pessoas pesquisadas, lideradas por um moderador que conduz as discussões.

Optou-se por realçar aquelas que o autor considerou mais relevantes na história recente do Instituto Emater.

2.1 Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas (PMISA)

Como já se apontou, o Governo do Estado do Paraná instituiu em 1982 o Programa de Manejo Integrado de Solos (PMISA), originário da experiência em planejamento integrado em microbacias hidrográficas. Com o trabalho em microbacias, inicia-se, no Instituto Emater, uma ação de extensão rural em territórios previamente definidos, pela qual se procurou integrar todas as famílias residentes naquele território, buscando ações conjuntas, harmonizadas para resolver, primeiramente, problemas de erosão, com trabalhos de conservação do solo e da água, efetivados de forma global, envolvendo todas as propriedades, como se não existissem divisas.

Num segundo momento, os agricultores foram motivados a se organizarem para melhorar as condições de vida em seu meio. Este programa proporcionou o exercício de práticas que levaram o agricultor a ter uma visão mais sistêmica, percebendo a comunidade, a microbacia, como um todo.

No Programa Manejo Integrado de Solos e Águas (PMISA) estava implícita na ação do governo, ao introduzir práticas de intervenção e mudança de determinada realidade, a intenção de levar condições para a melhoria da vida das famílias residentes no território das microbacias.

Com a experiência do PMISA, é negociado com o Banco Mundial o Programa Paraná Rural, apresentando maior número de componentes e ações.

2.2 Programa Paraná Rural

Este programa foi instituído oficialmente em fevereiro de 1989, através do Acordo de Empréstimo 3018-BR, entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Paraná, cuja proposta levou em consideração todas as experiências vivenciadas em trabalhos anteriores.

O custo inicial para a implantação do Projeto foi da ordem de US\$ 148 milhões. Deste total, US\$ 85 milhões foram oriundos do Estado do Paraná, e US\$ 63 milhões, do Banco Mundial.

O Programa Paraná Rural aglutinou todas as ações isoladas e estabeleceu como unidade de planejamento, execução e concentração de esforços a microbacia hidrográfica, considerando toda a complexidade do uso, manejo e conservação do solo; garantiu a integração de técnicas apropriadas para as propriedades agrícolas e para as unidades geográficas em todas as fases do processo.

Este programa objetivou o alcance de quatro pontos básicos de orientação ao desenvolvimento das ações:

- a) aumento da cobertura vegetal;
- b) aumento da infiltração da água no perfil do solo;
- c) controle do escoamento superficial;
- d) controle da poluição.

Percebe-se tratar-se de um programa calcado nas questões conservacionistas, sem apresentar objetivos voltados às questões sociais. Implicitamente, o programa busca recuperar áreas degradadas para incorporá-las ao processo produtivo, com o conseqüente aumento da renda.

Uma intervenção de cima para baixo, planejada para levar ao campo práticas que objetivavam melhorar as condições de se viver, mas possivelmente mais para aqueles que viviam no meio urbano do que para aqueles que viviam no meio rural, nas microbacias.

Para garantir o efetivo envolvimento dos produtores rurais, principais agentes responsáveis pelas transformações, foram constituídas as Comissões de Solo, em nível estadual, regional e municipal.

O monitoramento e avaliação foi um processo freqüente de acompanhamento da programação e execução das atividades, por parte da unidade coordenadora, com a participação dos supervisores regionais, o que permitiu as necessárias correções de rumo das ações que apresentavam problemas, e a intensificação do apoio àquelas cujos resultados indicavam acerto. O que hoje, então, pode-se questionar é se o que estava sendo monitorado era adequado, frente aos supostos objetivos de melhorar a *qualidade de vida* dos agricultores.

Dentre as avaliações que eram procedidas, destacam-se a de meio-termo, realizada três anos após o início dos trabalhos, que pesquisou as condições institucionais vigentes para a implantação da estratégia global e o seu nível de adoção por parte dos agricultores. Procedimento este que envolveu as Comissões Municipais de Solo, técnicos e produtores, e foi considerado um importante instrumento gerencial para a equipe de coordenação.

Ao conhecer este programa, Paraná Rural, faz-se uma relação entre o trabalho de pesquisa, aqui descrito como um instrumental de avaliação e sobre a eficácia de ações implementadas e que utilizaram outros instrumentais desenvolvidos distantes das localidades e realidades trabalhadas.

2.3 Programa Paraná 12 Meses

O Programa Paraná 12 Meses foi um Projeto do Governo do Estado que visou promover o desenvolvimento econômico-social da população rural e manejo e conservação dos recursos naturais.

O projeto foi desenvolvido em 1995/1996 pela Unidade de Desenvolvimento de Projeto (UDP) do Centro de Coordenação dos Programas de Governo (CCPG) da Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Ao descrever o mapa da realidade no documento oficial do programa, é dito:

Vivemos hoje um grande desafio: o de encontrar alternativas de renda agrícola e não agrícola que permitam elevar a **qualidade de vida** da população rural. Uma população, que a partir dos anos 90, vem crescendo 0,5% ao ano e que busca novas formas de melhorar a condição em que vive – continuando a viver em seus próprios municípios. Para que possa continuar morando na área rural, esta população tem se voltado também para atividades não-agrícolas, uma vez que a migração para os centros urbanos está cada vez menos atraente face ao desemprego e à violência instalados nas grandes cidades. (Paraná, 2002, grifo nosso).

Esse programa foi um avanço em relação ao anterior, o Paraná Rural, pois incorporou componentes voltados à dimensão social, com ações que objetivaram melhorar as condições de habitação e saneamento básico da família rural. Em relação à dimensão econômica, o programa objetivou criar novos postos de trabalho no meio rural e promover a agregação de renda à família rural, bem como a sua regularidade dentro dos 12 meses do ano. Na dimensão ambiental, objetivou recuperar e preservar o solo agrícola e o meio ambiente como um todo, para sustentabilidade da atividade agropecuária. Era um Projeto de US\$ 353 milhões, dos quais 50% financiados pelo Banco Mundial, planejado para intervir no meio rural e promover melhorias nas condições existentes para a vida da população beneficiária.

Neste programa, como era previsto em contrato e uma exigência do Banco Mundial, foi feita avaliação dos seus impactos. A questão maior continuou a ser “como” e “o que” se avalia quando se pensa que se está avaliando.

2.4 Projeto Paraná Biodiversidade

Este projeto foi instituído com a finalidade de conservar a biodiversidade e possibilitar o manejo sustentável dos recursos naturais do bioma Mata Atlântica em duas regiões altamente ameaçadas no estado do Paraná: Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Semidecidual.

Sua estrutura projeto prevê um modelo que garante a manutenção da biodiversidade no Paraná, mediante a implementação de corredores de biodiversidade, interligando remanescentes florestais e unidades de conservação, e a reorientação da produção rural para

modelos menos impactantes assim como a adoção de sistemas de fiscalização e controle mais eficientes.

Os agricultores pesquisados neste trabalho são beneficiários deste projeto, receberam recursos no final de 2005, no montante de 120 mil reais, para investimentos em produção de hortaliças e frutas sem uso de fertilizantes de síntese industrial, e sem uso de agrotóxicos. Foram, portanto, recursos aplicados na busca de melhores condições de produção e ampliação de renda, objetivando melhorar as condições de vida das famílias envolvidas, conforme previsto como objetivo pelos executores da ação.

O programa abrange 66 municípios do Paraná, localizados em áreas próximas dos rios Iguaçu, Paraná, Paranapanema, Piquiri e Ivaí. As áreas trabalhadas dividem-se nos Corredores da Biodiversidade Araucária, Iguaçu-Paraná, Caiuá-Ilha Grande, propostos como centros irradiadores para o planejamento regional.

3 O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

3.1 O Território do PROCAXIAS

O Governo do Estado do Paraná, através da empresa Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL construiu a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no rio Iguaçu, entre os municípios de Nova Prata do Iguaçu no Sudoeste do Paraná e Boa Vista da Aparecida, na margem direita do rio, na Região Oeste do Paraná. Esta obra, concluída em 1997, foi construída com o objetivo de suprir a necessidade de energia para o desenvolvimento do Estado.

A construção dessa usina trouxe impactos ambientais, inundando terras agrícolas e pequenos vilarejos rurais em nove municípios localizados nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, onde viviam pequenos agricultores familiares, entre uma população de 101 mil habitantes.

Os nove municípios estavam divididos geograficamente pelo rio Iguaçu e distantes de tudo pela falta de estradas pavimentadas. Do ponto de vista político-administrativo, também eram separados. Uns estavam ligados à Associação dos Municípios do Oeste (AMOP), e outros, à Associação dos Municípios do Sudoeste (AMSOP). Quando precisavam dos órgãos regionais do governo, o quadro era ainda mais adverso, pois estes tinham sedes em Francisco Beltrão, Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Cascavel, entre outras (HAUPTMANN, 2003).

A renda *per capita* média⁷ da região estava entre as mais baixas do Estado. A média regional era de R\$ 5.427, contra uma média brasileira de R\$ 5.851, e a estadual, ainda maior, de R\$ 6.202, segundo dados do IPARDES referentes 1998. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁸ conforme relatório sobre desenvolvimento humano (IPARDES), em 96, retratava, também, o baixo nível do capital social regional. As cidades com maior IDH na região eram Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu, com índices 0,653, abaixo do IDH médio brasileiro, de 0,757 e do paranaense, de 0,847, conforme dados do IDH-M⁹ 2000 (Hauptmann 2003).

*Este quadro de desarticulação regional recebeu o primeiro combate quando a COPEL, ao definir as compensações que pretendia estender aos municípios, iniciou conversas com as comunidades sobre quais seriam as melhores ações para promover uma melhoria na **qualidade de vida** nas cidades, não se limitando às indenizações diretas. Mas as sugestões*

⁷ Renda *Per Capita*-Instituto Paranaense de Estatísticas (IPARDES),1998.

⁸ Índice de Desenvolvimento Humano; Relatório de Desenvolvimento Humano PNUD/ONU (IPARDES ,1996).

⁹ Índice de Desenvolvimento Humano; Relatório de Desenvolvimento Humano PNUD/ONU, 2000.

iniciais levantadas com as comunidades ainda tinham um perfil individual, de acordo com as expectativas e ansiedades locais (Hauptmann 2003, grifo nosso).

Para amenizar os impactos ambientais e sociais dessa obra, a COPEL, através de convênio com o Serviço Brasileiro de Aprendizagem Empresarial- SEBRAE, articulou e mobilizou as lideranças dos nove municípios atingidos: Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Boa Vista da Aparecida e Capitão Leônidas Marques (localizados na margem direita do rio Iguaçu), pertencentes à Região Oeste do Paraná; e os municípios de São Jorge D'Oeste, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Salto do Lontra e Nova Prata do Iguaçu, (estes na margem esquerda do Rio Iguaçu), na Região Sudoeste do Paraná.

Dessa articulação, foi criado, em 17 de agosto de 1999 o Conselho Pró-Desenvolvimento dos Municípios do Entorno da Hidrelétrica de Salto Caxias (ProCaxias). Deste Conselho participam quatro representantes de cada um dos nove municípios, representando os poderes executivo e legislativo, classe empresarial e comunidade.

As discussões no ProCaxias colocaram em pauta a necessidade de criar projetos que possibilitassem a viabilização e reprodução dos agricultores familiares, os principais prejudicados pelos impactos da construção da hidrelétrica, ao perderam terras ou ter suas posses diminuídas pelo avanço do lago. Estava implícita nessa ação criar de condições para que os agricultores atingidos tivessem melhorias em suas vidas.

Das discussões surgiram vários programas para esse território, visando promover condições de melhorias na qualidade de vida: 1. patrulha mecanizada para melhorias de estradas rurais, com máquinas e caminhões das prefeituras trabalhando de forma concentrada e integrada; 2. compra coletiva de medicamentos para atendimento municipal; 3. programa de apoio à agricultura orgânica, com início em 1999; 4. Programa Separe – Programa de Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Lixo;¹⁰ 5. organização das Olimpíadas do Procaxias, visando ampliar as formas de lazer no território. 4. programa Festival da Canção do ProCaxias; 5. programa de turismo com a construção de praias artificiais no lago formado com o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

No ano de 2001 foram organizadas, envolvendo todos os municípios, Associações de Agricultores Orgânicos, as quais passaram a se articular no território através de um comitê gestor regional, com cinco agricultores coordenadores trabalhando especificamente as soluções de mercado, logísticas e técnicas para atender às demandas regionais.

¹⁰ O Programa Separe iniciou, em 2000, envolvendo num trabalho de educação ambiental os estudantes da rede pública dos nove municípios com repasse de metodologia aos professores e a constituição de equipes municipais de apoio (EMAs).

Em agosto de 2002, o programa, que havia começado com menos de 50 produtores, já contava com mais de 800, produzindo comercialmente na região, 151 dos quais certificados (HAUPTMANN, 2003).

A capacitação técnica dos produtores e profissionais envolvidos no programa foi efetivada através da empresa Instituto Maytenus, contratada pelo SEBRAE. Em cada um daqueles municípios foi composta uma câmara técnica para acompanhar, assessorar o grupo, que passou a fazer conversão de suas propriedades para produzir hortaliças e frutas no processo orgânico. No início, o Grupo Gestor, com apoio do SEBRAE e EMATER, firmou convênio com o Instituto Brasileiro de Biodinâmica (IBD), da cidade de Botucatu - SP, para certificar as propriedades e possibilitar a comercialização com a marca *Ecoalimentos*, registrada no INPI, desenvolvida para diferenciar a produção desse território.

Os agricultores familiares participantes desse processo passaram por treinamentos, visitas de intercâmbio em propriedades com produção orgânica na região Sudoeste e no Sul do país. Participaram também de feiras e eventos, para divulgar seus produtos. Nessa fase de aprendizagem, organizaram-se para buscar, junto aos governos estadual e federal, recursos para alavancar esse projeto.

Da discussão sobre a necessidade de dominar a comercialização em cadeias curtas (vendas primeiro para o mercado local), surgem os pontos para venda de produtos coloniais (*in natura*) e processados através das várias agroindústrias que são instaladas no território, por incentivo de recursos públicos. Esses locais, normalmente localizados no centro de cada município, ou colocados estrategicamente próximos da rodovia de acesso, passam a ser uma nova opção para os consumidores interessados em produtos produzidos e elaborados com o saber local e sabor característico do jeito colonial de fazer. Esses pontos de venda foram denominados de “Mercados do Produtor” e são característicos de circuitos curtos¹¹ de comercialização, que levam ao fortalecimento da relação direta e confiança entre quem produz e quem consome.

No território do ProCaxias, foi no município de São Jorge D'Oeste onde o trabalho de agricultura orgânica mais se desenvolveu, trazendo visíveis melhorias nas condições de vida dos produtores envolvidos. O aprendizado dos produtores de São Jorge D'Oeste levou a desdobramentos com a articulação e fundação de cooperativas de crédito, de leite, de comercialização de produtos orgânicos, com a gestão efetivada pelos próprios agricultores e suas famílias.

¹¹ Circuitos curtos – denominação usada para venda direta de produtos entre agricultores e consumidores. Outro exemplo pode ser citado: as feiras.

3.2 A agricultura orgânica no município de São Jorge D'Oeste, PR

O município de São Jorge D'Oeste foi colonizado na década de 1950, quando iniciou o processo migratório de famílias oriundas de Santa Catarina, especialmente dos municípios de Videira e Concórdia, e do Rio Grande do Sul, de maneira geral.

O objetivo era colonizar as terras da Fazenda São Jorge, pertencentes à família Rupp. No início a economia estava calcada no extrativismo da madeira. A mata era derrubada para o plantio de milho, que era utilizado para consumo familiar e alimentação de suínos.

Em 1963, através do desmembramento do município de São João, foi criado o município de São Jorge D'Oeste. O processo de colonização trouxe dinamismo à economia local. As comunidades foram surgindo de modo rápido, com a construção de uma capela e de uma escola, e as famílias foram se instalando em pequenas áreas que eram cultivadas com a força da tração animal. A agricultura servia para a manutenção da família e a comercialização dos excedentes para os comerciantes que faziam o papel de financiadores dos agricultores.

São Jorge D'Oeste está inserido na microrregião de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná (Fig.1 A). A população, que na década de 1970 chegou a 17 mil habitantes, conta em 2007, segundo dados do IBGE, com 8.979 habitantes. Perto de 5.700 vivem na zona rural, em cerca de 1.152 domicílios. Dados do DERAL mostram que 70% das propriedades rurais do município possuem área inferior a 40 ha. Esse município apresenta um IDH¹² de 0,754 e está inserido no Programa Estadual Paraná Biodiversidade, com projetos de práticas para minimizar os impactos da ação humana no ambiente.

O município de São Jorge D'Oeste possui 22 comunidades, tendo a Associação dos Agricultores Orgânicos abrangência municipal. O grupo pesquisado reside nas comunidades de Nossa Senhora do Carmo (6 agricultores); Linha Gaúcha (4 agricultores); Linha Nossa Senhora Consoladora (3 agricultores); Volta Grande (2 agricultores); Fazenda Velha (1 agricultor); Iolópolis (1 agricultor); São Pio X (1 agricultor); Linha Tiradentes (1 agricultor); e Vila Rural Lagos do Iguaçu (1 agricultor) (**Anexo C**).

O grupo estudado é composto por famílias pluriativas, havendo duas famílias com um dos membros atuando como professor, duas com membros atuando como motoristas, seis membros de outras famílias que trabalham parte do tempo em agroindústrias, três dirigentes de cooperativas, dois como comerciantes. Este fato fortalece a renda familiar e possibilita a sustentabilidade econômica da unidade produtiva..

¹² IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, definido através das condições de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade.

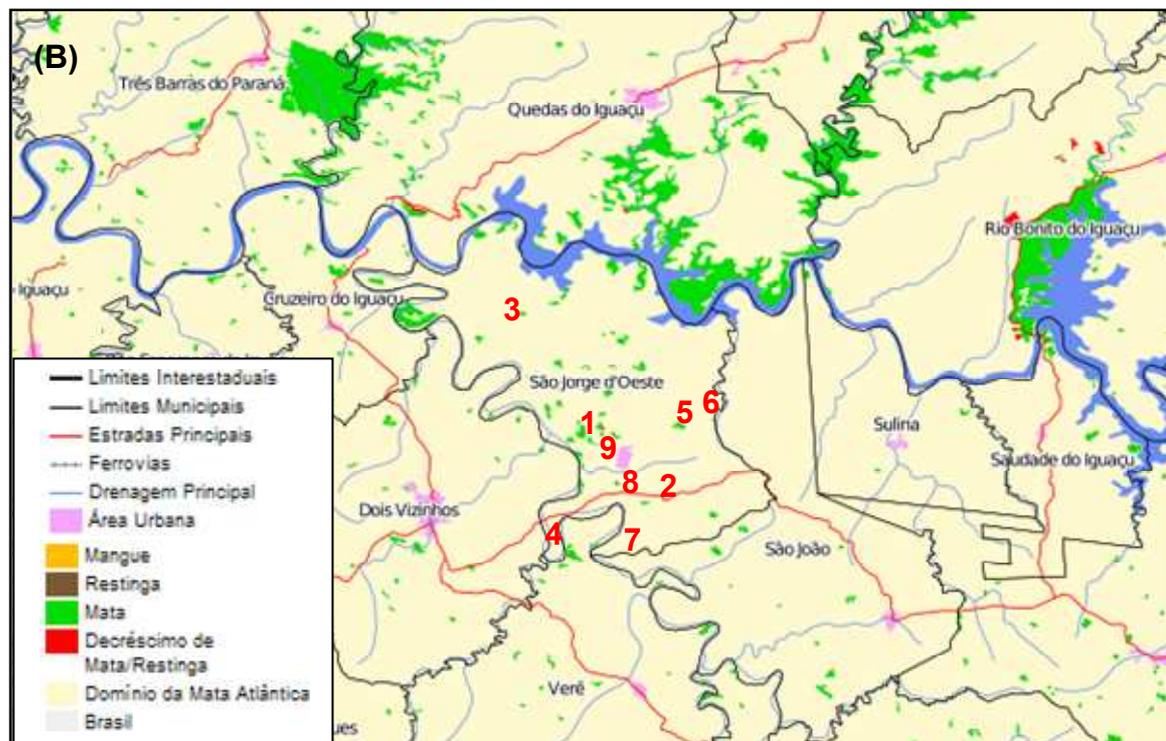


Figura 1 (A) inserção do município São Jorge D'Oeste na microrregião homogênea de Francisco Beltrão no sudoeste do Paraná; (B) Uso do solo (SOS Mata Atlântica) e localização das comunidades (1-9) no município São Jorge D'Oeste, onde estão inseridas as propriedades orgânicas alvo do estudo. Fonte: S.O.S Mata Atlântica

Em São Jorge D'Oeste, no Sudoeste do Paraná, o processo de tecnificação do campo se deu de forma semelhante àquele já constatado em todo o Brasil: incentivado pelo Estado através de políticas de Estado como extensão rural, crédito e pesquisa.

A modernização da agricultura foi implementada a partir da abertura do entreposto da Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda. - COASUL e da abertura do escritório local da Associação de Crédito Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (ACARPA) em 1973. As áreas mais aptas à mecanização foram sendo incorporadas ao processo produtivo moderno, com incentivo do crédito fácil através de financiamentos do Banco do Brasil e que eram acessados previamente na agência de Palmas, depois Pato Branco, Chopinzinho e, mais recentemente, em Dois Vizinhos, todos no estado do Paraná.

O processo de modernização da agricultura como ocorreu em grande parte do Brasil não atingiu todos os agricultores de forma igual. Aqueles que estavam em áreas impróprias para a mecanização, ou mesmo localizados em regiões afastadas, sem capacidade de investimento e do uso de novas tecnologias, permaneceram praticando agricultura com pouca ou nenhuma incorporação de insumos industrializados e maquinaria agrícola fornecidos pelas indústrias a montante.

Assim, durante longo tempo permaneceu a forma tradicional de produção em várias comunidades do município, principalmente as localizadas próximas dos rios Iguaçu e Chopim, em áreas com declives acentuados. Os agricultores resistiram, produzindo para subsistência, com pequena inserção no mercado, trabalhando com mão-de-obra familiar e utilizando como força de tração a junta de bois. Agricultores familiares são aqueles que orientam a produção em suas unidades produtivas predominantemente por uma lógica familiar de produzir (LAMARCHE, 1998)

Com agricultores que estiveram à margem do processo produtivo preconizado pela “revolução verde”, iniciou-se, na década de 1980, a discussão das possibilidades à conversão das suas unidades produtivas para uma produção isenta da utilização de fertilizantes de síntese industrial e agrotóxicos.

Foram envolvidos na discussão e nos diversos treinamentos, os agricultores que utilizavam adubações verdes e outros adubos orgânicos (esterco de bovinos e suínos), os que manejavam e trabalhavam suas terras com o uso da tração animal, em terrenos com terraços demarcados em nível, e com práticas de cultivo acompanhando essas curvas de nível. Ou seja,

buscou-se trabalhar prioritariamente com aqueles que já tinham incorporado, em suas práticas produtivas, ações focadas na economia de insumos e energia.

A organização foi prioridade dos trabalhos, pois visava levar aos agricultores familiares opções alternativas ao seu modo de fazer agricultura. Os grupos de pequenos agricultores que foram formados no início da década de 1980, organizaram-se em função das conseqüências da modernização da agricultura, que os levou a um processo de exclusão dos serviços de assistência técnica rural e dos benefícios da chamada revolução verde (BRADENBURG, 1998).

Nesse processo surgiu, entre as associações comunitárias, a Central das Associações de Produtores Rurais (CAJOR) e, ligada a esta, a Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste (AORSA). A preocupação central foi e continua sendo com processo de inclusão social que, espera-se, acompanha o desenvolvimento econômico e social em espaços geoeconômicos em transformação, como esse denominado de território do ProCaxias.

A produção de alimentos orgânicos emprega no campo 19 mil pessoas no país. Outras 5 mil vagas são geradas por cerca de 400 pequenas e médias empresas ligadas à produção de produtos feitos com orgânicos. Os principais produtos orgânicos exportados são: soja, açúcar branco e açúcar mascavo, café, sucos, cítricos, mel, arroz, frutas como manga, banana, melão e mamão papaya, óleos essenciais, castanhas, erva-mate, cogumelos, óleo de babaçu, óleos vegetais, essências florestais, extratos vegetais, frutas desidratadas, cachaça, doces, algodão e cosméticos.

Em São Jorge D'Oeste, a produção de alimentos orgânicos é pequena e com tendência a aumentar pelo apoio existente por parte da Prefeitura Municipal (Departamento de Agricultura e Meio Ambiente), Instituto Emater, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) e das entidades de representação dos agricultores. No Quadro 2 está distribuída por item a produção do município no ano de 2006.

Cultura	Produção total – kg	Cultura	Produção total – kg
<i>Hortaliças</i>			
Tomate	18.050	Pepino	7.080
Feijão de vagem	4.182	Alho	100
Melão	4.000	Alface	14.300 un.
Cenoura	4.590	Rabanete	350
Beterraba	3.750	Repolho	13.330
Brócolis	500 un	Couve Flor	1.000 un
Cebola	800	Quiabo	100
Chuchu	350	Tempero verde	200
Batata doce	5.350	Pimentão	280
Berinjela	250		
<i>Frutas</i>			
Morango	2.450	Uva	1.200
Pêssego	600	Mamão	150
Ponkan	1.400		

Quadro 2 - Produção de hortaliças e frutas orgânicas em São Jorge D'Oeste em 2006, dos Agricultores associados da AORSA.

Dados fornecidos pelos agricultores individualmente, que somados, totalizaram as quantias acima citadas.
Fonte: CAPA - Núcleo Verê

Está na produção de hortaliças e frutas orgânicas a principal atividade dos 20 agricultores pesquisados. A produção é comercializada no “Mercado do Produtor”, vinculado à COOPAFI, cooperativa à qual estão associados.

Esses agricultores são oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e 95% são descendentes de italianos e alemães.

3.3 Central de Associações de Produtores Rurais de São Jorge D'Oeste - CAJOR

A Central de Associações de Produtores Rurais de São Jorge D'Oeste foi fundada em 28 de outubro de 1995, através da agregação de 12 associações comunitárias existentes na época. A CAJOR nasceu com o objetivo de organizar os agricultores familiares, para que juntos buscassem apoio dos governos municipal, estadual e federal, para viabilizar suas unidades produtivas, muitas em estado de estagnação econômica.

Estava claro nos objetivos dos agricultores que articularam a fundação da CAJOR, que esta deveria organizá-los para juntos buscarem melhorias nas suas *condições de vida* e, com isso, possibilitar que continuassem a residir no campo, produzindo e se reproduzindo socialmente.

A CAJOR, como entidade representativa dos agricultores familiares de São Jorge D'Oeste, participou ativamente das discussões ocorridas no território do ProCaxias, principalmente aquelas que preconizaram medidas e ações tomadas para viabilizar melhorias nas unidades produtivas de seus associados. Essa central junto com outras entidades dos demais (8) municípios do território do ProCaxias, protagonizou o trabalho com agricultura orgânica, contribuindo para o surgimento da Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste (AORSA).

A entidade é importante no contexto do município, pois foi incentivadora da organização da Cooperativa de Crédito de Interação Solidária de São Jorge D'Oeste (CRE\$OL). A unidade de São Jorge D'Oeste foi à décima segunda cooperativa fundada no Sudoeste do Paraná até o ano 1998, com o objetivo de viabilizar o crédito da agricultura familiar, de forma mais democrática e participativa. A CAJOR incentivou e financiou a fundação da Cooperativa do Leite da Agricultura Familiar (CLAF) e a Cooperativa dos Agricultores Integrados de São Jorge D'Oeste (COOPAFI).

Esse modelo de cooperativismo surge como alternativa ao modelo tradicional implantado na região nos anos 1970 objetiva aproximar o agricultor familiar dos processos decisórios e organizar a produção e comercialização de produtos coloniais (feijão, mel, hortaliças e frutas orgânicas) que ao longo do tempo eram vistos pelo cooperativismo tradicional como produção de subsistência, atividades e “culturas de pobres”.

Ao organizarem em 1998, um espaço público para comercialização de produtos coloniais, o *Mercado do Produtor*, a CAJOR contou com o apoio da Associação dos

Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste (AORSA) para viabilizar o suprimento de produtos orgânicos ou produtos de agroindústrias familiares.

As iniciativas e ações implementadas pela CAJOR se confundem com as ações de órgãos públicos pois, na essência, visam criar melhores condições de se viver no espaço rural.

3.4 A Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste (AORSA)

A Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste foi fundada em 3 de outubro de 2000 e era denominada AAOSJO. Passou, a partir de 15 de janeiro de 2004, a denominar-se AORSA. Esta associação filiou-se à CAJOR tão logo foram organizados seu estatuto e regimento interno.

Os agricultores orgânicos da AORSA participaram das discussões no Conselho do ProCaxias, com o objetivo de construir alternativas de produção que possibilitassem ser referências para outras famílias de agricultores familiares da região. A AORSA nasce após um longo processo de aprendizagem, de vivência em organizações, com muito esforço físico, psicológico e material. Surge após tentativas bem e malsucedidas, possibilitando, nesse processo, a construção de capital social.

A AORSA foi fundada com o objetivo de congregar todos os agricultores do Município voltados à produção em bases sustentáveis, para que juntos pudessem: a) obter melhor atendimento dos órgãos públicos; b) obter recursos em instituições de crédito de forma mais vantajosa para seus sócios; c) acessar principalmente tecnologias alternativas às existentes e que priorizem a economia de energia e insumos industrializados; d) comercializar suas produções de forma organizada e coletiva; e) organizar e gerir o mercado do produtor local.

A AORSA localmente se articula com as associações comunitárias, através da CAJOR, a central, e regionalmente passa a fazer parte da direção do Grupo Gestor em Agricultura Orgânica, criado no Conselho do ProCaxias em 2002, para organizar a produção e comercialização nos nove municípios do território. Neste trabalho os agricultores da AORSA recebiam acompanhamento de técnicos do Instituto EMATER, das secretarias de agricultura das prefeituras e do Instituto Maytenus, uma organização não-governamental especializada em produção orgânica. Este grupo recebeu apoio através de consultorias dos técnicos do SEBRAE, escritório de Cascavel. O Grupo Gestor em Agricultura Orgânica deixou de existir em 2003 e a articulação entre os grupos passou a ser feita pelo sistema de Cooperativas dos Agricultores Familiares Integrados - COOPAFI

Os associados da AORSA reúnem-se uma vez por mês para planejar produção e trocas de experiências. Esse grupo participa da gestão do Mercado do Produtor, uma feira aberta ao público diariamente, que comercializa em média 35.000 reais/mês, no mercado local.

4 METODOLOGIA

O método usado no estudo, foi desenvolvido no Núcleo de Estudos e Monitoramento e Avaliação Ambiental (NUMAVAM), no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina –(UFSC) ¹³, consiste em procedimentos que permitem a identificação, distinção e quantificação da *qualidade de vida e da qualidade de condições para viver*.

O estudo está, portanto, embasado no instrumento conceitual e metodológico para a diferenciação e avaliação da *qualidade de vida e da qualidade de condições para viver*, apresentado com forma e redação para a divulgação científica, e encontra-se no **Anexo A**.

Orientado pelo instrumento conceitual e metodológico referido procedeu-se o trabalho de pesquisa que pode ser sistematizado em três etapas.

4.1 Primeira etapa – formulação do questionário

Através de entrevistas com profissionais do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), participantes em trabalhos e projetos que envolvem as dimensões ambiental, econômica e social, foi efetivada a primeira etapa dos trabalhos. Os sete profissionais que participaram nesta pesquisa atuam em municípios da Região Sudoeste do Paraná, sendo quatro com atividade regional.

Esta etapa do trabalho de produção participativa do formulário de pesquisa aconteceu nos meses de abril/maio de 2007, quando, em contato com esses técnicos, lhes foi solicitado que: (i) identificassem até 7 aspectos/variáveis relevantes para a caracterização da *qualidade das condições para viver* no espaço rural do Sudoeste do Paraná e que, para cada aspecto descrevessem condições que pudessem ser reconhecidas como *insustentáveis, sofríveis, regulares, boas e muito boas (Quadro 3)*, com atribuição de notas de 0 a 10; (ii) formulassem indagações e possíveis respostas que permitissem perceber o grau de satisfação de agricultores (*muito insatisfeito, insatisfeito, indefinido/indiferente, satisfeito e muito satisfeito*) com a *qualidade do seu viver*, de acordo com os aspectos/variáveis ambientais, econômicos e sociais apontados como relevantes pelos profissionais do Instituto EMATER. O nível de entendimento de suas condições, e da satisfação revelada nas respostas às indagações também pode ser situado em intervalos de notas de 0 a 10.

¹³ Este trabalho foi aceito para publicação em 2008, na revista *Social Indicators Research* – University of Michigan – USA.

Aspecto / Variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa / Ótima	
Aspecto X										
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas e que revelariam o grau de satisfação do agricultor – pessoa entrevistada – em relação aos aspectos variáveis indicados pelos profissionais:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido / Indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
Indagação X										
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Quadro 3 – Categorias de situações de aspectos/variáveis relevantes para a caracterização das condições para viver no espaço rural do Município de São Jorge D’Oeste e da qualidade de vida manifestada.¹⁴

Os quadros foram preenchidos pelos profissionais, de forma individualizada, e destas informações estruturou-se o instrumento utilizado para o trabalho de campo (**Anexo B**). Obtiveram-se respostas diferenciadas dos sete profissionais consultados. Estas informações foram tabuladas, e para efeito de elaboração do instrumento de campo, escolheram-se as respostas (aspectos/variável) mais recorrentes entre todos os profissionais consultados. Quando estas eram coincidentes entre diversos profissionais, mas com enunciados diferentes, a decisão foi: (i) no caso de indagações, optou-se pela que, segundo a avaliação do autor, seria mais facilmente entendida pelo entrevistado; (ii) procurou-se seguir fielmente as redações das perguntas e das caracterizações propostas pelos profissionais; (iii) para idéias ou caracterizações que poderiam estar contidas nas respostas, procurou-se utilizar todas as características sugeridas pelos profissionais, juntando-as numa única descrição. Assim, selecionaram-se sete aspectos/variáveis sugeridos pelos profissionais em cada uma das *dimensões* (ambiental, econômica e social), descartando-se aqueles com menor número de sugestões ou uma única sugestão apresentada por um profissional.

Este método já foi utilizado no município de Grão Para - SC por Geraldo Buogo, em trabalho de mestrado para monitorar programas de Governo implementados pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – EPAGRI.

É importante lembrar que o presente estudo testa o “método” nas condições e ambiente do Sudoeste do Paraná, isto é, se o índice-indicador obtido reflete,

¹⁴ Quadro 1 Os aspectos X referem-se à visão dos agentes de desenvolvimento (Região Francisco Beltrão-PR), a indagação X refere-se à percepção dos agricultores familiares de São Jorge D’Oeste envolvidos na pesquisa.

quantitativamente, uma dada situação e não analisa o conteúdo dos aspectos levantados junto aos profissionais.

Os profissionais do Instituto EMATER sugeriram os seguintes aspectos/variáveis, os quais constaram do instrumento de pesquisa:

1. Na *dimensão* social: participação associativa; acesso à propriedade; acesso a lazer; saneamento básico; moradia rural; acesso a serviços de saúde; acesso à comunicação.

2. Na *dimensão* ambiental: erosão na propriedade; água potável; mata ciliar; uso de agrotóxicos; área de preservação permanente; controle de fontes de poluição; situação de mananciais de água.

3. Na *dimensão* econômica: produtos com valor agregado; diversificação das atividades produtivas; agropecuária sustentável; renda adequada para toda a família; formação profissional; capital de giro; acesso a crédito.

No momento seguinte selecionou-se o grupo a ser pesquisado. Por estar o autor vinculado ao Instituto EMATER e ser do interesse da empresa que o estudo de caso se efetivasse junto a um grupo trabalhado. Como critério escolheram-se as 20 famílias de agricultores familiares organizados na Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste (AORSA). Famílias com uma média de 4 pessoas, com áreas de terra variando de 5,0 ha a 16 há.

As entrevistas foram efetivadas após um ano da aplicação de recursos do Programa de Estado – Paraná Biodiversidade nesse grupo, e serviu como teste de uma nova ferramenta para avaliar e mensurar o grau de satisfação dos beneficiários.

4.2 Segunda etapa – aplicação do questionário

Depois de concluída a elaboração dos formulários de questionários para a pesquisa de campo, procedeu-se a sensibilização de autoridades e líderes comunitários do local. Os diretores das entidades (CAJOR, COOPAFI, CRE\$OL, CLAF), nas quais os agricultores pesquisados estão associados, foram visitados, e foi a eles explicitado que se pretendia fazer, e como seria a pesquisa. Os agricultores orgânicos (Anexo C) receberam explicações prévias do trabalho de pesquisa, numa reunião mensal do grupo.

Os trabalhos de levantamento de dados de campo e a realização das entrevistas nas propriedades rurais, foram efetivados em junho e julho de 2007. Em muitas entrevistas o autor foi acompanhado do técnico (extensionista) da unidade local de São Jorge D'Oeste. Ele observava a propriedade, o seu entorno para depois melhor definir a situação em cada aspecto/variável selecionado pelos profissionais da extensão e constantes do instrumento de

pesquisa. Estas observações serviram de base para definir pontuações que possibilitam o cálculo do Indicador da Qualidade de Condições para Viver (IQCV).

Foram adotados o seguintes procedimento ao coletar as informações:

- a) Num primeiro momento, cada pergunta era lida ao entrevistado. Aguardava-se a resposta. E em caso de não entendimento, a pergunta era repetida e, em alguns casos, complementada para que facilitasse a compreensão.
- b) Em todas as entrevistas estimulou-se a participação da esposa do entrevistado e de outros membros da família. Nos casos em que ele falava pouco ou dava respostas curtas, a esposa era estimulada a dar a opinião sobre o aspecto em questão. Com isso se buscou uma resposta que melhor definisse a situação da família pesquisada.
- c) Ao perceber que o entrevistado não entendia alguma pergunta, o autor procurava explicar o significado ou até usava sinônimos para facilitar a comunicação.
- d) As respostas eram anotadas diretamente no instrumento/questionário, através de atribuições de notas em um dos dez níveis, e de observações para posterior análise.
- e) Nesta pesquisa procedeu-se o levantamento de dados através de informações prestadas pelo agricultor, em muitos casos houve a participação da mulher.

Ao encerrar o autor prometia voltar para discutir os resultados desta pesquisa com todo o grupo de agricultores da AORSA, e com isso coloca-se a disposição para ajudar o grupo

4.3 Terceira etapa – Análise dos questionários

Esta etapa do trabalho aconteceu em Florianópolis, nos meses de agosto a novembro de 2007, onde se organizaram os dados da pesquisa de campo e se procederam à efetivação dos cálculos previstos no instrumental metodológico (Anexo A).

De posse das entrevistas e conferido o preenchimento dos instrumentos/questionários, as notas atribuídas a cada aspecto/varável foram tabuladas. (**Tabelas 5;6;7**), divididas por 10 para serem enquadradas no intervalo entre 0 e 1, os desvios em relação a 1, como definido e previsto no instrumento conceitual e metodológico anteriormente desenvolvido (**Anexo A**).

Aplicados os valores ao algoritmo do método (equação 5 do instrumento conceitual e metodológico anexo, página 7 do **Anexo A**)¹⁵, obtiveram-se os indicadores parciais para a

¹⁵ Para efeito de aplicação da equação (4) do **Anexo A**, considerou-se o desvio de 0,8 ou maior como *grande desvio*, porque, em função da terminologia utilizada no método em estudo, a nota 2, ou menor, classificaria os agricultores em situação considerada *insustentável*.

qualidade das condições para viver e da *qualidade de vida* no que diz respeito à *dimensão* social (Indicador das Condições Sociais – ICS; e Indicador de Satisfação Social – ISS); à *dimensão* econômica (Indicador das Condições Econômicas – ICE, e Indicador de Satisfação Econômica – ISE); e à *dimensão* ambiental (Indicador das Condições Ambientais – ICA e Indicador de Satisfação Ambiental – ISA).

Calculou-se o indicador da *Qualidade das Condições para Viver* (IQCv), obtido pela nota atribuída pelo autor e outro profissional extensionista da unidade local do Instituto EMATER em São Jorge D’Oeste, após observação e avaliação da propriedade. Já o *Indicador de Qualidade de Vida* (IQV) foi obtido pela nota atribuída em função das respostas dos entrevistados. A obtenção do IQCV e do IQV se dá, respectivamente, pelo produtório dos três indicadores parciais ICS x ICE x ICA e ISS x ISE x ISA, de acordo com o que estabelece o procedimento (equação 6 do **anexo A**).¹⁶

Ao promovermos o cálculo para obtermos os Indicadores da Qualidade das Condições de Viver – IQCV a partir do produto:

$$\text{IQCv} = \text{ICS}^{0,33} \cdot \text{ICE}^{0,33} \cdot \text{ICA}^{0,33}$$

Usou-se expoente 0,33, ou seja, o mesmo peso para cada um dos indicadores pesquisados. Procedeu-se da mesma forma para obter o Indicador de Qualidade de Vida – IQV. A partir dos indicadores parciais ISS, ISE e ISA, utilizou-se peso igual para cada indicador parcial.

¹⁶ Um dos objetivos do presente estudo é “*testar o método*” proposto. Por isso, os cálculos foram atribuindo o mesmo peso a todos os aspectos/variáveis. O mesmo procedimento foi adotado em relação à importância ou peso das *dimensões*: na proposta do “*instrumento conceitual e metodológico*” **Anexo A**, cada uma (ambiental, econômica e social) receberia peso 0,33.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Análise exploratória dos dados

O presente trabalho de pesquisa considerou as dimensões econômicas, ambientais e sociais para avaliar a realidade vivenciada pelos agricultores familiares orgânicos. Deixou-se de considerar dimensões cultural, política, ética e outras, mas isso não trouxe prejuízo maiores para o objetivo do estudo, uma vez que nos importa verificar se o método testado permite registrar quantitativamente uma situação, num determinado momento, nesta situação específica, verificar através dos indicadores calculados, as percepções de agricultores sobre sua *qualidade de vida* e contrapô-las estas, às percepções dos técnicos/especialistas sobre a *qualidade de condições para viver*. Os dados gerados são mostrados no Anexo B.

Na Tabela 1 são apresentadas as diferenças entre as avaliações de agricultores pesquisados e do técnico. Ou seja, no levantamento de campo, após aplicado o questionário, obtiveram-se respostas que possibilitam mostrar a distância entre os dados dos agricultores e as avaliações do técnico sobre as mesmas unidades produtivas desses agricultores. Ao analisar os dados originais na dimensão econômica, verifica-se uma diferença pequena entre os dados de agricultores na comparação com os dados do técnico, que aponta para valores semelhantes após efetivação dos cálculos previsto no instrumental metodológico Anexo A.

Ao se observarem os dados originais coletados em campo relativos ao aspecto variável social, percebe-se algum distanciamento entre o que o agricultor entende ser a sua qualidade de vida e a posição do técnico sobre este mesmo aspecto.

O que realça, num primeiro momento, ao visualizarmos os dados obtidos com os aspectos/variável da dimensão ambiental, é que esta vai ter maior influência na diferença geral entre as percepções de agricultores e técnicos. E isso por certo confirma-se nos cálculos e resultados finais: maior discordância entre agricultores e técnicos está na questão ambiental. Com os técnicos tendo uma visão mais crítica, mais normativa, orientando e buscando o respeito a legislação. O agricultor procura orientar o seu processo produtivo considerando sua disponibilidade de terra, o que muitas vezes mostra discordância com as exigências legais.

Tabela 1 Média aritmética (NA e NT), diferença das médias (NT-NA) e desvio-padrão das notas (n=20) atribuídas aos diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais abordados nos questionários, pelos agricultores (NA) e pelos técnicos (NT).

	Aspectos Sociais*						
	AC	AS	MR	SB	AL	AP	PA
NA**	6,2	6,5	7,5	7,7	4,6	7,5	7,1
NT***	6,1	7,0	7,4	7,5	4,6	7,7	7,4
NT - NA	-0,1	0,5	-0,1	-0,2	0,0	0,2	0,3
Desv. Pad. NA (n=20)	1,7	1,4	2,4	2,1	1,8	2,2	1,8
Desv. Pad. NT (n=20)	2,6	1,5	2,1	2,6	2,2	1,9	2,5
	Aspectos Ambientais*						
	AP	CE	MC	UA	PP	CP	MA
NA	6,9	6,9	6,8	6,8	6,7	7,1	6,7
NT	6,6	6,8	6,1	6,7	6,1	7,0	6,3
NT - NA	-0,3	-0,1	-0,7	-0,1	-0,6	-0,1	-0,4
Desv. Pad. NA (n=20)	1,9	1,4	1,4	2,4	1,9	1,8	1,9
Desv. Pad. NT (n=20)	2,7	2,3	2,0	3,2	2,5	2,5	2,8
	Aspectos Econômicos*						
	AC	CG	FP	RF	AS	DA	VA
NA	6,3	4,8	6,9	5,1	6,3	7,5	5,4
NT	7,1	5,2	7,0	5,5	6,6	8,1	4,9
NT - NA	0,8	0,4	0,1	0,4	0,3	0,6	-0,5
Desv. Pad. NA (n=20)	2,4	1,8	2,0	2,0	1,6	1,4	2,5
Desv. Pad. NT (n=20)	2,6	2,5	2,5	2,3	2,5	2,3	2,8

* O significado dos acrônimos são apresentados na metodologia e no Anexo B;

**n=20, Calculados com os dados das matrizes NASOC, NAAMB e NAECO do Anexo B;

***n=20, Calculados com os dados das matrizes NTSOC, NTAMB e NTECO do Anexo B.

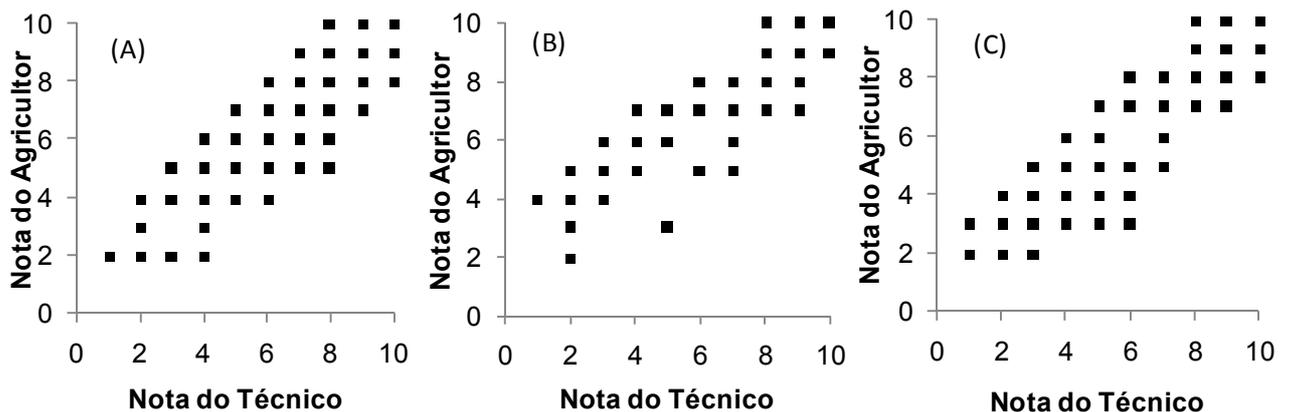


Figura 2 Gráfico de dispersão entre as notas atribuídas a uma dada variável pelo técnico e agricultor. (Nota: (A) Agricultores/Variáveis sociais (n=140); (B) Agricultores/Variáveis ambientais (n=140); e (C) Agricultores/Variáveis econômicas (n=140).)

Para melhor compreensão, destacaram-se na Tabela 1 as situações em que esta diferença entre o que o agricultor entende e o que o técnico observa é maior. Os valores que apresentam uma maior distância nos aspectos ambientais são destacados em negrito. No aspecto/ variável ambiental destacam-se quatro situações em que a diferença é -3; -0,7; -0,6;

- 0,4 , ou seja o técnico tem uma maior discordância em relação ao agricultor, tem uma visão mais crítica. Percebe o técnico ser a situação da propriedade merecedora de intervenções para melhorar o ambiente, principalmente buscando o respeito e o cumprimentos da legislação ambiental, visão esta discordante do olhar do agricultor que vive no ambiente pesquisado.

Nas questões sociais, essa diferença de percepções existe, mas é menos acentuada, pois há quase uma concordância entre o entendimento de agricultores e técnicos.

A Tabela 2 mostra as notas médias atribuídas aos sete aspectos avaliados em cada dimensão para cada propriedade/agricultor. As propriedades em fundo cinza escuro, com notas médias acima de 6 nas três dimensões avaliadas, são aquelas que, relativamente às propriedades em fundo cinza claro com nota abaixo de 6 em duas dimensões, apresentam maior pluriatividade e cujos integrantes da família, em geral, têm maior nível de escolaridade. Isso implica renda familiar proveniente de outras atividades que não a agricultura tais como cargo público (professor) e atividades como balseiro e motorista. Isso sugere que com o nível melhor de escolaridade associado à obtenção de renda externa, a propriedade reduz a pressão sobre o ambiente, tal como demonstrado em outros estudos (SCHNEIDER, 2005). A propriedade mais bem avaliada tanto pelo técnico como pelo proprietário nas 3 dimensões, por exemplo, obtém renda da agricultura, emprego assalariado (professor) e ambos os chefes de família apresentam, comparativamente, elevada escolaridade. Finalmente, a Figura 3 mostra que houve correlação positiva entre as médias dos sete aspectos sociais, ambientais e econômicos avaliados; no entanto, a alta dispersão sugere ser necessário avaliar cada dimensão individualmente. Esse resultado demonstra que as condições de vida e do ambiente não podem ser julgadas apenas por aspectos/indicadores econômicos; além disso, faz-se necessário o desenvolvimento de indicadores capazes de relacionar simultaneamente as três dimensões em um único índice de fácil entendimento.

Tabela 2 Média das notas atribuídas aos aspectos analisados (n=7) em cada dimensão por um dado agricultor (NA) e pelo técnico (NT).

Agricultor	Asp. Sociais			Asp. Ambientais			Asp. Econômicos		
	NA	NT	Méd.**	NA	NT	Méd	NA	NT	Méd
Ademar Koch	8,1	7,7	7,9	8,1	8,0	8,1	6,3	7,0	6,6
Ademar Roos	7,1	6,9	7,0	7,3	7,4	7,4	6,0	6,4	6,2
Adriana Loewke	5,1	5,4	5,3	7,0	7,4	7,2	3,9	4,1	4,0
Aldair Rodrigues de Quadro	5,4	5,1	5,3	6,9	7,3	7,1	4,6	3,9	4,2
Alirio Einsfeld	6,9	6,4	6,6	5,9	5,7	5,8	4,9	4,3	4,6
Altair Fco da Costa	6,9	6,4	6,6	5,7	4,7	5,2	6,3	5,7	6,0
Antonio Vioski	5,9	5,6	5,7	6,0	5,1	5,6	5,1	5,3	5,2
Arlindo João Scussiatto	7,9	7,6	7,7	7,1	6,9	7,0	7,0	6,4	6,7
Atilio Moro	7,9	8,7	8,3	7,1	7,6	7,4	6,6	7,7	7,1
Deonir Coelho do Rosário	6,1	6,4	6,3	6,9	6,1	6,5	6,7	7,7	7,2
Eli Kaminski	9,3	9,0	9,1	8,6	8,4	8,5	8,0	8,9	8,4
Francisco Antonio Coloda	5,3	5,7	5,5	7,3	6,6	6,9	5,7	6,4	6,1
João Teodoro	6,0	6,9	6,4	5,6	5,4	5,5	4,9	5,7	5,3
Laurindo Coloda	5,0	4,9	4,9	5,7	5,1	5,4	6,6	7,1	6,9
Lionor Duarte da Silva	7,9	7,9	7,9	5,9	5,0	5,4	6,0	6,7	6,4
Olinto Colla	6,6	6,6	6,6	7,3	6,9	7,1	7,1	7,1	7,1
Ordolino Alves	6,9	6,3	6,6	6,7	6,0	6,4	4,1	2,4	3,3
Pedro Zanatta	7,9	8,1	8,0	5,7	5,0	5,4	7,7	8,6	8,1
Selestino Antonelo	5,7	6,7	6,2	7,3	6,9	7,1	7,1	8,1	7,6
Vanderlei Vioski	6,7	7,3	7,0	8,6	8,4	8,5	5,7	6,6	6,1
Média Geral	6,7	6,8	6,8	6,8	6,5	6,7	6,0	6,3	6,2

**Média geral das notas atribuídas pelo agricultor e técnico (n=14).

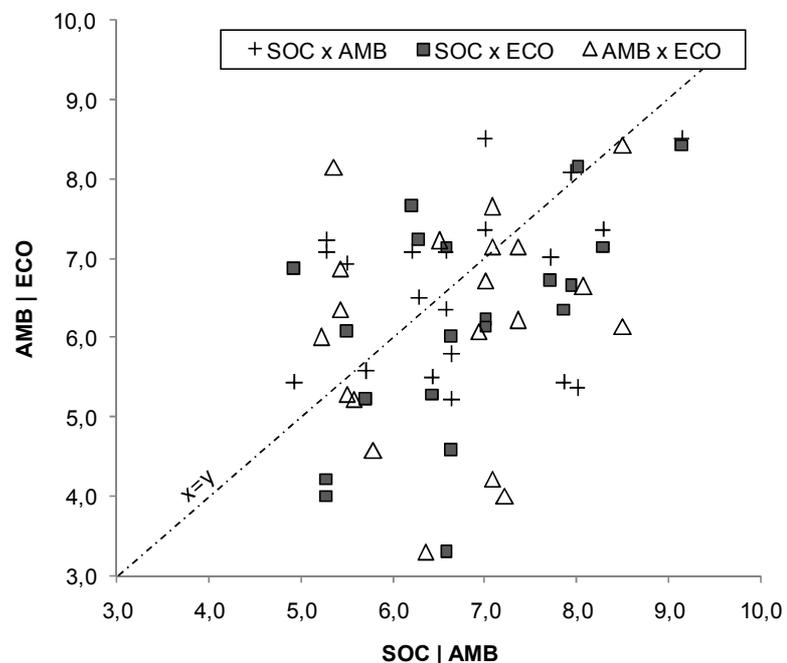


Figura 3: Relação entre a média das notas atribuídas por um dado agricultor e técnico (n=14) aos sete aspectos de uma dimensão com as notas médias atribuídas aos sete aspectos das outras duas dimensões, ou seja, relação entre as colunas “Méd.” da Tabela 2.

5.2 Aplicação dos indicadores IQV e IQCV

De posse dos resultados da pesquisa de campo, procedeu-se a efetivação dos cálculos seguindo-se os procedimentos constantes no instrumento metodológico Anexo A. Conforme consta neste instrumento metodológico, o IQCV, bem como o IQV, resultam do afastamento entre uma situação considerada ideal, ou seja 1(um), menos o significado de afastamentos das condições desejadas. Para efeito de cálculos o que realmente interessa é esta distância entre as notas atribuídas objetivamente pelo técnico, para as condições de vida de cada agricultor, que resultará no IQCV ou a percepção subjetiva do agricultor consultado, e que resultará no IQC. No procedimento (2) do anexo A:

$$\text{Significado dos desvios } \delta \text{ de um conjunto de } N \text{ aspectos } \propto \sqrt[r]{\frac{\sum_{i=1}^N \delta_i^r}{N}} \quad (2)$$

verificamos o significado dos desvios δ de um conjunto de N aspectos. Neste estudo o $N=7$, pois este é o número de aspectos utilizados nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

Nada impede que noutro estudo se defina número de aspectos diferentes para estas mesmas dimensões. Mas, é importante ressaltar, que para o estudo refletir as condições locais, os aspectos/variáveis devem ser apontados por técnicos, agentes de desenvolvimento, especialistas que atuam naquela região ou naquele local.

O r da fórmula acima (2) é $r \geq 1$, sendo o termo que define a importância atribuída à (ir)regularidade das condições dos N . No presente trabalho foi atribuído um valor de $r = 2$.

No presente trabalho utilizou-se $N = 7$, ou seja sete aspectos. Para D'Agostini e Fantini (2008) um indicador que estimule levar em conta um maior número (N) possível de aspectos e, ao mesmo tempo, valorize a ocorrência de grandes desvios em relação à condição desejada, demanda poder, ou seja valoriza uma relação entre os N aspectos considerados e os n aspectos que apresentam esse grande desvio. Então,

$$\text{Significado dos desvios } \delta \text{ nas condições de um conjunto de } N \text{ aspectos } \propto \frac{n}{N} \quad (3)$$

Neste estudo se definiu que se os desvios fossem $> 0,801$, então n seria **1**; nas outras situações, o $n = \text{zero}$, portanto sem grande desvio de uma situação esperada como ideal.

Nos cálculos do IQV não constatamos grandes desvios dos N aspectos avaliados. O mesmo não ocorreu ao definirmos o IQCV pois em três dimensões analisadas, com sete aspectos/variáveis em 20 agricultores pesquisados obtivemos 420 respostas. Destas, ocorre ($n = 1$) em seis casos que apresentaram situações insustentáveis/insatisfatórias. O entrevistado 4 apresentou três aspectos na dimensão econômica e um aspecto na dimensão social, com desvio que levou à atribuição de $n = 1$. Os entrevistados 5 e 16 apresentaram um aspecto na dimensão econômica, que levou a um $n = 1$. O entrevistado 19, um aspecto na dimensão social com $n = 1$.

Para efeito de melhor entendimento, tomamos como exemplo os dados do agricultor/entrevistado 17 no cálculo do IQCV. Ele apresentou um aspecto na dimensão ambiental e dois aspectos na dimensão econômica com grandes desvios na análise dos técnicos: os aspectos/variáveis da dimensão econômica-capital de giro e formação profissional, percebidos como insustentáveis, com desvios que produziram um $n = 1$. Como α representa o significado de n desvios em relação a N aspectos, temos no exemplo do agricultor pesquisado 17, que o somatório para o n na dimensão econômica foi 2. O que resulta em α conforme equação 3 do AnexoA.

$\alpha = 1 - n/N = 0,71$ Quanto maior o desvio, maior peso relativo ele tem.

Quando $n =$ zero, então o n/N ($0/7$), constatado no maior número de casos deste estudo. Isso informa que temos pequeno número de casos (6) em cinco agricultores pesquisados, com situações insustentáveis/ muita insatisfação.

Na equação (4) do anexo A temos que o w é o peso que é dado a cada desvio, neste estudo $w = 1/7 = 0,14$

Concluimos que podemos utilizar fórmulas unitárias (1); (2); (3); para a grande maioria de casos no presente estudo. Somente alteram-se as formulas (1), (2) e (3) nos cinco casos de agricultores pesquisados em que o valor de n será igual a 1.

$$ISS = ICS = 1 - \left(\sqrt[2]{\sum_{i=1}^7 (\delta_i)^2 \cdot (1/7)} \right)_S^1 \quad (1)$$

$$ISE = ICE = 1 - \left(\sqrt[2]{\sum_{i=1}^7 (\delta_i)^2 \cdot (1/7)} \right)_E^1 \quad (2)$$

$$ISA = ICA = 1 - \left(\sqrt[2]{\sum_{i=1}^7 (\delta_i)^2 \cdot (1/7)} \right)_A^1 \quad (3)$$

Nos gráficos da Figura 2, separamos os 20 agricultores pesquisados para compará-los nas três dimensões: social, econômica e ambiental. No primeiro que apresenta o ISS e o ICS, constatam-se valores todos acima de 0,4, o que denota uma situação regular para os técnicos e indefinida ou indiferente para os agricultores. Ou seja, não temos aqui um grupo de miseráveis, mas de famílias moderadamente satisfeitas com suas condições de vida.

No segundo gráfico da Figura 2, temos o ISE e o ICE, possibilitando comparar visualmente os entendimentos de agricultores e técnico. Percebe-se uma situação mais heterogenea na questão econômica. Dois agricultores apresentam indicadores abaixo de 0,2 o que representa situações insustentáveis para o técnico e muito insatisfeito na percepção do agricultor pesquisado.

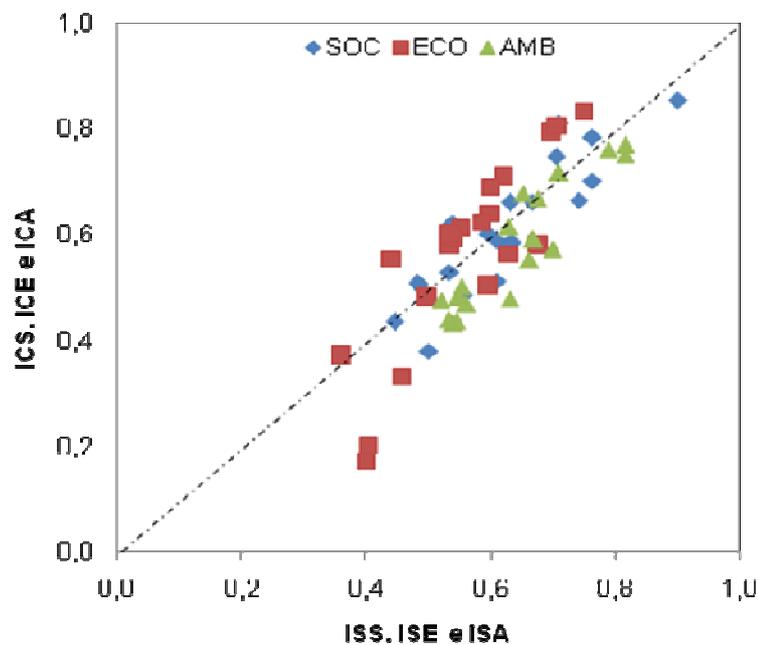


Figura 4 Relação entre os indicadores baseados nos questionários respondidos pelos agricultores (eixo horizontal) e pelo técnico. A linha tracejada representa equivalência entre as avaliações do técnico e dos agricultores.

Neste mesmo gráfico há agricultores que têm seus indicadores em torno de 0,4, o que os situa em posições sofríveis/ insatisfeito na dimensão econômica, e um numero mais significativo entre 0,5 e 0,6, demonstrando situação análoga ao que constatou-se na dimensão social. Situação regular, na avaliação objetiva do técnico, e indiferente, na subjetividade da percepção do agricultor.

No gráfico da figura 2, que mostra a dispersão da nota do técnico, no qual constam as colunas comparativas da dimensão ambiental, constata-se que em 18 dos 20 casos

pesquisados, o indicador mostra uma satisfação superior do agricultor em relação à avaliação objetiva do técnico. Os agricultores avaliados neste estudo, são produtores orgânicos com maior consciência ecológica entre os demais agricultores do Município. Pessoas que se espera que tenham uma maior compreensão dos fatores que definem a sustentabilidade de uma propriedade agrícola, por terem participado de inúmeros processos de treinamento. Contudo, o estudo mostra que o técnico objetivamente acredita que o grupo deva melhorar mais as suas condições ambientais.

As informações obtidas na pesquisa de campo sobre a *qualidade de condições para viver*, quantificada através do Indicador de *Qualidade de Condições para Viver (IQCV)*, e informações sobre *qualidade de vida*, quantificada através do Indicador de *Qualidade de Vida (IQV)*, de fato possibilitam refletir sobre estes dois conceitos distintos. A qualidade de vida reflete o que o agricultor, o sujeito pesquisado sente, como ele se vê no momento pesquisado, e esta percepção poderá ser diferente da visão do técnico (Figura 3), que leva nas suas intervenções, nas suas ações, condições para um viver melhor. Estes dois olhares são distintos e uma intervenção será positiva ou não, ao analisarmos o olhar do agricultor

Obteve-se, com o uso desse instrumento, nessa determinada realidade em estudo, tanto a percepção do agricultor pesquisado quanto a percepção do técnico sobre um determinado aspecto que mostra as condições para viver que os agricultores dispõem. Portanto, o estudo possibilitou medir o distanciamento entre a qualidade de condições para viver e a satisfação em viver as condições, de famílias de agricultores orgânicos no espaço rural do município de São Jorge D'Oeste – PR.

A comparação dos indicadores baseados nos resultados dos questionários são apresentados na figura 5, onde comparou-se os índices de satisfação social, econômico e ambiental, com os índices de condições sociais, econômicas e ambientais de cada agricultor pesquisado. No gráfico que compara ISS com ICS, o agricultor identificado como EK apresentou um indicador de satisfação ambiental, bem como o indicador de condições ambiental mais elevado compativamente aos demais pesquisados com Indicadores acima de 0,8, ou seja muito próximos da condição ideal representada por 1,0.

No gráfico da Figura 5 Indicador de satisfação econômica - ISE e Indicador de condições econômica – ICE mostra três agricultores com indicadores proximos de 0,8. Os indicadores de condições econômicas são superiores a 0,6 em 14 casos dos 20 pesquisados. Isto demonstra uma visão mais otimista do técnico sobre a situação pesquisada em relação a satisfação que o agricultor entende como ideal para sua vida.

No gráfico da Figura 5 que compara o Indicador de satisfação ambiental com o Indicador de condições ambientais, obteve-se um resultado onde em 18 dos 20 agricultores pesquisados, esses avaliam sua situação ambiental melhor do que a avaliação efetivada pelo técnico.

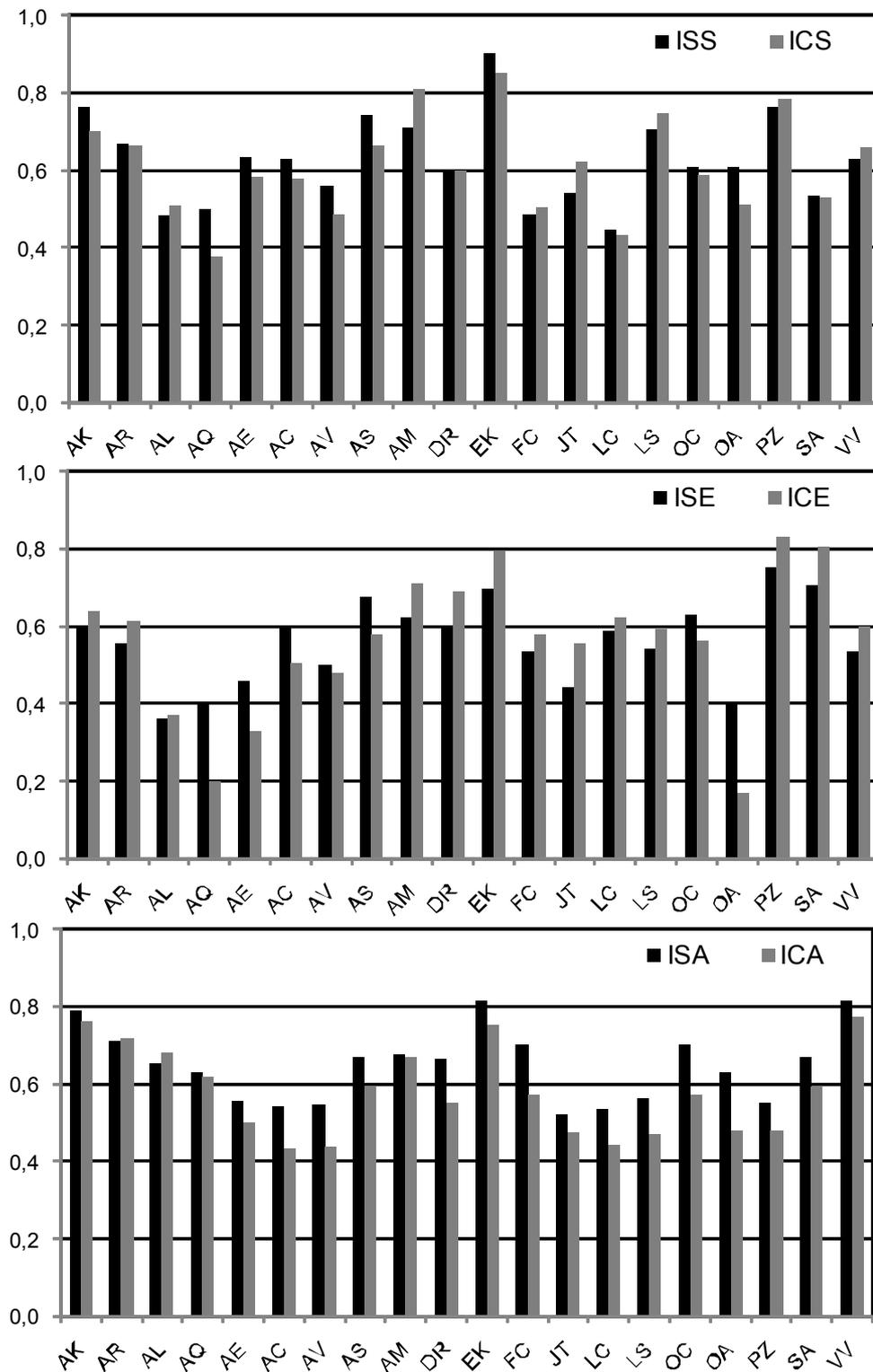


Figura 5 Comparação dos indicadores baseados nos resultados dos questionários, Indicador de satisfação social (ISS), indicador de condições sociais (ICS); indicador de satisfação econômica (ISE), indicador de condição econômica (ICE), indicador de satisfação ambiental (ISA), indicador de condição ambiental (ICA), com variação de 0 a 1,0 para todos os 20 agricultores pesquisados

Na figura 6 constatamos que em 15 das famílias pesquisadas o IQV e o IQCV ficou próximo ou acima de 0,6. O Agricultor EK apresentou indicadores IQV e IQCV acima de 0,8 destacando-se em relação aos demais. Percebe-se a necessidade de ações que possibilitem elevar estes indicadores para índices próximos de 1,0 que representa uma situação consensada como ideal para as condições de vida e da qualidade de vida percebida, por estes agricultores pesquisados.

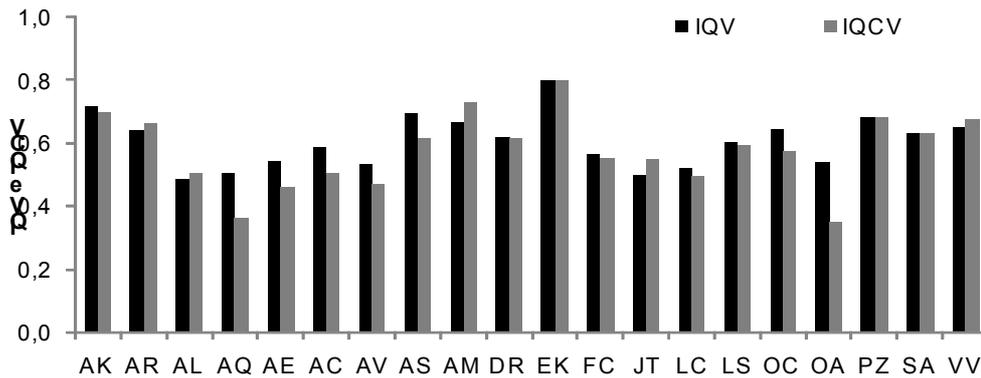


Figura 6 Comparação do Indicador de Qualidade de Vida (IQV) e Indicador da Qualidade das Condições para Viver (IQCV), que variam de 0 a 1,0, para todos os 20 agricultores pesquisados.

5.3 A importância dos aspectos/variáveis

Os aspectos/variáveis levados em consideração nesta pesquisa foram aqueles apontados por técnicos especialistas que atuam na extensão rural na Região Sudoeste do Paraná. Admitindo que este instrumento de pesquisa fosse utilizado em qualquer outra região ou localidade do Estado possivelmente outros aspectos/variáveis teriam sido indicados como relevantes pelos técnicos especialistas destas outras regiões.

Com isso, podemos afirmar que este instrumental metodológico pode ser utilizado em diferentes contextos, localidades, microbacias, regiões onde se necessita avaliar condições de vida de grupos de pessoas. Os aspectos/variáveis é que podem ou devem ser outros, pois as realidades de diferentes locais assim o exigem. É necessário considerarem-se as especificidades, questões culturais, de gênero, idade, ambientais, históricas e de características locais, ao se definirem os aspectos/variáveis, e este procedimento torna esse processo participativo.

Os aspectos/variáveis devem ser escolhidos num processo de entrevistas com especialistas que tenham atuação na área focada pela pesquisa. O técnico especialista não

deve necessariamente saber se o agricultor pesquisado está ou não satisfeito com determinada situação, mas deve saber se a maioria dos agricultores daquela situação estudada se revelaria satisfeita. Ou seja, ouve-se a opinião de especialistas em questões sociais, para definir aspectos sociais; especialistas em questões ambientais, para definir aspectos ambientais; e especialistas em questões econômicas, para definir aspectos econômicos. Assim, deve-se ter a escolha dos aspectos/variáveis mais relevantes, pertinentes para aquele local, naquele momento, com a finalidade de obtenção de resultados que melhor definirão a percepção do grupo pesquisado, para que, ao se comparar com a opinião do técnico especialista sejam possível perceber os diferentes olhares.

Importa saber que está nos aspectos variáveis definidos para cada caso estudado o resultado numérico auferido que possibilita comparar percepções variáveis. E estes resultados são obtidos após entrevista que segue o instrumento próprio para uso em ambientes e situações diferenciadas. **(Anexo B)**.

O resultado auferido não está no procedimento metodológico, que é único para diferentes situações possíveis de serem pesquisadas, mas ele aponta, mostra o caminho para a obtenção de outras possibilidades de compreensão da mesma realidade. Possibilita medir objetivamente esta diferença de olhar, ao levar em consideração aspectos variáveis locais.

Está aqui, possivelmente, uma importante diferença entre esse instrumento metodológico de pesquisa, que considera os aspectos variáveis a serem pesquisados, definidos por técnicos que atuam no local ou no entorno da área pesquisada, e muitos outros procedimentos metodológicos utilizados tradicionalmente que pretendem definir os aspectos /variáveis para realidades diversas. Como exemplo, citamos o Marco Lógico – instrumento de gestão e comunicação utilizado pelo Governo do Paraná em acordo com as instituições financiadoras. Esse instrumental metodológico foi desenvolvido nos Estados Unidos, em 1969, por uma empresa de consultoria, a Practical Concepts Incorporated – PCI, a pedido da United States Agency for International Development (USAID). Portanto, trata-se de uma metodologia tradicional desenvolvida para ser utilizada de forma igual em várias situações no mundo todo (BROSE, 2001, p.278-294.).

Não existe um instrumento que possa tratar situações diferentes utilizando as mesmas variáveis, como se fosse possível dar um tratamento homogêneo a situações que devem ser consideradas como se apresentam, ou seja, situações distintas.

O que importa é que o instrumental metodológico aqui estudado, em si, possibilita comparar as diferentes visões, ou seja, o que técnico especialista que atua na região entende como ideal, em relação à visão da situação de vida do agricultor entendida por este. É um

recurso que possibilita estudar situações diversas, fornecendo subsídios sobre a qualidade de vida de pessoas que são atingidas por intervenções de ações externas. Isso está implícito nos aspectos/variáveis, e pela forma com que foram escolhidos entre técnicos especialistas, a possibilidade de trazer resultados próximos, como os constatados nesta pesquisa. Não foi objeto do trabalho verificar a significância estatística da diferença entre o 0,58 e 0,61 obtidos na pesquisa, mas é objeto deste estudo mostrar que é possível apontar esta diferença.

Esse instrumental pode ser utilizado como avaliador de situações momentâneas, e esta metodologia precisa estar conjugada a outros instrumentais que buscam a participação de pessoas em processos de desenvolvimento ditos participativos. Como exemplo de procedimentos, pode-se citar: Economias baseadas em competências através de criação de empreendimentos, Método pedagógico capacitação imersa, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), Diagnóstico Organizacional Participativo (DOP), Diagnóstico Rápido Econômico Participativo (DREP), Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação – DiPUC, Oficinas de Futuro, Planejamento Estratégico e Situacional (PES); o método usado neste estudo também pode ser complementar ao Zielorientierte Projektplanung (ZOPP), ou Método de Planejamento de Projeto Orientado pelos Objetivos - Método ZOPP. Existem ainda outros métodos que podem usar este instrumento metodológico como complemento ou uso simultâneo: o Método Altadir de Planificação Popular (MAPP), Método de Resolução de Problemas (MRP), Diagnóstico Participativo de Vantagens Competitivas (PACA), e será muito útil na Gestão Participativa para o desenvolvimento local – Método GESPAR.¹⁷

5.4 Análise dos resultados após aplicação do instrumental

O resultado obtido após tabulação dos dados apresentou um IQCV 0,58, sendo este o olhar do técnico para as 20 unidades produtivas pesquisadas. Os agricultores, após responderem aos questionários e discorrerem sobre suas condições de vida, apresentaram um IQV 0,61. Ou seja, as visões de quem interfere e de quem sofre as interferências que buscam melhorar as condições de vida apresentam nesta pesquisa valores próximos. Importa saber que existe uma distância a ser percorrida até a situação imaginada como ideal, que está neste procedimento metodológico, representada pela distância de IQCV - 0,58 e IQV - 0,61 até 1,0.

Ao verificarem-se os resultados gerais descritos na **Tabela 3**, constata-se que, para os agricultores entrevistados, as condições analisadas no Indicador de Satisfação Ambiental e

¹⁷ Estas metodologias estão descritas na obra *Metodologia participativa – uma introdução a 29 instrumentos*. Markus Brose – Organizador.

Indicador de Satisfação Social e *Indicador de Qualidade de Vida*, foram valores maiores que os obtidos na comparação com técnico/ entrevistador, no Indicador de Condições Ambientais, Indicador de Condições Sociais e *Indicador de Condições para viver*.

Isso aponta para uma maior exigência do técnico/especialista, na sua avaliação, do que seriam condições ideais para se viver, na dimensão social e na dimensão ambiental. Ou seja, o que para o agricultor/entrevistado pode parecer satisfatório, para os técnicos precisa muito ser melhorado, por estar ainda afastado de uma condição ideal imaginada por eles.

Ao se observar o resultado apresentado na **Tabela 3** para a dimensão econômica, seja à luz do olhar dos agricultores, seja no entendimento dos técnicos, representado pelo entrevistador e acompanhante, o resultado foi semelhante. Ou seja, não constatou-se diferenças entre as condições econômicas e a satisfação econômica no âmbito daquela realidade. Pode-se inferir que ambos consideram a situação econômica no mesmo patamar, com afastamento em relação ao ideal de forma semelhante. Evidentemente que a coincidência de igualdade em 0,56 ainda está bastante distante de uma situação considerada boa.

Tabela 3 - Indicadores das condições ambiental (ICA), social (ICS) e econômica (ICE) que resultam no Indicador de Qualidade de Condições para Viver (IQCV); e indicadores do grau de satisfação ambiental (ISA), social (ISS) e econômica (ISE) que resultam no Indicador de Qualidade de Vida (IQV) dos agricultores pesquisados.

Agricultor	ICA	ICS	ICE	IQCV	ISA	ISS	ISE	IQV	IQCV	IQV
1	0.76	0.70	0.64	0.70	0.79	0.76	0.6	0.71	0.0154	0.0114
2	0.72	0.66	0.61	0.66	0.71	0.67	0.55	0.64	0.0077	0.0012
3	0.68	0.51	0.37	0.51	0.65	0.48	0.36	0.49	0.0047	0.0147
4	0.62	0.38	0.2	0.36	0.63	0.501	0.4	0.51	0.0449	0.0104
5	0.5	0.58	0.33	0.46	0.55	0.63	0.46	0.55	0.0134	0.0038
6	0.43	0.58	0.5	0.50	0.54	0.63	0.59	0.59	0.0054	0.0003
7	0.44	0.49	0.48	0.47	0.55	0.56	0.49	0.54	0.0107	0.0051
8	0.59	0.66	0.58	0.61	0.67	0.74	0.68	0.70	0.0012	0.0083
9	0.67	0.81	0.71	0.73	0.67	0.71	0.62	0.67	0.0235	0.0037
10	0.55	0.6	0.69	0.61	0.66	0.59	0.6	0.62	0.0014	0.0001
11	0.75	0.85	0.79	0.80	0.81	0.9	0.69	0.80	0.0487	0.0361
12	0.57	0.5	0.58	0.55	0.7	0.49	0.53	0.57	0.0006	0.0014
13	0.48	0.62	0.55	0.55	0.52	0.54	0.44	0.50	0.0007	0.0112
14	0.44	0.43	0.62	0.49	0.53	0.45	0.58	0.52	0.0070	0.0075
15	0.47	0.75	0.59	0.60	0.56	0.7	0.54	0.60	0.0004	0.0001
16	0.57	0.59	0.56	0.58	0.7	0.61	0.63	0.65	0.0000	0.0017
17	0.48	0.51	0.17	0.35	0.63	0.61	0.4	0.54	0.0513	0.0047
18	0.48	0.78	0.83	0.68	0.55	0.76	0.75	0.68	0.0107	0.0056
19	0.59	0.53	0.8	0.63	0.67	0.53	0.71	0.63	0.0032	0.0008
20	0.77	0.66	0.6	0.68	0.81	0.63	0.53	0.65	0.0098	0.0018
média aritmética	0.58	0.61	0.56	0.58	0.65	0.62	0.56	0.61	--	--
Média Geométrica	--	--	--	0.56	--	--	--	0.60		
Variância	--	--	--	--	--	--	--	--	0.013	0.006
CV%	--	--	--	20.00	--	--	--	13.50	--	--
Des.Pad.	--	--	--	--	--	--	--	--	0.12	0.08
SQ-IQCV									0.26	0.13

Para Freire (1984) a realidade concreta de uma certa área se reduz a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, em nosso ponto de vista, importa constatar. A realidade concreta é algo mais do que fatos tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é um conjunto de vários fatos, de todos os dados coletados e mais a percepção que deles esteja tendo a população envolvida. Assim, a realidade concreta se dá na relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Para diagnosticar com maior embasamento a realidade dos agricultores pesquisados e compreender da forma mais isenta possível o resultado e os dados levantados na pesquisa de campo, buscaram-se outras informações em documentos existentes no local sobre esse grupo.

Os dados secundários foram coletados em órgãos governamentais e não-governamentais, como o Instituto EMATER, IBGE, SEBRAE, Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste, CAPA, DERAL/SEAB, CAJOR, AORSA, e na Cooperativa do Agricultores Familiares Integrados de São Jorge D'Oeste.

5.5 Análise do conteúdo do instrumento e forma de aplicação

O trabalho se prestou à análise dos aspectos/variáveis definidos por sugestões de técnicos/especialistas do Instituto EMATER, e aplicados para trabalho do grupo de 20 agricultores familiares incluídos no Projeto Paraná Biodiversidade. Como já foi apontado, esse projeto tem por finalidade a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos naturais do bioma Mata Atlântica, em duas regiões altamente ameaçadas no Estado do Paraná: Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Semidecidual. A degradação do meio ambiente nas áreas de abrangência do Projeto contribuiu para a *baixa qualidade de vida no meio rural* do Paraná; conforme se pode observar nas dimensões descritas a seguir:

a) Na *dimensão* ambiental dos sete aspectos/variáveis (*água potável, controle de fontes de poluição, uso de agrotóxicos, área de preservação permanente, mata ciliar, controle de erosão, situação dos mananciais de água*) considerados pelos técnicos/especialistas consultados como importantes na caracterização da *qualidade de vida* no meio rural, constatou-se um Indicador de Condições Ambientais igual a 0.58.

Para os agricultores, o Indicador de Satisfação Ambiental foi 0,65, o que aponta uma maior satisfação do agricultor com a sua condição ambiental em relação à posição visão dos técnicos. O olhar do técnico/especialista é mais crítico do que a visão do agricultor pesquisado em relação à questão ambiental, ou seja, infere-se que o primeiro tenha mais informações sobre questões relacionadas à degradação do meio físico, uma visão mais técnica, normativa e rígida em relação a leis existentes. Mas para a lógica de produção e reprodução do agricultor familiar como entidade no meio rural, a sua propriedade, muitas vezes com minúsculas áreas, precisa ser administrada de modo que possibilite a viabilização econômica. O técnico/especialista é um ser externo a esta dinâmica, vive na cidade, noutra realidade, noutra modo de vida, não depende desta para sobreviver; apenas recomenda, exige, ou executa o respeito a leis e normas que foram elaboradas distantes da realidade do agricultor.

A estrutura agrária de São Jorge D'Oeste, formada por minifúndios, levou a uma situação agravada com o aparecimento de propriedades fragmentadas pela divisão através da

herança, ou da transferência de pais para filhos de pequenas áreas para o estabelecimento de unidade produtiva. Com um uso intensivo do solo nessas pequenas áreas, o agricultor familiar passa a organizar o seu lote para produzir da forma mais sustentável possível.

Os aspectos/variáveis pesquisados possibilitam traçar um panorama geral desse grupo de agricultores desta pesquisa, os quais não têm problemas de falta de água e têm consciência da importância de proteger fontes com mata ciliar. Por se tratar de um grupo de agricultores familiares orgânicos, o uso de agrotóxicos está abolido em 18 propriedades, sendo este porém usado minimamente ainda em duas. Um dos aspectos que necessitam ser melhor trabalhados é a destinação correta do lixo. Materiais orgânicos são compostados em todas as propriedades, porém resíduos sólidos como latas, plásticos e embalagens em geral são colocados em sacos e amontoados nos galpões das propriedades. Nas comunidades do interior do município pesquisado não existe coleta seletiva de lixo.

b) Na *dimensão* social foram considerados sete aspectos/variáveis (*acesso a comunicação, acesso a propriedade, saneamento básico, acesso a lazer, moradia rural, acesso a serviços de saúde, participação associativa*). Verificou-se uma diferença mínima entre as diferentes visões: um Indicador de Condições Sociais igual a 0,61, que denota a opinião do técnico/especialista sobre as propriedades pesquisadas, e um Indicador de Satisfação Social 0,62, marcando o entendimento dos agricultores sobre sua situação social. Caso se pudesse atribuir significância estatística à diferença, estaria então novamente presente um olhar mais crítico do técnico em relação à realidade social vivenciada pelo agricultor, comparada àquela que os agricultores percebem. Um dos aspectos cujo indicador apresentou valores mais críticos foi o acesso a lazer. Isso pode estar denotando que enquanto o técnico considera muito importantes questões econômicas e ambientais, o agricultor de maior gravidade a quase ausência de opções de lazer como parte da sua realidade.

Não existe ou são escassas as opções de lazer para as famílias no meio rural de São Jorge D'Oeste, cujas atividades se resumem a festas na capela da comunidade e festas de batizado e casamento de familiares e vizinhos. Neste quesito se constata, pelas opiniões emanadas das mulheres agricultoras nos Movimentos de Mulheres Camponesas, que são elas que mais sofrem com a falta do que fazer quando se trata de lazer. Nos finais de semana, ao marido é permitido participar de jogos de canastra, truco, bocha e futebol na sede da comunidade. A mulher, quando muito, visita suas vizinhas para uma roda de chimarão, mas têm que voltar logo para casa, pois os trabalhos rotineiros de uma unidade produtiva

continuam, mesmo nos domingos e feriados. Exemplo disso é o trabalho de ordenha das vacas.

Quanto aos demais aspectos/variáveis sociais pesquisados, constata-se que nesse grupo apenas uma família tem acesso ao uso de computador, 11 famílias usam telefone para se comunicar, e todos do grupo pesquisado têm acesso a informações através de rádio e televisão.

As questões de saúde do grupo pesquisado são tratadas através do Serviço Único de Saúde (SUS), e nenhuma das 20 famílias possui planos de saúde alternativos. Por se tratar de um grupo de vanguarda em termos de participação comunitária, seus integrantes são líderes de associações, cooperativas e participam ativamente de diretorias das capelas. Porém, ressaltamos que este grupo participou de inúmeros treinamentos e processos de formação, o que os diferencia num universo de 1360 agricultores do município. Essa posição facilita o seu acesso aos serviços sociais básicos.

No estudo de Balsadi et al (2006) verificou-se que o acesso aos serviços sociais básicos é mais facilitado à população urbana, em detrimento dos residentes no espaço rural. Como esse aspecto tem forte influência na *qualidade de vida* da população rural, fica evidenciado a importância do Estado e das políticas públicas na melhoria das condições de vida e no desenvolvimento humano.

A falta de alternativas e atividades de lazer é uma das reclamações dos jovens do meio rural e um dos fatores apontados por eles para almejem deixar a vida no campo. A situação econômica influencia nas opções de lazer, pois famílias com maior renda na pesquisa demonstraram ter mais opções ou consideraram a questão lazer resolvida.

A existência do Programa de Subsídio à Habitação Social (PSH) do Ministério das Cidades, em parceria com o governo estadual, permitiu a construção de habitações novas no meio rural do município pesquisado. Nesse grupo, 11 famílias foram beneficiadas por esse programa, sendo constatada uma intervenção externa que levou melhorias às condições para se viver, e que possivelmente trouxe satisfação aos beneficiários quanto a sua *qualidade de vida*: Indicador de Satisfação Social acima de 0,60. Na análise do técnico sobre moradia rural, procurou-se observar o tipo de material da construção (madeira ou alvenaria), o estado de conservação, tempo de uso ou idade do imóvel, tipo de cobertura (telha de barro, telha de cimento), pintura, aberturas, varandas, banheiro, etc.

Um dos limitantes deste estudo, refere-se, na dimensão social, ao acesso aos bens duráveis, que são importantes como indicadores de progresso material e melhorias na residência, pois levam a uma melhor condição de se viver. Não fizeram parte do levantamento

de dados informações sobre presença de fogão de duas bocas ou mais, filtros de água, rádio, televisão em cores, geladeira, *freezer*, máquina de lavar roupa, computador e outros, os quais estão presentes em muitos estudos possibilitando a produção de indicadores de condições de vida

c) Na *dimensão econômica* foram pesquisados sete aspectos/variáveis (*acesso a crédito, capital de giro, formação profissional, renda adequada para a família, agropecuária sustentável, diversificação de atividades e produtos com valor agregado*). Conforme apontam os resultados obtidos, verifica-se um Indicador de Condições Econômicas (ICE) igual a 0,56. Ressalte-se que este indicador denota o olhar do técnico/especialista naquele momento pesquisado. Obteve-se um Indicador de Satisfação Econômica (ISE) também de 0,56, sendo esta a percepção dos agricultores. Conclui-se não existir diferença entre os dois olhares: o do técnico e o dos agricultores. Como o método permite inferir sobre uma situação que permite uma variação de 0 a 1, conclui-se que, mesmo não existindo diferença entre os dois olhares, há uma distância de 0,44 em relação ao indicador que aponta para uma situação ideal. O que pode melhorar nas questões econômicas numa propriedade rural, fatalmente vai influenciar na melhoria das questões sociais e ambientais. Exemplificou-se com o aspecto/variável *acesso a lazer*, indicado pelos agricultores pesquisados como deficiente em suas vidas, fator este que seria facilmente resolvido com melhorias no aumento da renda da família.

No aspecto renda, objetivamente o técnico pôde elaborar uma escala composta por itens de situação, utilizando o salário mínimo nacional como referência para melhor definir a posição dos agricultores estudados na escala composta por itens de situação insustentável, sofrível, regular, boa, a muito boa.

Separaram-se entre os 20 agricultores participantes deste estudo, os grupos comunitários que concentram seis agricultores na Comunidade Nossa Senhora do Carmo, quatro agricultores da Linha Gaucha e três agricultores da Linha Nossa Senhora Consoladora. Com isso foi possível comparar os resultados obtidos: O IQCV para as comunidades de Nossa Senhora do Carmo: 0,53, Linha Gaucha: 0,61 e Nossa Senhora Consoladora : 0,56. O IQV para estas comunidades foi: Nossa Senhora do Carmo: 0,56, Linha Gaucha: 0,62, Nossa Senhora Consoladora: 0,64. Com isso pode-se apresentar alternativas de análise em estudos que fazem uso dessa metodologia para comparar situações de comunidades, microbacias, e regiões.

O comparativo de situações diferenciadas (Figura 7) possibilita mostrar aos agentes de desenvolvimento como e onde intervir com ações que minimizem disparidades entre situações

dentro de uma mesma comunidade, microbacia, município ou região. Com estes dados pode-se intervir levando melhorias nas condições para se viver, apropriadas para as necessidades dos que serão diretamente beneficiados.

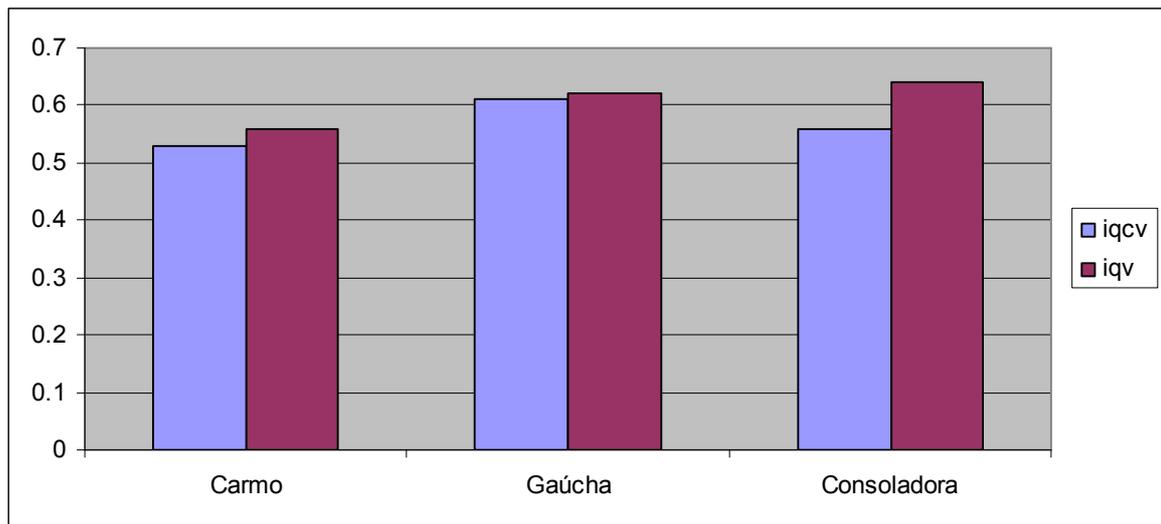


Figura 7 Comparativo de resultados obtidos IQCV e IQV das três comunidades com maior número de agricultores pesquisados. Nossa Senhora do Carmo (6), Linha Gaúcha (4) e Nossa Senhora Consoladora (3).

Nos resultados comparativos obtidos nas comunidades de Nossa Senhora do Carmo, Linha Gaúcha e Nossa Senhora Consoladora, (Figura 7) onde residem respectivamente 6, 4 e 3 agricultores pesquisados, percebe-se que: na comunidade de Linha Gaúcha é onde o indicador de *Qualidade de Condições para Viver (IQCV)* apresentou valores mais elevados, comparativamente as outras duas comunidades. Isto significa que os técnicos percebem esta comunidade com melhores condições para se viver, em relação as comunidades do Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora Consoladora. Onde se obteve resultados que demonstram uma maior distância entre o olhar do técnico/especialista e os agricultores foi na comunidade Nossa Senhora Consoladora, comparativamente as outras duas comunidades, carmo e gaúcha.

Infere-se que, se procedessemos a pesquisa ouvindo somente as mulheres, o resultado obtido poderia ser diverso. Outra situação imaginada seria a construção do formulário de pesquisa ouvindo somente técnicas e extensionistas mulheres, pois isto poderia levar a outras questões a serem levantadas, diferentes das observadas neste trabalho. Levar em conta questões de gênero poderá ser objeto de um novo estudo.

Num trabalho deste tipo que incluísse um público maior, como toda a população de um município, seria possível comparar comunidades, classificar agricultores ou pessoas pesquisadas dentro da própria comunidade para, com a ajuda de uma equipe multidisciplinar, entender o que melhor precisaria ser feito a fim de que a vida nesse local pudesse ser melhor para um maior número de pessoas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Como um dos objetivos principais deste trabalho de pesquisa foi testar um método que permite monitorar, ao longo do tempo, como se sentem os agricultores beneficiários de um determinado programa/projeto, constatou-se sua validade, sua aplicabilidade nos processos de intervenção da extensão rural.

A utilização desse instrumental metodológico pode ser efetivamente melhorada nas observações que cabem ao técnico. No tocante à questão ambiental, neste trabalho não foram analisados os documentos referentes à terra dos agricultores pesquisados, para que se pudesse verificar a possível averbação da área de preservação permanente, bem como a demarcação das áreas de mata ciliar e proteção de mananciais. No Paraná, esta exigência está estabelecida no Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal Florestal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG.) O conhecimento da situação legal de cada propriedade possibilitará ao técnico uma melhor definição da situação objetiva.

Recomenda-se utilizar o presente instrumento para analisar uma comunidade, um grupo de agricultores de uma microbacia que estão iniciando um processo de organização. Após a intervenção de especialistas, extensionistas que facilitam a esse grupo ações para melhorar as condições de vida, o uso dessa metodologia pode gerar os dados do marco zero dessa intervenção. Neste primeiro momento do trabalho, pode-se colocar um peso maior nas questões econômicas, para alavancar a unidade produtiva. Com o passar do tempo e alcançado o objetivo de estabilizar economicamente a unidade produtiva, corrige-se esta valorização maior da dimensão econômica. Passa-se então a discutir e ampliar ações que visam a melhorias nas dimensões ambientais e sociais. Abaixo se exemplifica:

$$IQCV = ICS^{1/4} \cdot ICA^{1/4} \cdot ICE^{1/2}$$

Na simulação acima, usou-se peso de 25% para o Indicador de Condição Social e Indicador de Condição Ambiental e um peso de 50% para o Indicador de Condições Econômicas. A discussão da agroecologia, que por princípio valoriza simultaneamente as dimensões econômica, social e ambiental, fará a transição de um modo de produzir com ênfase no econômico, para um modo de produzir com foco na sustentabilidade ambiental e social.

Para que se tenha uma ação extensionista com respeito à vida, necessita-se, conforme CANUTO (2003). Pensar em alternativas sustentáveis que passam por um contexto de alguma

diversificação e pelo desempenho de sistemas agrícolas mais sustentáveis, do ponto de vista ecológico. Para reabilitação dos agricultores e das regiões de concentração de agricultura familiar, urge estabelecer estratégias de transição agroecológica que incluam principalmente os agricultores pobres, jovens rurais e mulheres camponesas e que se proponha uma gestão diferente dos recursos naturais.

Constata-se que existem agricultores que não aderiram, ao longo do tempo a modernização tecnológica implantada no Brasil a partir dos anos 1950; intervenção implementada através de políticas públicas como crédito, assistência técnica e pesquisa. Esses que permaneceram marginalizados do processo de modernização, estão hoje mais aptos a serem favorecidos por atitudes do Estado em favor da conversão para a produção agrícola em bases sustentáveis. Esse pode ser um público para se iniciar uma grande discussão que leve a bases sustentáveis de produção: a agroecologia.

Aqui se constata e se reafirma o que já foi dito por MUSSOY (2005), que a extensão rural, bem como os técnicos dos Departamento Agropecuário das cooperativas e das secretarias municipais de agricultura sempre buscaram trabalhar com aqueles que estavam mais aptos a responder às inovações propostas pelos pacotes tecnológicos apresentados como solução para a baixa produtividade da agricultura tradicional. Este modelo levou a existência de uma população marginalizada, cujos integrantes devem ser prioritariamente os atores beneficiários de novas políticas públicas

Neste estudo constatou-se uma diferença pequena de visões entre a realidade cotidiana vivida pelo produtor e o desenho de uma realidade em perspectiva elaborado pelo técnico. É essencial que se saiba como tornar eficiente e eficaz o intercâmbio de conhecimentos e práticas entre o produtor rural e o técnico, para que os atores tenham garantida a sua permanência no sistema produtivo agrário. Ao se questionar sobre a oferta de informação oportuna, adequada e necessária ao produtor, o técnico historicamente procurou se aproximar dos mais aptos a oferecer respostas à sua lógica de funcionamento da agricultura. O desafio é trabalhar com o público de menor poder aquisitivo, visto por todos como “menos apto” a utilizar tecnologias ditas modernas.

A abertura de espaços sociais propiciadores da elaboração de projetos, mesmo que em resposta a proposições de certos mediadores privilegiados (extensionistas municipais de OG e técnicos de ONGs), constitui uma forma de reconhecimento público da enorme dívida social para com os agricultores familiares excluídos, demandantes de recursos sociais fundamentais. Recursos cuja ausência é extravagante para este início de milênio (serviço escolar, serviço médico, energia elétrica e estradas para melhor escoar a produção). Necessário se faz o aporte

de recursos instrumentais para criação de canais de comunicação com outros mundos sociais, os quais são fundamentais para a incorporação de outras formas de exercício de cidadania que reneguem a mutilação cultural e a desqualificação social, sempre operativas à condenação dos agricultores pelo atraso e pela ficção da resistência à mudança.

Para que a extensão rural redirecione seu foco no sentido do resgate da cidadania e da dívida social que tem a nação com as maiorias subalternas do campo, é necessário rever o “processo educativo”, a forma de “comunicar” a metodologia de trabalho dos extencionistas. (MUSSOY, 2005). Portanto, constata-se que a extensão rural falhou com uma significativa parcela da população do campo, não conseguindo produzir ações que levassem a melhorias nas condições de vida.

Ao se estudarem essas maiorias subalternas do campo, observa-se em seu ambiente produtivo uma oferta real, mas limitada, de disponibilidades agroecológicas e de meios de produção adequados e oportunos: escassez de água, solos cansados, ou em muitos casos esgotados; crédito subordinado aos conceitos de rentabilidade bancária e condicionado a atividades previamente programadas por instituições externas. Para poder entender esta situação em diferentes realidades, o instrumental utilizado neste trabalho pode ser útil.

Este trabalho procura apontar a importância e relevância do papel do Estado e das políticas públicas fomentando dois aspectos que têm forte influência nas condições de vida: investimentos em infra-estrutura básica nas regiões e municípios mais pobres e a pluriatividade no interior das famílias, como forma de elevar a renda. É estratégico para o desenvolvimento de áreas com populações empobrecidas que o Estado possibilite o acesso aos serviços básicos (água canalizada, coleta de lixo, energia elétrica, saúde, educação, habitação, lazer, documentação básica, etc.). Isto é apontado por especialistas como formas eficientes e eficazes de manter a população nos seus locais de origem, evitando a migração para centros urbanos e metropolitanos, e ao mesmo tempo de contribuir para a retenção de mão de obra adequada para as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas nas áreas urbanas e rurais destas localidades (SILVA, 1999).

Como mecanismo de defesa, de sobrevivência perante estas condições reais, o agricultor familiar responde com uma complexa combinação de meios parcamente disponíveis e sobrevive por várias décadas sem a presença, ou com a mínima orientação de um técnico. Esse agricultor familiar consolida uma experiência, domina um espaço de manobras apertado, organiza-se e administra entrincheirado na defesa de um território suficiente para sobreviver. O tempo do agricultor familiar (tempo afetivo, social, psíquico,

econômico, político), que determina sua *qualidade de vida*, está em função dessa complexa combinação de escassos meios de produção (GIOVENARDI,2001).

Por outro lado, apresenta-se a grande maioria dos técnicos que manifestam as condições e os requerimentos ideais exigidos pelos agentes financeiros, pelas entidades de pesquisa e manuais que trazem as melhores combinações tecnológicas dos meios de produção adequados e oportunos, por vezes teoricamente abundantes (terra, água, sementes, tratamentos culturais, adubos), em função da competitividade dos mercados, da produtividade e da qualidade dos produtos. Constata-se uma falta de conexão entre esta visão e aquela do agricultor familiar. Precisa-se aproximar estes atores – agricultor e técnico - através de uma ferramenta que lhes possibilite mostrar suas distintas visões, porém indissociáveis no processo de busca de desenvolvimento sustentável.

Como recomendação final e anseio: necessita-se de extensionistas, de agentes de desenvolvimento, facilitadores que não acreditem que está decretada por um destino poderoso a impotência dos agricultores familiares para melhorar as suas condições de vida; necessita-se de alguém que negue a resignação da situação que está posta, mas alguém que acredite que o futuro é problemático, complexo e não inexorável; Que veja na maneira de ser e viver dos agricultores familiares uma forma de resistência física e cultural; alguém que acredite que *mudar é difícil mas é possível*; que programe sua ação para um projeto comprometido com a certeza de que é possível mudar, de que é preciso mudar, de que preservar situações de miséria é uma imoralidade (FREIRE, 1996); que um existir com qualidade de vida é possível.

Os processos de intervenção no campo até aqui descritos, citados, são “processos educativos que levam tanto a intervenções que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, ao contrário da intervenção que reacionariamente pretende imobilizar a história e manter a ordem injusta” (FREIRE, 1996)

6.1 Implicações para a extensão rural

Acredito que o extensionista rural, o agente de desenvolvimento rural, deva ser acima de tudo um educador, pessoa que se “comunica” com agricultores, dialogue de igual para igual, e não apenas alguém alheio que “estende” conhecimentos, como bem escreveu Paulo Freire no seu livro *Extensão ou Comunicação*. Ele não pode ser um agente de desenvolvimento que invade a cultura local, o espaço da práxis do agricultor, que mesmo ao avaliar situações vividas deve preconizar o diálogo, ouvir os anseios locais. A metodologia

utilizada neste estudo é mais uma ferramenta na construção de uma ação que preconiza a participação dos atores locais.

Neste trabalho está implícita a possibilidade de extensionistas, agentes de desenvolvimento, facilitadores, estarem comprometidos com um processo de educação dialógica, de duas vias, em que ao ensinar “aprendo com o saber daquele a quem educo” SEN (2003).

Um antigo ditado bengalês sustenta que o conhecimento é uma mercadoria muito especial: quanto mais é distribuída, mais cresce o seu estoque. Proporcionar Educação (conhecimentos técnicos) aos outros, não só os ilumina como enriquece quem a distribui. Na minha opinião, essa é a função primeira da extensão rural oficial: proporcionar condições de um viver melhor no espaço rural, participando de um processo de transformação coletiva, em que agricultor e técnico/especialista troquem saberes, para que o grupo, a comunidade, o coletivo tenha maior *qualidade de vida*.

A educação leva ao homem do campo uma maior compreensão de sua realidade e possibilita ampliar suas ações na busca da melhoria de suas condições de vida. Esta é a motivação no percurso deste trabalho, criar condições para que espíritos críticos aflorem e façam a história acontecer como atores diretos, inclusos.

A metodologia se apresenta como factível de uso para avaliar projetos, programas, ações em comunidades, microbacias, grupos; uma ferramenta para monitorar o andamento de ações que se propõem mudar uma realidade. Ela pode ser utilizada no início dos trabalhos para sentir o ânimo, a satisfação com o seu viver, e, à medida que os projetos, as ações aconteçam, pode ser usada durante o processo para corrigir rumos, melhorar a eficácia e, finalmente, ao encerrar uma etapa, para avaliar se o que se propôs trouxe satisfação e *qualidade de vida* aos beneficiários.

Propôs-se aplicar neste estudo de caso uma metodologia que busca envolver técnicos, líderes e agricultores de uma área; desta inter-relação, obter resultados que possibilitam dizer se o que se faz satisfaz a quem se pretende que seja o beneficiário. Trata-se de uma proposta que é diferente de metodologias produzidas longe do alcance da participação dos diretamente envolvidos, procedimentos comumente observados em programas que usam a mesma ferramenta para medir resultados em locais distintos.

Considera-se este estudo uma opção a ser utilizada por novos agentes de desenvolvimento que chegam a comunidades para iniciar um trabalho de desenvolvimento, pois possibilita conhecer a realidade e produzir dados que irão, ao longo do tempo, medir a eficiência e eficácia das ações implementadas.

Em locais onde o técnico, agente de extensão, já tem maior vivência, pode ser um ferramental para medir a satisfação dos agricultores que estão sendo o foco da ação das entidades de assistência técnica e extensão rural, possibilitando redirecionar posturas e ações para um melhor resultado coletivo.

7 REFERÊNCIAS

- ABREU, M. S. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 180 p.
- ALEXANDRE, A.F. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento.** Blumenau/Florianópolis: Edifurb/Editora da UFSC, 2000. 116 p.
- ASSIS, R. L. de; AREZZO, D. C. de. Propostas de difusão da agricultura orgânica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 287-297, 1997
- BALSADI, O. V; GOMES, E. G. **Evolução das condições de vida das famílias dos empregados na agricultura brasileira no período 1992/2004.** In: BALSADI, O.V.O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período de 1992/2004 e suas diferenciações regionais. 2006, Tese (Doutorado em economia rural) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 2006.
- BARRETO, R.C.S; KHAN, A.S; LIMA, P.V.P.S. Sustentabilidade dos Assentamentos no município de Caucaia – CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 225-247, abr./jun. 2005.
- BRANDENBURG, A. Agricultura familiar e produção alternativa no centro – oeste do Paraná. In: **Revista Raízes**, Campina Grande, Ano XVII, n.17, junho, 1998.
- BRASIL. Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília. DF: 2000.
- BRITO, F. **Corredores Ecológicos: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas.** Florianópolis, Ed. da UFSC, 2006. 273 p.
- BROSE, M. (Org.) **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312p.
- BUCCI, M. P.D. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002. 298 p.
- BUOGO, G.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia e extensão rural sustentável.** Por Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber; prefácio de Miguel Angel Altieri. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CANUTO, J. C. A pesquisa e os desafios da transição agroecológica. In: Agricultura Sustentável. **Ciência e Ambiente**. UFSM. 2003. n. 27, 168 p.
- CARROL, M; BRAGAGNOLO, N; PAN, V. **Paraná Rural – Projeto de Manejo e Conservação dos Solos do Paraná.** Banco Mundial. Brasília – DF, 1997. 29p.
- CHABOUSSOU, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose;** tradução de Maria José Guazelli. Porto Alegre: L&PM, 1987.256p.

CHONCHOL, J. Políticas de Desenvolvimento Rural Integrado na América Latina nos últimos 10 anos. In: Seminário Agricultura Horizonte 2000: Perspectiva para o Brasil, 1983, Brasília – DF, **Anais**. Brasília: MA/SUPLAN/FAD. 1983. p.137-154.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 312 p.

D'AGOSTINI, L. R. CUNHA, A.P.P. **Ambiente**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 188p.(Terra mater)

D'AGOSTINI, L. R.; FANTINI, A.C. **Quality of life and quality of living conditions in rural areas**: distinctively perceived and quantitatively distinguished. In Social Indicators Research. University of Michigan – USA, 2008. In press, 19 p.

D'AGOSTINI, L. R.. **Çal do Saber sem sabor**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004. 96 p.

EMATER-PARANÁ. **Programa de Manejo Integrado de Solos e Água**. Curitiba, 1982. 24 p.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; LEAL, O.F.; LOUSADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L. dos.; PINZON, V. Desenvolvimento da Versão em Português do Instrumento de Avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Rev. Brasileira Psiquiatria**, Porto Alegre, 21(1), v. 21, n. 1, 1999.

FRANÇA, V. MOREIRA, T. **Agricultor Ecológico - Técnicas alternativas de Produção**. São Paulo: Nobel, 1988.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, P; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social/ Myles Horton, Paulo Freire: organizado por Brenda Bell, John Gaventa e John Peters; tradução de Vera Lúcia Melo Josceline; notas de Ana Maria Araújo Freire. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GALLOPIN, G. **Ecosistemas e p bem-estar humano**: estrutura para uma avaliação. World Resources Institute. United Nations Environment Programme (UNEP). 2003, 33 p.

GIOVENARDI, E. **Método pedagógico capacitação imersa**: Para um apoio eficaz à economia sustentável dos assentamentos rurais e suas organizações. In: BROSE, M. (Org) Metodologia Participativa. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, p. 55-62.

GUIMARAES, F. Avaliações de Programas do Governo do Estado do Paraná. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. 2007. (Consulta efetuada por e-mail (<http://www.ipardes.gov.br>), em 03 de outubro de 2007)

HAUPTMANN, C. C. **Histórias de sucesso**: O exercício do associativismo nas ações Públicas. Coordenação e Organização: Maria Regina Veit. Belo Horizonte: SEBRAE, 2003.

HORNBACK, R.E. et alii. **Quality of life**. Washington D. C, Environmental Protection Agency, 1974. 222 p.

HOWARD, A. **Um testamento agrícola**: Tradução Prof. Eli Lino de Jesus – 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 360 p.

KAGEYAMA, A. **Características dos domicílios agrícolas no Brasil em 1992 e 1997**. Campinas: IE/Unicamp, Projeto Rurbano, 1999. 24 p. mimeo.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, Curitiba, v.1, n.2, p. 147-183, 2000.

_____; REHDER, P. O bem estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 31, n.1, p. 23-44, jan./mar. 1993.

KORTEN, D. **Getting to the 21st century**: voluntary action and the global agenda. West Hartford, CT: Kumarian Press, 1990.

LAMARCHE, H. (Coord). **Por uma teoria da agricultura familiar**. In: A agricultura familiar: comparação internacional – do mito a realidade. Campinas: Unicamp, p.303-336, 1998.

LEONE, E. T. Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (Org). **Agropecuária e Agroindústria no Brasil**: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995.

LUHMANN, N. **Sistemas sociais**: Fundamentos de uma teoria geral. Frankfurt. 1984.

MATURANA, H. R; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Pala Athena, 2001. 288 p.

MAYA, A. **Qualidade de Vida**. Glossário por tema, Disponível em <http://portalgeo.rio.rj.gov.br> acesso em 10/01/2008.

MEDEIROS, E. J. R. de; CAMPOS, R.T. Avaliação sócio-econômica do Programa Reforma Agrária Solidária nos Municípios de Iguatu e Quixeramobim – Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 40, n.30 p. 823-850, out/dez. 2002.

MEEBERG, G.A. Quality of life: a concept analysis. **J.Adv.Nurs**. v. 18, p 32-8, 1993.

MELLO, N.A. Gestão urbana e qualidade de vida. In: TAUKE-TORNISIELO et al. **Análise ambiental**: estratégias e ações. Rio Claro: Centro de Estudos Ambientais UNESP, 1995.

MIKLÓS, A.A.de W. A dissociação entre o homem e a Natureza- reflexos no desenvolvimento humano: agricultura Biodinâmica:Anais, Coordenador.**CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE AGRICULTURA**. São Paulo, Antroposófica; Botucatu: Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, 2001.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. 127 p.

MUSSOY, E.M. **Agricultura familiar. extensão rural e a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, 2005. 5p. (Apostila digitada).

NASCIMENTO, C. A.do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas.** Tese (Doutorado economia e sociologia rural) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. 2005.

NEVES, J.C. **Avaliação de empresas: da oferta e negociação do preço de aquisição com criação de valor.** Lição de síntese das provas de agregação. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. 1997.

PALMER, J. A. **50 Grandes Ambientalistas: de Buda a Chico Mendes/ Joy A. Palmer** Organizadora; tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Contexto, 2006. 318 p.

PARANÁ. Governo do Estado. Paraná 12 Meses. **A safra de todo dia.** Curitiba, Abril 2002. 23 p.

PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto Paraná 12 Meses síntese.** Curitiba, 1997, 28 p.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura,** São Paulo, Nobel, 199 p. 1997. 199 p.

RIBEIRO, M. de F. S. et al. **Métodos e técnicas de diagnóstico de sistemas de Produção.** In: Enfoque sistêmico em P & D: A experiência metodológica do IAPAR. Londrina, 1997. (IAPAR. Boletim técnico). 152p.

RODRIGUES DA SILVA, N.J; BEURET, J, E; MIKOLASEK, O; FONTELLE, G; DABBADIE, L; MARTINS, M.I.E.G. **Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura.** CIRAD/CAPES/COFECUB, São Paulo, UNESP. 2006. 24 p.

SAN MARTIN, P. **Agricultura Suicida: Um retrato do modelo brasileiro** São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1985, 124p

SCHNEIDER, S. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2005, Brasília, DF. Brasília DF: MDA/SAF/SDT, 2005. 23 p.

SABOURIAN, E. TEIXEIRA, O.A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais.** Conceitos controversias e experiências/ Editores técnicos: Eric Sabourian; Olívio Alberto Teixeira. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402 p.

SCHOPENHAUER, A. 1788-1860. **A arte de escrever: tradução, organização, prefácio e notas de Pedro Süsskind.** Porto Alegre: L & PM, 2007.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER-PR).** 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 2005.

SEN, A. K. (1999). **Desenvolvimento como Liberdade.** Lisboa: Gradiva, 2003

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. 346 p.

SILVA, J. G. da **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/IE, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1)

SOUZA, M.L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento Social. **Território**, n.3, jul./dez 1997.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade** – v. VII. n. 1. Campinas – SP, jan.2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano que se calcula**. 2. ed - Campina, SP: Autores Associados, 2003.

ANEXO A: INSTRUMENTO METODOLÓGICO

Qualidade das Condições para Viver e Qualidade de Vida no Rural: percebidas distintas e quantitativamente distinguidas

Resumo: *Qualidade de condições para viver e qualidade de vida são noções indissociáveis, mas distintas. Por hipótese, a distinção pode ser objetiva. Pressupõe-se que incrementos de qualidade de vida são maiores quando melhorias nas condições para viver ocorrem entre aqueles que vivem com pouco. Estados de aspectos que caracterizam as dimensões social, econômica e ambiental são enquadrados em cinco níveis e então derivados indicadores de estado de cada uma das dimensões. Desses indicadores é derivado um indicador da qualidade das condições para se viver (IQCV). A partir de manifestações de agricultores que vivem aquelas condições, a mesma sistematização de relações permite derivar um indicador da qualidade de vida (IQV). A diferença entre o IQCV (0,48) e o IQV (0,43) denota o desvio entre o olhar de técnicos envolvidos na promoção de melhorias de condições para viver e o olhar do agricultor que as vive.*

Palavras chave: qualidade de vida, indicador.

Abstract: *Quality of life and quality of the living conditions are indissociable, but distinct. Our hypothesis is that we can make this distinction objectively. We assume that increments in the quality of life are higher when the improvement of the living conditions occur among those who live with a little. States of the aspects that characterize the social, economic and environmental dimensions are classified into five levels and then indicators of the states of each dimension are derived. From these partial indicators we derived an indicator of the quality of the living conditions (IQLC). Based on the perceptions of the farmers who live those conditions, the same systematization of relationships allows to derive an indicator of the quality of life (IQL). The resulting difference between the IQLC (0,48) and the IQL (0,43) denotes the difference between the perspective of the professionals involved in the promotion of improvements and that of the farmers who live those conditions.*

Key words: quality of life, indicator

A questão

Programas de desenvolvimento no espaço rural sempre têm como objetivo final melhorar a *qualidade de vida* dos membros da comunidade. Os objetivos imediatos, por sua vez, são desencadear ações para promover melhorias de condições para a comunidade viver. Está bem compreendido que não se pode inferir o grau de satisfação do ser humano unicamente a partir das condições que ele dispõe para viver. Há um conteúdo de imprevisibilidade na natureza e no grau de mudanças do sistema-comunidade frente a determinadas melhorias que podem desencadear essas mudanças. Essa imprevisibilidade é ainda maior em relação ao significado que essas mudanças adquirem para cada membro da comunidade. Como explicam e enfatizam Maturana e Varela (1995), o meio e suas ações não podem instruir o sistema, e sim apenas desencadear mudanças, sem poder determinar como e em quanto o sistema mudará.

De fato, a partir de determinadas melhorias nas condições para viver não se pode inferir em quanto o viver de cada um vai melhorar. Mas para os objetivos de um programa de desenvolvimento regional, mais importante que reconhecer que as condições para uma boa qualidade de vida variam de indivíduo para indivíduo, é promover as condições tidas como importantes à satisfação humana na percepção coletiva. Enfim, mesmo que não se possa instruir sistemas determinados pela sua estrutura, e sim apenas *perturbá-los* (Maturana & Varela, 1995), não significa que não se possa reconhecer a natureza de *perturbações* (ações) que podem desencadear a mudança desejada. Então, e dado que a comunidade também é um sistema social determinado pela sua estrutura (Luhmann, 1997), programas de desenvolvimento rural não podem sempre assegurar um viver melhor para todos os indivíduos, mas podem implementar ações adequadas para melhorar as condições para viver e assim aumentar as possibilidades desses indivíduos se revelarem com melhor *qualidade de vida*.

Do que se disse, *qualidade de vida* e *qualidade das condições para viver* são noções indissociáveis, mas distintas. Esse entendimento de alguma forma já está bem presente na literatura (Turksever & Atlik, 2001; Dener & Suh, 1997; O'Brien & Ayidya, 1991; Davidson & Cotter, 1991; Myers, 1975; McCall, 1975) e bem sintetizado nas palavras de Grayson & Young (1994): “Parece haver consenso que na definição de qualidade de vida há dois conjuntos fundamentais de componentes e processos operando: aqueles relacionados a um mecanismo psicológico interno e que produzem uma sensação de satisfação com a vida; e aquelas condições externas que desencadeiam aquele mecanismo interno”.

Um indicador de *qualidade de vida* (IQV) deve, então, informar sobre o nível de satisfação de quem está vivendo em determinadas condições. Já um indicador da qualidade de condições para viver (IQCv) informa das possibilidades de que muitos ou poucos se declararem vivendo bem. Enquanto que o primeiro indicador só pode ser derivado com a participação e muito a partir da percepção dos indivíduos quanto às condições que eles vivem, o segundo pode ser obtido a partir de pressuposições coletivas sobre condições em que proporcionalmente mais viventes se declarariam vivendo bem, ou mal. Quanto maior a diferença entre o IQCV e o IQV em determinado contexto, maior é a diferença entre o olhar profissional que promove melhorias e aquele de quem vive as condições disponíveis.

Decorre de tudo isso, que são duas as necessidades para a derivação de adequados indicadores da *qualidade das condições para viver* e da *qualidade de vida* no rural: a) identificar quais são os aspectos a partir dos quais os indicadores podem ser derivados; b) engendrar um sistema de relações que possa produzir uma informação simples e cuja mensagem incorpore o significado das condições do conjunto de aspectos reconhecidos como relevantes. Como se verifica na abrangente revisão de Massan (2002) sobre o tema, distinguir quais são os aspectos adequados à obtenção de um indicador e quem pode apontá-los com maior propriedade tem sido objeto de muitos e de importantes estudos.

A ausência de sistematizações que permitam derivar um indicador independentemente de quais são os aspectos que se revelam relevantes num contexto, tem induzido à suposta necessidade de dispor-se das mesmas informações em qualquer contexto. E a comum discordância sobre a importância de um ou de outro aspecto (Vaz, 2005; Massam, 2002 p.175) tem-se sobreposto à necessidade de indicadores derivados à luz de um determinado contexto. Tudo isso tem levado ao desenvolvimento de indicadores obtidos a partir de informações mais objetivas, associadas principalmente às “condições externas que desencadeiam... [o] mecanismo psicológico interno”, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas para a obtenção de um indicador da *qualidade de vida* sempre com adequada significação, não são os aspectos ou variáveis que precisam ser sempre adequados em qualquer contexto, mas o método é que deve ser genérico e sempre apropriado para quaisquer aspectos considerados adequados num determinado contexto.

Sempre tendo em mente que o IQCV e o IQV serão derivados a partir de avaliações de diferentes olhares sobre os significados de estados dos mesmos aspectos, não se discutirá aqui a propriedade dos aspectos considerados na avaliação. Enfim, bem de acordo com o pensamento de Morin (2000), assume-se, neste trabalho, que será principalmente o contexto – e quem puder compreendê-lo – que determinará a importância do aspecto e do seu estado. Assim, o objetivo neste trabalho é sistematizar relações para obter um IQCV e um IQV independentemente de quais aspectos sejam apropriadamente apontados em determinado contexto.

Elementos da proposição

Neste trabalho se pressupõe que o incremento de satisfação (melhoria da *qualidade de vida*) coletiva é proporcionalmente maior quando melhorias na *qualidade das condições para viver* ocorrem entre os que têm muito pouco para se satisfazerem. Como ilustra a Figura 1, admitindo que se possa quantitativamente caracterizar distintos níveis de Qualidade de Vida, esses níveis crescem em taxa decrescente quando em decorrência da melhoria da Qualidade das Condições para se Viver.

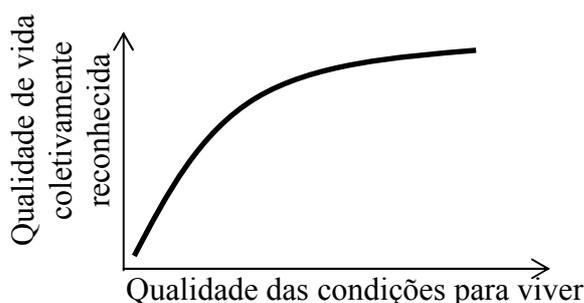


Figura 1. Relação entre qualidade das condições para viver e qualidade de vida Coletivamente esperada.

Do mesmo pressuposto decorre que, para garantir uma boa qualidade de condições para viver, mais importante do que dispor de ótimas condições em alguns dos aspectos relevantes, é dispor de condições homoganeamente satisfatórias em todos os aspectos essenciais. Por exemplo, admitindo-se que um Indicador da Qualidade de Condições para Viver (IQVC) possa ser obtido a partir dos aspectos A, B e C, todos em estados reconhecidos a 60% da condição desejada, espera-se que o valor do indicador resulte superior àquele obtido a partir do aspecto A a 40%, aspecto B a 80% e aspecto C a 60% da condição desejada. Além de sintetizar as condições de diversos aspectos em um único valor, um IQCV deve, portanto, resultar com módulo determinado também pelo grau de homogeneidade verificada nos níveis dessas condições.

Outra importante demanda para uma adequada caracterização da qualidade das condições para se viver é assegurar que, além dos aspectos essenciais, sejam considerados aspectos relevantes em maior número possível. Então, como implicação, saber que as condições de uma única variável são muito ruins entre 10 aspectos avaliados informa mais do que saber dessa situação sobre aquela mesma variável entre apenas cinco aspectos avaliados. O sistema de relações do qual o indicador emerge deve permitir e mesmo estimular que se considere o maior número de aspectos possíveis.

Caracterizar estados de *Qualidade de Vida* ou de *Qualidade de Condições para Viver* demanda um referencial respectivo. Esse referencial deve ser o estado desejável e possível para um determinado contexto. Assim, uma *Qualidade de Vida* devidamente caracterizada pode referir-se a um estado de satisfação em viver, quando referido àquele desejado em qualquer lugar. Já uma *Qualidade de Condições para Viver*, quando devidamente caracterizada, refere-se a um estado de disponibilidade de meios, quando tomado em relação àquele viável num determinado lugar. Significa que um *Indicador da Qualidade de Vida* (IQV) e um *Indicador da Qualidade das Condições para Viver* (IQCV) devem ser derivados a partir de afastamentos de um estado “ideal”. Mas enquanto que um Indicador da *Qualidade de Condições para Viver* pode ser obtido a partir de objetivos estados de aspectos coletivamente valorizados, um *Indicador de Qualidade de Vida* somente pode ser obtido a partir de manifestações imersas em subjetividade inerente à percepção individual sobre o significado daqueles mesmos aspectos e estados.

A objetividade possível na caracterização das condições para viver e a subjetividade implícita na caracterização da satisfação com a vida nessas condições não implicam maior significação à primeira caracterização. É exatamente a possibilidade de mais indivíduos revelarem-se satisfeitos, mesmo que de forma subjetiva, que assegura significação ao esforço de promover e objetivamente caracterizar as condições para viver. O primeiro passo é, portanto, caracterizar um *Indicador da Qualidade das Condições para Viver*, com todas as características acima apontadas e na forma que o mesmo traduza as possibilidades de muitos ou poucos revelarem-se vivendo bem, ou mal.

A qualidade das condições para viver (e as possibilidades de uma boa ou má qualidade de vida relacionada a essas condições) pode ser caracterizada à luz de um conjunto de diversas “dimensões”: social, econômica, técnica, ambiental, política, etc. Ainda que o sistema de relações que aqui se propõe opere com qualquer número dessas dimensões, neste trabalho serão referidas somente três: a social; a econômica e a ambiental. As condições em cada uma das dimensões podem ser caracterizadas a partir de vários e respectivos aspectos (acesso a serviços públicos, rentabilidade de atividades, estado de recursos naturais, etc. e cuja especificação não é objeto deste trabalho).

Tanto o algoritmo para obter um indicador em um único valor, quanto à representação gráfica desse valor, devem assegurar que os pressupostos que orientam a proposição resultem valorizados. Em outras palavras, o valor numérico do indicador e a sua representação gráfica devem valorizar tanto a diferença de condições entre aspectos que caracterizam a respectiva dimensão, quanto valorizar a diferença entre as condições das dimensões que caracterizam a Qualidade de Condições para Viver. Já se apontou que aspectos sociais e igualmente importantes A, B e C em condições equivalentes a 60% da condição desejável para o contexto caracterizam uma condição social melhor do que esses mesmos aspectos respectivamente a 50%, 60% e 70%. Por razões análogas, as dimensões social, econômica e ambiental em condições equivalentes a 70% da desejável caracterizam uma Qualidade de Condições para Viver melhor do que essas mesmas dimensões respectivamente a 60%, 70% e 80% daquela condição. Assim, enquanto que a condição em cada uma das dimensões (social, econômica, ambiental...) resultará aqui caracterizada pelo significado da condição de aspectos que se *somam* nessa caracterização, a Qualidade das Condições para Viver resultará do *produto* entre as condições daquelas dimensões indissociáveis.

O estado de cada uma das dimensões e de cada um dos aspectos em cada dimensão sempre são passíveis de serem caracterizados por uma “nota” Z, ou seja, pelo grau de afastamento da mesma em relação à condição desejável e assimilada a unidade. Como está ilustrado na Figura 2, afastamentos da condição desejável para determinada variável sempre podem ser quantitativamente associados a valores de desvios δ definidos como $1-Z$, mesmo quando essas condições somente possam ser referidas qualitativamente.

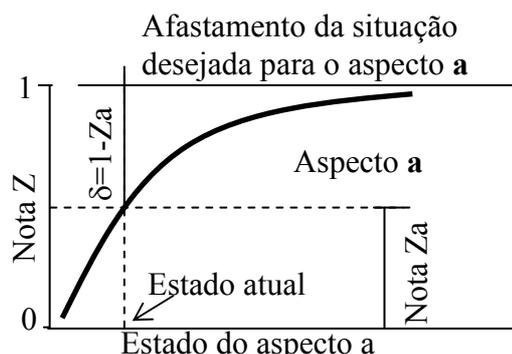


Figura 2. Nota Z_a e desvio δ definidos pelo estado de um aspecto de caracterização da condição em uma das dimensões que definem a qualidade das condições para viver.

Na Figura 2 já está apontado um vínculo possível entre produtos das funções $Z=f(\text{estados de aspectos})$ e o valor sempre contido no intervalo $[0, 1]$ e no qual convém poder expressar o IQCV. O valor do IQCV tenderá à unidade (valor máximo) quando todos os aspectos de cada uma das dimensões social, econômica e ambiental apresentarem-se em condições de todo desejáveis para o contexto. O IQCV evidentemente tenderá a zero quando todos os aspectos considerados relevantes apresentarem-se em condições de todo inaceitáveis para o contexto.

Como o pressuposto para promover uma boa *qualidade de vida* é promover o desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental de maneira indissociável, o IQCV também deverá resultar sempre muito baixo quando em relação a uma dessas dimensões o conjunto dos respectivos aspectos considerados apresentarem-se em condições inaceitáveis. Em outras palavras, enquanto que o IQCV só poderá atingir um valor máximo mediante um suficiente e paralelo desenvolvimento no social, no ambiental e no econômico, um valor muito baixo para o IQCV pode ser produto das condições muito ruins presentes em uma só daquelas dimensões, mesmo que haja um bom desenvolvimento em relação às outras. Implica que, como instrumento de avaliação de um programa de desenvolvimento, o IQCV demanda identificar separadamente o desempenho no social, no econômico e no ambiental, ainda que esse indicador deva referir-se sempre ao conjunto desses desempenhos. O IQCV deve resultar, portanto, como expressão do produto entre um Indicador das Condições Sociais (ICS), de um Indicador das Condições Ambientais (ICA) e de um Indicador das Condições Econômicas (ICE), a serem derivados a partir das condições verificadas para os respectivos aspectos. Já um IQV deve resultar de um Indicador de Satisfação Social (ISS), de um Indicador de Satisfação Ambiental (ISA) e de um Indicador de Satisfação Econômica (ISE).

Os indicadores parciais ICS, ICA e ICE podem ser tomados, em última instância, como notas Z_D atribuídas às condições das dimensões social, econômica e ambiental (Figura 3). Para as condições de cada uma das dimensões é possível caracterizar um desvio Δ correspondente ao distanciamento entre as condições verificadas e aquela condição de todo desejável para a correspondente dimensão.

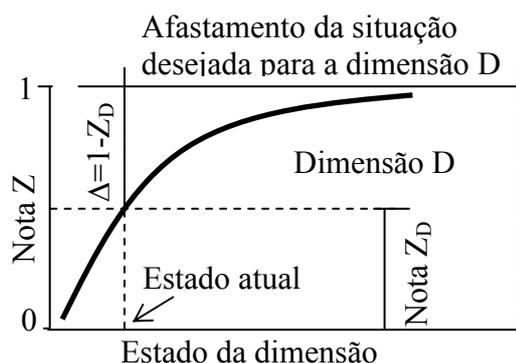


Figura 3. Nota Z_D e desvio Δ definidos pelo estado de uma das dimensões que definem a qualidade das condições para viver.

Os desvios Δ apontados na Figura 3, genericamente definidos como $1-Z_D$, correspondem a $ICS=1-\Delta_{ICS}$, $ICE=1-\Delta_{ICE}$ e $ICA=1-\Delta_{ICA}$ para as condições de desenvolvimento na dimensão social, na econômica e na ambiental, respectivamente. Na forma que são definidos, os indicadores ICS, ICE e ICA também assumirão valores contidos no intervalo $[0, 1]$. Enquanto cada um desses indicadores parciais será derivado a partir da sistematização de desvios δ

verificados nos diversos aspectos considerados para a respectiva dimensão, o IQCV será obtido pela sistematização de desvios Δ caracterizados por aqueles indicadores.

Sistematização das relações

Importa antes poder sintetizar o significado dos estados dos diferentes aspectos da dimensão genérica em único índice. Então, a partir dos índices referentes a cada dimensão, obter um único índice que diga respeito à qualidade das condições no conjunto das dimensões.

Partindo do que está ilustrado na Figura 3, um indicador objetivo e caracterizado a partir de afastamentos de condições desejáveis pode ser genericamente proposto como.

$$\text{IQCV} = 1 - \text{significado de afastamentos das condições desejáveis.} \quad (1)$$

Para que se leve em conta o grau de (ir)regularidade nas condições de N aspectos basta um procedimento análogo àquele para a obtenção da estatística desvio padrão, ou seja,

em que $r \geq 1$ é um termo que define a importância atribuída à (ir)regularidade nas condições

$$\text{Significado dos desvios } \delta \text{ de um conjunto de N aspectos } \propto \sqrt[r]{\frac{\sum_{i=1}^N \delta_i^r}{N}} \quad (2)$$

dos N aspectos considerados como adequados para a avaliação.

Um indicador que estimule levar em conta o maior número N possível de aspectos considerados e, ao mesmo tempo, valorize a ocorrência de grandes desvios em relação à condição desejada, demanda poder valorizar uma relação entre os N aspectos considerados e os n aspectos que apresentem esses grandes desvios. Então,

$$\text{Significado dos desvios } \delta \text{ nas condições de um conjunto de N aspectos } \propto \frac{n}{N} \quad (3)$$

ou seja, o valor do último termo da equação (1) deve crescer na medida em que cresce o número n de aspectos com grandes desvios entre os N aspectos considerados, mas diminua com o crescimento desse número N.

É necessário, ainda, considerar a diferença de importância entre os aspectos avaliados. Então,

$$\text{Significados dos desvios } \delta \text{ nas condições de um conjunto de N aspectos } \propto \delta_i \cdot w_i \quad (4)$$

em que w é a importância (peso) de cada aspecto e o somatório de w_i é unitário.

A combinação das Equações (1) a (4) permite sistematizar todas essas relações como

$$\text{ICS} = 1 - \left(\sqrt[r]{\sum_{i=1}^N (\delta_i)^r \cdot w_i} \right)_S^{1-\frac{1}{N}} ; \text{ICE} = 1 - \left(\sqrt[r]{\sum_{i=1}^N (\delta_i)^r \cdot w_i} \right)_E^{1-\frac{1}{N}} ; \text{ICA} = 1 - \left(\sqrt[r]{\sum_{i=1}^N (\delta_i)^r \cdot w_i} \right)_A^{1-\frac{1}{N}} \quad (5)$$

em que ICS, ICE e ICA são, respectivamente, indicadores das condições social (S), econômica (E) e ambiental (A). Assim, do que já foi apontado,

$$\text{IQCV} = \text{ICS}^{w_S} \cdot \text{ICE}^{w_E} \cdot \text{ICA}^{w_A} \quad (6)$$

em que IQCV é o indicador da qualidade das condições para viver, ICS é o indicador da qualidade das condições sociais, ICE é o indicador da qualidade das condições econômicas e ICA é o indicador da qualidade das condições ambientais, enquanto que w é o peso ou importância relativa atribuída a cada uma das dimensões no processo de avaliação. Com os mesmos procedimentos para a obtenção do IQCV a partir dos indicadores parciais ICS, ICE e ICA, evidentemente pode-se obter um Indicador da Qualidade de Vida IQV a partir de indicadores parciais ISS, ISE e ISA.

Representação gráfica do IQCV e do IQV

Coerente com o pressuposto ilustrado na Figura 1 e com o que resulta da aplicação das equações (5) e (6), a área que representa graficamente o IQCV ou o IQV deve crescer em taxa decrescente com o melhoramento das condições para se viver e com o aumento do grau de satisfação em viver aquelas condições. Assim, para três “dimensões”, propõe-se a representação gráfica constante na Figura 4. A escala crescente da borda para o centro do poliedro assegura as relações desejadas para as taxas de crescimento.

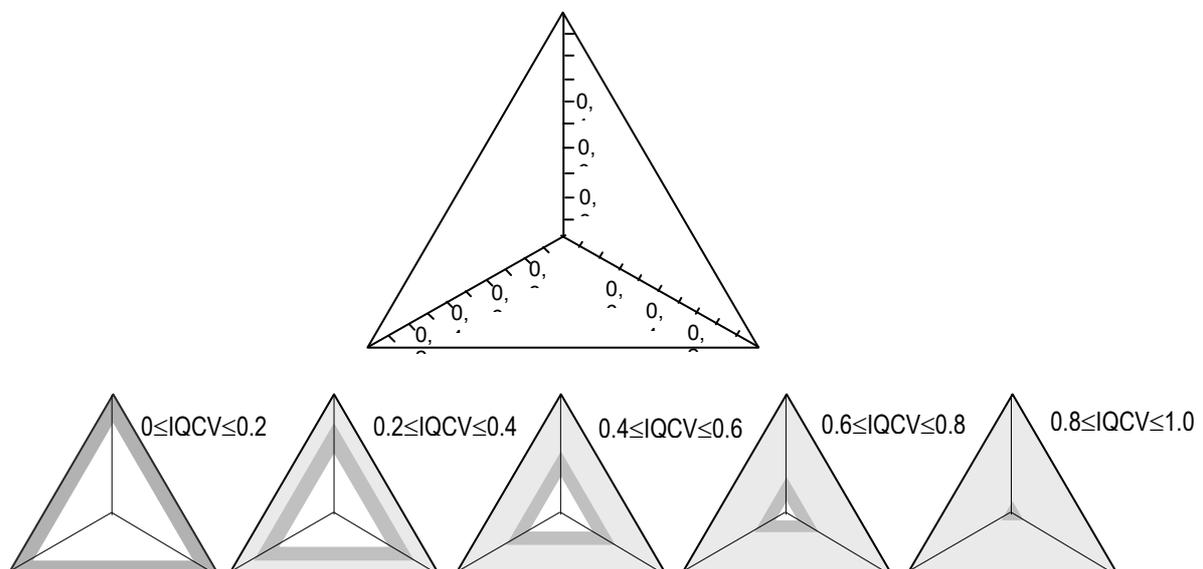


Figura 4. Representação gráfica do Indicador da Qualidade das Condições para Viver IQCV ou da Qualidade de Vida IQV, a partir de três dimensões.

Experimental

Para cada dimensão (social, econômica e ambiental) foram identificados cinco profissionais reconhecidamente experientes. A esses profissionais foi solicitado que descrevessem condições *insustentáveis*, *sofríveis*, *regulares*, *boas* e *muito boas* para diversos aspectos relevantes à caracterização da qualidade das condições para viver à luz de um determinado contexto regional. A partir dessas cinco descrições referenciais para os aspectos apontados, o sistema de relações proposto para inferir sobre a qualidade de condições para viver e sobre a qualidade de vida foi aplicado para as condições vividas por 15 famílias rurais no Município de Grão-Pará-SC. Como mostrado no Quadro 1, para cada situação avaliada foi atribuída uma nota de 0 a 10. Assim, apesar de haver apenas cinco descrições para as condições dos aspectos considerados, são 10 os níveis reconhecíveis para as diversas condições possíveis.

Quadro 1. Categorias de estado de diversos aspectos das condições para viver e notas correspondentes atribuídas pelo observador

Descrição das condições	Nota
Insustentável	1 ou 2
Sofrível	3 ou 4
Regular	4 ou 6
Boa	7 ou 8
Muito boa	9 ou 10

Àqueles mesmos profissionais foi solicitado enunciarem indagações a partir das quais se pudesse perceber o grau de satisfação de agricultores com a qualidade de seu viver à luz das condições dos mesmos aspectos. As respostas então eram interpretadas como *muito insatisfeito*, *insatisfeito*, *indefinido*, *satisfeito* e *muito satisfeito* para cada um dos aspectos. Similarmente aos procedimentos apontados no Quadro 1, as respostas obtidas foram novamente enquadradas em 10 níveis (Quadro 2).

As notas para os diversos aspectos de cada uma das dimensões foram registradas em formulário correspondente ao Quadro 1. Essas notas foram então utilizadas para obter o valor do IQCV pela aplicação das equações (5) e (6). As notas obtidas na forma que aponta o Quadro 2 foram utilizadas na aplicação das mesmas equações na obtenção do IQV.

Quadro 2. Categorias do grau de satisfação (Qualidade de Vida) interpretada pelo observador a partir da manifestação dos agricultores em resposta a indagações formuladas por especialistas e notas correspondentes

Manifestação interpretada	Nota
Muito insatisfeito	1 ou 2
Insatisfeito	3 ou 4
Indefinido	4 ou 6
Satisfeito	7 ou 8
Muito satisfeito	9 ou 10

De acordo com os objetivos deste trabalho, importa agora verificar a possibilidade de medir o grau de coerência entre o que caracterizaria a *qualidade das condições para viver* (IQCV), avaliada por técnicos, e as manifestações dos agricultores que denotariam a *qualidade de vida* (IQV) a partir das condições de determinados e apropriados aspectos.

Convencionou-se, neste ensaio, que um grande desvio em relação a uma situação desejável estaria caracterizado quando a nota atribuída às condições avaliadas ou ao grau de satisfação manifestado quanto ao aspecto fosse igual ou inferior a 2, ou seja, condições *insustentáveis* e condições de *muito insatisfeito*, respectivamente.

Resultados e discussão

Da distinção entre Qualidade de Condições para Viver e Qualidade de Vida

No Quadro 3 e na Figura 5 são respectivamente informados e graficamente representados os valores do IQCV e do IQV para os 15 agricultores. A elevada correlação entre os valores observados para os dois indicadores ($r=0,85$; $n=15$; $p<0,000$) confirma o pressuposto de forte vínculo entre *Qualidade de Vida* e *Qualidade de Condições para Viver*. A diferença no módulo dos dois indicadores ($t=3,40$; $n=15$; $p<0,004$), por sua vez, além de confirmar a distinção entre *Qualidade de Vida* e *Qualidade de Condições para Viver*, confirma a hipótese de que as mesmas são objetivamente distinguíveis.

Enquanto que somente na subjetividade de cada um daqueles que vivem determinadas condições de determinados aspectos pode ser revelado o grau de satisfação individual em vivê-las (IQV), a objetiva avaliação da qualidade daquelas condições (IQCv) no âmbito do coletivo cabe especialmente aos responsáveis pela promoção de melhorias. Mas na medida em que os valores do IQCV e do IQV em dado contexto se distanciem, mais razões existirão para que sejam revistos quais os aspectos são apontados para inferir o nível de desenvolvimento em uma comunidade. Quanto maior a diferença entre os valores de IQV e de IQCV obtidos a partir de quaisquer aspectos, mais distanciados estarão os olhares que orientam a categoria de interessados em dispor de melhores condições para viver e a categoria de interessados em promover essas melhorias. Assim, e dado que o IQV e o IQCV são obtidos a partir de “leituras” por parte de diferentes categorias de interessados quanto ao significado das condições do mesmo conjunto de aspectos, é claro que esses aspectos podem ou até devem ser apontados também por aqueles que vivem as condições, e não somente por aqueles que têm em sua missão profissional a obrigação de saber avaliar essas condições à luz de demandas coletivas. Todavia, mesmo que a comunidade não seja detidamente consultada sobre suas demandas coletivas mais evidentes, a elevada correlação entre os valores de IQCV e IQV aponta que a ação institucional bem planejada pode sim promover melhorias na *qualidade de vida* comunitária. Enfim, a dificuldade em poder inferir o grau de uma subjetiva satisfação daqueles socialmente menos aquinhoados não exime os formalmente mais instruídos da função de avaliar e promover as condições objetivas à emergência de satisfação.

Quadro 3. Indicadores das condições ambiental (ICA), social (ICS) e econômica (ICE) que resultam no Indicador de Qualidade de Condições para Viver (IQCv); e indicadores do grau de satisfação ambiental (ISA), social (ISS) e econômica (ISE) que resultam no Indicador de Qualidade de Vida (IQV) de pequenos agricultores

Agricultor	ICA	ICS	ICE	IQCv	ISA	ISS	ISE	IQV
1	0,59	0,57	0,59	0,58	0,55	0,65	0,59	0,45
2	0,62	0,55	0,62	0,60	0,50	0,66	0,62	0,43
3	0,56	0,55	0,40	0,50	0,64	0,71	0,40	0,46
4	0,50	0,40	0,50	0,46	0,62	0,54	0,50	0,42
5	0,55	0,54	0,55	0,55	0,67	0,69	0,55	0,49
6	0,51	0,54	0,43	0,49	0,58	0,66	0,43	0,46
7	0,48	0,44	0,35	0,42	0,55	0,58	0,35	0,39
8	0,35	0,41	0,35	0,37	0,43	0,54	0,35	0,35
9	0,51	0,58	0,75	0,61	0,62	0,70	0,74	0,51
10	0,51	0,43	0,45	0,46	0,60	0,59	0,45	0,44
11	0,32	0,42	0,39	0,37	0,55	0,49	0,39	0,40
12	0,31	0,34	0,30	0,32	0,52	0,49	0,50	0,37
13	0,56	0,55	0,70	0,60	0,57	0,65	0,70	0,52
14	0,53	0,48	0,62	0,54	0,53	0,60	0,62	0,43
15	0,40	0,38	0,35	0,38	0,48	0,51	0,35	0,36
Média				0,48	Média			0,43
CV%				20	CV%			12

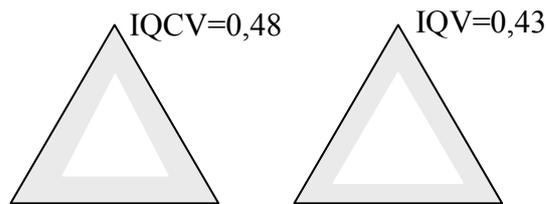


Figura 5. Indicador de Qualidade das Condições para Viver (IQCV) e de Qualidade de Vida (IQV) verificados (em branco o estado de afastamento das condições desejáveis).

Apontar o módulo da diferença entre o IQV e o IQCV ou da diferença do módulo dos respectivos indicadores parciais é, assim, uma importante utilidade de procedimentos que possam distinguir o nível de qualidade de vida e o nível de qualidade de condições para viver. É preciso ter em mente que o agente promotor de mudança não precisa – e mesmo não pode – atribuir a determinado aspecto o mesmo significado que o agricultor atribui. Importa sim que esse agente de mudança e a instituição que ele representa reconheçam no outro a condição de ser semelhante e intrinsecamente diferente na realização de distinções de significados. É a partir do reconhecimento desta diferença no exercício de distinções que a diferença nos valores de IQV e IQCV resulta com significação; e é a taxa de redução desta última diferença que apontará coerência em ações movidas por diversos interesses de igualmente bem interessados.

Da sensibilidade das relações sistematizadas à irregularidade de condições de aspectos

Nos argumentos de justificação do presente trabalho apontou-se o significado e a importância de considerar o grau de irregularidade das condições dos diversos aspectos considerados, bem como de considerar a ocorrência de um grande desvio nas condições de um ou mais desses aspectos. No Quadro 4 são apresentados valores do indicador parcial ISA (Indicador da Satisfação com as condições Ambiental) a partir do grau de desvio entre o grau de satisfação desejado e o declarado. Para apontar a sensibilidade do sistema de relações (Equação 5) às variações de satisfação com as condições de aspectos, nesse Quadro 4 a obtenção do ISA é simulada também sem levar em conta uma especial valorização da ocorrência de grandes desvios (declaração de *muito insatisfeito*) e a irregularidade entre todos os aspectos considerados. Tanto os valores constantes no Quadro 3 como no Quadro 4 foram obtidos para $r=2$, sem distinguir importância (w) entre aspectos.

Conclusões

As noções de Qualidade de Vida e de Qualidade de Condições para Viver são indissociáveis, mas claramente distintas e distinguíveis. O modelo proposto para quantitativamente indicar a qualidade de vida e de condições para viver tanto pode distinguir essas noções, como se revela eficaz em valorizar (ir)regularidade nas condições avaliadas e a partir das quais esses indicadores são derivados. O sistema de relações proposto revela-se, assim, um útil instrumento de monitoramento e avaliação da efetividade de programas institucionais de desenvolvimento rural, que têm a melhoria de qualidade de vida como objetivo fim, e a melhoria das condições para viver como objetivos meio.

Quadro 4. Desvio da condição ideal para aspectos ambientais e indicador parcial ISA (Indicador da Satisfação com as Condições Ambientais), denotando o efeito da irregularidade r e de grandes desvios n nas condições daqueles aspectos

Aspectos	Agricultores														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	0,3	0,5	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,7	0,2	0,1	0,8	0,0	0,1	0,0	0,4
B	0,3	0,6	0,1	0,0	0,3	0	0,1	0,5	0,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,4	0,5
C	0,3	0,8	0,3	0,3	0,6	0,4	0,6	0,5	0,5	0,2	0,3	0,5	0,6	0,5	0,6
D	0,2	0,7	0,1	0,4	0,2	0,6	0,7	0,6	0,5	0,1	0,1	0,3	0,7	0,8	0,7
E	0,7	0,4	0,2	0,7	0,2	0,5	0	0,5	0,5	0,4	0,4	0,2	0,7	0,2	0,3
F	0,5	0,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,7	0,2	0,4	0,3	0,7	0,3	0,4	0,5
G	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,6	0,3	0,6	0,6	0,6	0,3	0,4	0,5
H	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,3	0,5	0,4	0,2	0,3	0,2	0,4	0,5	0,7
I	0,8	0,7	0,8	0,6	0,6	0,7	0,8	0,6	0,3	0,6	0,6	0,8	0,5	0,5	0,5
J	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5	0,3	0,6	0,3	0,4	0,5	0,4	0,5
K	0,1	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3	0,1	0,7	0,4	0,6	0,1	0,6	0,2	0,2	0,4
L	0,4	0,1	0,3	0,2	0,2	0,5	0,1	0,4	0,5	0,3	0,4	0,1	0,1	0,5	0,5
Desvio Médio	0,63	0,61	0,73	0,68	0,71	0,63	0,66	0,43	0,63	0,65	0,65	0,63	0,63	0,60	0,49
Efeito r*	0,58	0,54	0,67	0,62	0,67	0,58	0,58	0,43	0,62	0,60	0,59	0,55	0,57	0,56	0,48
Efeito n**	0,60	0,58	0,70	0,68	0,71	0,63	0,63	0,43	0,63	0,65	0,62	0,60	0,63	0,57	0,49
ISA	0,55	0,50	0,64	0,62	0,67	0,58	0,55	0,43	0,62	0,60	0,55	0,52	0,57	0,53	0,48

* Efeito de se considerar a irregularidade nas notas atribuídas aos diferentes aspectos

** Efeito de se considerar a ocorrência de situações “insustentáveis” na condição de aspectos

Bibliografia citada

- DAVIDSON, W. B.; COTTER, P. R. The relationship between sense of community and subjective well-being: a first look. **Journal of Community Psychology**, v. 19, p. 246–253. 1991.
- DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators. **Social Indicators Research**, v. 40, n. 1-2, p. 189–216. 1997.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000. 118 p.
- GRAYSON, L.; YOUNG, K. **Quality of Life in Cities: an overview and guide to the literature**. London: The British Library, 1994.
- LUHMANN, N. **A nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. 110 p.
- MATURANA, H.; VARELLA, F. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Editorial PSY II, 1995. 281p.
- MASSAN, B. H. Quality of life: public planning and private living. **Progress in Planning**, v. 58, p. 141-227. 2002.
- MCCALL, S. Quality of life. **Social Indicators Research**, v. 2, n. 2, p. 229–248. 1975.
- Morin, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. XXXXXXXX
- MYERS, D. Building knowledge about quality of life for urban planning. **Journal of the American Association of Planners**, v. 54, n. 3, p. 347–358. 1988
- TURKSEVER, A.N.; ATALIK, G. Possibilities and limitations for the measurement of the quality of life in urban areas. **Social Indicators Research**, v. 53, n. 2, pp. 163–187. 2001
- VAZ, JOSÉ CARLOS. **Medindo a qualidade de vida**. Disponível em:
<<http://federativo.bnds.gov.br/dicas/D027.htm>> Acesso em 12 maio 2005.

ANEXO B: INSTRUMENTO/QUESTIONÁRIO

Este instrumento foi produzido após as entrevistas do autor com os técnicos/especialistas da extensão rural oficial. As perguntas constantes nos formulários, bem como as categorizações dos diferentes níveis de satisfação ou entendimento da situação, também foram definidas pelos técnicos consultados.

Estes formulários foram utilizados em campo na pesquisa que ouviu 20 agricultores que trabalham nas suas propriedades com o foco na produção ecológica.

Aspecto Variável	Controle de Fonte de Poluição- -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Controle de fonte (focos) de Poluição na Unidade Produtiva	Não apresentam nenhum controle de focos de poluição de contaminantes. Este alheio a isto.		Controla algumas fontes principais na residência. Nos demais ambientes da propriedade nada faz.		Controla. Mas não todo período. Não usa e não aplica os dejetos animais. Deixando estes onde são produzidos.		Controla. Entrega embalagens de agrotóxicos. triplíce lavagem. Tem controle dos dejetos		Possuem controle total das fontes de contaminantes. Tem consciência da necessidade de manter tudo desinfetado.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
A família tem preocupações com as fontes poluidoras do meio ambiente?	Apresentam graves problemas com a contaminação ambiental.		Possuem sérios problemas de contaminantes. Elevado risco ambiental.		Tem fontes de contaminação ambiental, mas pretende eliminar. Não tem feito nada, pois vizinhos também tem problemas. Vai resolver		Normalmente faz controle das fontes poluidoras. Propriedade esta com tudo sob controle.		Não Possui nenhum problema com contaminação na Unidade Produtiva.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Água potável									
	Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Água potável para consumo da família e para uso com animais	Normalmente não tem água na propriedade. Tem que recorrer a vizinhos. Mananciais sem proteção e sem proteção de mata.		Baixa disponibilidade de água potável e mananciais são pouco protegidos. Vazão reduzida em épocas de estiagem, mas não precisa recorrer a vizinhos		Mananciais com proteção adequada. Existe boa disponibilidade de água potável. Porém com problemas de vazão em épocas de estiagem		Existe disponibilidade de água potável até em épocas de estiagem prolongada. Mananciais com boa proteção.		Existe abundância de água potável na propriedade. Cede para terceiros em épocas de estiagem. Mananciais com excelente proteção	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr/ Sra tem problemas de falta de água potável na sua propriedade?	Não existem mananciais de água potável e quando existem tem problemas de vazão em época de estiagem e problemas de proteção para garantir qualidade.		Tem poucos manancias de água e todos com problemas de vazão em períodos de estiagem e problemas de qualidade		Mananciais de água potável, pequenos problemas de vazão em períodos de estiagem. Não investe para melhorar qualidade, na proteção das fontes.		Mananciais bem protegidos e suficientes para abastecimento mesmo em épocas de estiagem prolongada		Não tem nenhum tipo de problema com água potável. Qualidade e quantidade adequadas, Investe.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Controle de Erosão -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Manejo do Solo Existência de Erosão	Propriedade não tem conservação dos solos. A erosão é altíssima.		Propriedade com alguns problemas de erosão. Não adota práticas de conservação.		Propriedade com poucos problemas de erosão, com algumas práticas conservacionistas.		Possui praticas conservacionista, mas em períodos de chuvas intensas e continua ocorre erosão.		Não possuem problemas com erosão. Propriedade com boas práticas conservacionistas.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr./Sra faz conservação de solos na propriedade e controle da erosão.	A erosão é grande, não faz conservação dos solos. Atividades são exploradas sem critérios de uso dos solos. Não investe nisso.		Possui erosão na propriedade e adota muito pouco as práticas conservacionistas.		Não vê muita importância na conservação do solo. Mas propriedade esta com algum grau de controle.		Faz controle de erosão com algumas práticas mecânicas e algumas práticas são negativas.		Acha importante e adota práticas conservacionistas, vegetativas e mecânicas. Integração lavoura/pecuária. Uso apropriado do solo.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	-Mata Ciliar-Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Mata Ciliar	Não Existe proteção na beira do córrego. A ocupação vai até a margem		A nascente precisa de proteção e limpeza. Existe um pouco de mata ciliar, sendo pouco densa e sem proteção.		Existe uma proteção com capoeira, mas é muito estreita e pouco densa. Necessita de ampliação.		Existe proteção com mata secundária e se evita ocupar próximo ao local de captação		Mata ciliar bem desenvolvida com espécies adequadas e isolada de qualquer acesso	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
A mata ciliar tem alguma importância na preservação e proteção das águas?	Não altera nada. A gente precisa da área para plantar e para os animais beberem água.		Deveria haver proteção, mas sempre foi assim dès que aqui cheguei (Não conheço situação diferente).		É importante, mas a gente não tem muito tempo para cuidar destas coisas.		Água é fundamental. É preciso proteger		Temos água boa e o local de captação é protegido com mata e a fonte protegido é isolada	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Uso de Agrotóxicos -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Uso de Agrotóxicos	Sempre usa agrotóxico. Sem acompanhamento técnico, sem respeitar áreas de água e moradias.		Sempre usa agrotóxicos com eventual acompanhamento técnico. Adotando alguns critérios de uso.		Usa regularmente agrotóxico. Respeitando critérios técnicos com acompanhamento		Eventualmente usam agrotóxicos, maximizando o uso de adubação verde e adubo orgânico com acompanhamento téc.		Não usa agrotóxicos. Trabalha com agroecologia. Procura capacitação constante.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr/Sra usa agrotóxicos na propriedade com controle técnico.	O Uso de agrotóxicos é corriqueiro, Para tudo uso veneno. Acha mais fácil. Não tem preocupações com meio ambiente.		Usa agrotóxicos, Renda é baixa pois despesas com insumos é alta. Não vê saída.		Usa agrotóxico, mas pensa em parar de usar, ou usar menos. Esta preocupado com a saúde da família		Deixou de usar agrotóxicos. Faz MIP. Busca alternativa para controle de pragas e doenças.		Não usa agrotóxico. Busca formas alternativa de controle. Busca fortalecer as plantas.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Área de preservação permanente -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Área de preservação permanente	Propriedade desprovida de mata/cobertura vegetal/reserva legal com danos ao solo e água (assoreamento) erosão		Propriedade com pequena faixa de mata ciliar/insuficiente. Falta de reserva legal. Pontos de erosão solo		Propriedade c/ mata ciliar menos de 30 metros sem proteção 5-10% reserva legal		Mata ciliar adequada com reserva legal 20% sem isolamento na mata ciliar		Reserva legal acima de 20% com proteção de nascente e mata ciliar protegida, sem erosão de solo/água.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O que o Senhor entende por reserva legal na propriedade? Conhece a legislação florestal vigente?	Não tem terra suficiente, portanto usa toda área para cultivos. Não tem conhecimento da legislação e não tem matas		Conhece parcialmente a legislação florestal, porem não tem muita preocupação com o cumprimento da lei. Tem pequenas áreas com matas		Conhece a legislação e tem feito o possível para manter área com o que preconiza a lei, mas não esta adequada.		Tem pequenas áreas de mata ciliar, cumpre a legislação ambiental. Acredita ser importante respeitar lei florestal		Conhece a legislação e respeita os 20% com reserva legal. Mata ciliar nos rios e nascentes protegidas com matas	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Situação dos mananciais de água - Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Situação das fontes, rios, sangas, córregos.	Além da escassez nos períodos de secas, problemas de poluição por dejetos de animais e agrotóxicos.		Razoável quantidade de água, em determinadas épocas do ano ocorre poluição por dejetos de animais e agrotóxicos.		Boa quantidade de água, ocorrendo em determinadas épocas do ano poluição.		Sem matas de proteção. Água disponível quantidade o ano inteiro, sem contaminação por dejetos de animais e agrotóxicos.		Água de qualidade abundante todo ano, sem poluição, e com proteção arbórea nas nascentes e ao longo dos cursos d água.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
Como esta a disponibilidade de água em sua propriedade? Fontes estão protegidas?	Em alguns períodos do ano fica sem água. Além disso, não é possível a utilização no consumo humano e animal, poluição por dejetos e agrotóxicos.		Quantidade de água suficiente, em algumas épocas do ano ocorre poluição por dejetos animais e agrotóxicos.		Sempre há disponibilidade de água, algumas vezes possui mau cheiro e coloração estranha.		Boa disponibilidade, não havendo poluição tanto por agrotóxicos como de dejetos animais.		Água abundante, sem qualquer tipo de poluição e com nascentes e leito do rio protegidos por abundante mata ciliar.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Acesso a Comunicação -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Comunicação na propriedade	Não tem acesso a nenhum meio de comunicação. Esta isolada.		Somente tem acesso a informações por rádios.		Tem dificuldade de sinais de televisão. Acesso a rádios com frequência, e informações de vizinhos.		Possuem acesso à televisão, rádios e telefone.		Possuem acesso à televisão, radio, jornais, internet e telefone sem nenhuma dificuldade.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr./ Sra. com tem acesso aos meios de comunicação? Dificuldades culturais de comunicar-me	Tenho grande dificuldade de comunicação e informação.		Recebo notícias apenas por rádio.		Tenho acesso a poucos meios de comunicação, radio e TV mas acha que é suficiente.		Mantenho-me informado através de televisão, radio e telefone.		Tenho acesso a todos os meios de comunicação e uso a internet frequentemente.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	– Acesso a serviços de Saúde--Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Acesso a serviços de Saúde	Nunca teve acesso serviços de saúde. Com presença de pessoa doente na família		Dificuldade de acesso ao serviço. Distância demora atendimento precário.		Tem acesso ao serviço, mas a qualidade deixa a desejar.		Tem acesso ao serviço sempre que precisa. Tem bom atendimento médico em posto de saúde		Tem fácil acesso ao serviço com qualidade das consultas; hospitais, exames/internações. Sem doença na família	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr/Sra quando precisam de serviços de saúde, como consultas, internações, é de fácil acesso?	Não temos veículos para deslocar doentes, pois atendimento é longe. Não temos apoio dos governos, temos que pagar atendimentos.		Estamos distante do atendimento. Não temos recursos para ir ao medido e pagar consulta. Atendimento SUS é fraco		Para mim tem problemas, não tem remédios suficientes. Por outro lado as vezes que procurei ajuda, consegui um atendimento razoável.		Tenho fácil acesso aos serviços do posto. Onde faço exames, internamentos quando necessário.		Tenho plano de saúde. Toda minha família tem ótimo acesso a todos os serviços de saúde	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Moradia Rural -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Moradia	Imóvel muito antigo, construído sem o mínimo de planeamento e sem instalações sanitárias.		Imóvel antigo com espaço reduzido nas peças e com instalações sanitárias externas		Imóvel mais recente, de madeira, sem pintura, com cobertura de amianto fino ou telhas velhas.		Imóvel bem construído com pintura e cobertura adequada, mas com restrição de espaço interno.		Construção recente, com bom espaço nas peças, instalações sanitárias internas e destinação de resíduos.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
A moradia atual é considerada adequada pela família?	A moradia atual é considerada adequada pela família?		A casa precisa de reforma urgente face às condições de espaço e distribuição das peças.		A casa é razoável, mas a cobertura é ruim e precisa de pintura para melhorar o aspecto.		A casa é boa, mas necessitam adequar as instalações sanitárias e necessita de ampliação. Melhorar jardim.		A casa é muito boa e confortável. Esta pintada e bem localizada. Com paisagismo.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	– Saneamento Básico --Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Saneamento Básico na Propriedade Rural	Não há destino correto dos dejetos humanos, animais e lixo. Água não é de boa qualidade		Não existem procedimentos para destinar corretamente os dejetos. Esgoto escorre pelo pátio e não tem água		Algumas práticas para destinar corretamente os dejetos, água não é canalizada.		Controle dos dejetos, água canalizada.		Existe água canalizada de boa qualidade. Água de banheiro, pia, tanques são canalizados para fossas. Fossa séptica. Família consciente da necessidade higiene na propriedade	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
Na sua propriedade qual o destino que é dado aos dejetos humanos, lixo água de pia, tanque, banheiro?	Não tem recurso para investir em fossas e canalização de dejetos. Não vê necessidade de investir em água canalizada, Lixo jogado.		Apresenta problemas com dejetos. Não tem preocupação com o lixo. Água esta sendo canalizada		Têm problemas com lixo, dejetos humanos e animais. Mas esta buscando resolver para melhorar a propriedade.		Resíduos dos animais são levados para as lavouras. Possui fossa para o banheiro e para pias.		Este satisfeito pois todos seus problemas de saneamento estão resolvidos. Tem fossas, recicla lixo.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Acesso a Lazer -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Acesso a Lazer	Sem nenhum meio de locomoção para locais de lazer. Faltam recursos financeiros para lazer. Vida sedentária e somente em casa.		Tem meios de locomoção para locais de lazer, mas não freqüenta. Opções de lazer são distantes.		Locais de lazer distantes, e com algumas alternativas de diversão. Possui recurso para opções de lazer simples e básicas.		Têm meio de locomoção, recursos para usufruir de lazer. Tem optado por opções caseiras com boas companhias.		Bons meios de locomoção para locais de lazer próximos ou distantes e variadas alternativas de diversão. Possui recurso. Ótimas Opções caseiras e locais	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr/Sra participa de bailes, festas, diversões, viagens, atividades de lazer?	Dificilmente sai para se divertir. Propriedade distante. Existem limitações financeiras. Vive isolado.		Possui meios de locomoção, mas raramente não sai de casa. Poucos recursos.		Tem acesso com certa freqüência a um lazer mais variado. Porém por limitações de opção e de pouco recurso Opta por situações mais simples e locais		Existem alternativas próximas e distantes. Destina recursos para este tipo de atividade. Tem opções caseiras e locais, tem variação.		O lazer é indispensável. Faz parte do dia a dia com local e datas marcadas. Sem problemas de recursos financeiros	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Bom acesso a propriedade-Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Boas estradas de acesso à propriedade.	Estrada principal distante da sede da comunidade, sendo o acesso até ela por estradas intransitáveis no período chuvoso e com problemas de erosão.		Estrada principal distante da sede da propriedade, sendo o acesso até ela por estrada secundária, porém transitável nos períodos chuvosos.		Estrada principal pouco distante da sede da propriedade, acesso com cascalhamento com poucos problemas.		Estrada principal próxima à sede da propriedade, com acesso por estrada cascalhada e readequada.		Estrada com calçamento passando próxima a moradia. Readequadas	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr? Sra. Tem dificuldades pra escoar sua produção até os centros consumidores?	Estrada é péssima. Não consegue retirar produção para levar a cidade e não tem onde armazenar.		Solicitou melhorias na estrada e nada foi feito. Precariedade da estrada pode causar danos em veículos.		É possível retirar a produção, espera melhoras para próxima safra.		Consegue sair de casa e transportar a produção com qualquer tempo		Estrada esta muito boa. Valoriza a propriedade. Não tendo nenhum problema de acesso	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Moradia Rural -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Moradia	Imóvel muito antigo, construído sem o mínimo de planeamento e sem instalações sanitárias.		Imóvel antigo com espaço reduzido nas peças e com instalações sanitárias externas		Imóvel mais recente, de madeira, sem pintura, com cobertura de amianto fino ou telhas velhas.		Imóvel bem construído com pintura e cobertura adequada, mas com restrição de espaço interno.		Construção recente, com bom espaço nas peças, instalações sanitárias internas e destinação de resíduos.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
A moradia atual é considerada adequada pela família?	A moradia atual é considerada adequada pela família?		A casa precisa de reforma urgente face às condições de espaço e distribuição das peças.		A casa é razoável, mas a cobertura é ruim e precisa de pintura para melhorar o aspecto.		A casa é boa, mas necessitam adequar as instalações sanitárias e necessita de ampliação. Melhorar jardim.		A casa é muito boa e confortável. Esta pintada e bem localizada. Com paisagismo.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Acesso a crédito -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Acesso a crédito	Não há crédito disponível na maior parte do ano.		Há crédito limitado e poucas linhas de credito		Existem linhas de crédito, mas os recursos são limitados.		Existe recurso de crédito suficiente e estes vêm em períodos não muito corretos. Depois do plantio.		Existem recursos de crédito o ano todo e com juros compatíveis com as atividades.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Senhor/Sra. Tem acesso ao crédito bancário.	O crédito é insuficiente. Não consegue acessa-lo em tempo hábil. Há muita burocracia para obter crédito.		Existe crédito, mas a liberação de recursos é burocrática e demorada.		Tem problemas com a falta de crédito, mas esta resignado. Acostumado com a situação e vai tocando a propriedade com dá.		Consegue crédito em alguns períodos do ano		Acessa o crédito toda vez que necessita e com rapidez e sem burocracia.	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Capital de Giro -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Capital de Giro (Dinheiro disponível para tocar seu negócio)	Totalmente sem capital de giro. Não tem recursos para implementar atividades. Não tem acesso a bancos.		Sem capital de giro para manutenção. Valor da renda menos as dívidas, são equivalentes. Depende de crédito.		Valor bruto de produção cobre dívidas totais. Capital de giro cobre somente manutenção familiar sem sobras pra investimento.		Saldo entre VBP excede dívidas totais. Sobras permitem manutenção familiar e alguns investimentos.		Não tem dívidas pendentes. VBP cobre todas as despesas. Existem boas sobras para capital de giro e investimentos futuros.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr/Sra tem dinheiro sobrando para desenvolver a unidade produtiva?	Situação complicada. Não consegue saldar dívidas. Nunca sobra nada. Não investe na produção. Recurso para rolar dívida. Esta desanimado.		Situação ruim. Salda dívidas,mas nunca sobra nada. Utiliza crédito pessoal e rural para se manter-se nas entre safras. Unidade em decadência		Situação esta equilibrada, porém sem folgas. Consegue se manter, mas não tem sobras para desenvolver e melhorar a atividade. Esta patinando no mesmo lugar.		Situação esta equilibrada e com folgas suficientes para uma boa manutenção familiar e alguns investimentos na produção		Situação além de equilibrada esta muito bem administrada. Manutenção familiar além de satisfatória com conforto e segurança. Atividades em expansão	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Formação Profissional -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Formação profissional do Agricultor e sua Família. Participação em cursos, palestras, treinamentos.	Não participa, Não tem interesse. Não tem cursos ou treinamentos adequados para a sua família.		Pouca disponibilidade de cursos, Não tem participado muito.		Acha interessante. Ocorre capacitação periodicamente. Mas tem participado pouco.Acha interessante a família participar.		Ocorre capacitação da família regularmente Tem interesse em participar de treinamentos		Quando a família recebe capacitação dentro da necessidade da propriedade. Bem informado, por dentro das tecnologias existentes.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
A Família busca capacitação técnica. Sua família participa de treinamentos?	Pouco tempo disponível e não há integrantes da família que possuem cursos e treinamentos e não tem muito interesse.		Acha que deveria haver capacitação para trabalhos na propriedade. Mas não tem participado de nada.		Acredita que capacitação, treinamentos ajudam nas atividades. mas não têm participado.		Sempre que é convidado procura participar de treinamentos, cursos e outras formas de capacitação.		Sempre participou, sempre que é convidado vai aos cursos. Procura envolver toda família em capacitação	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Renda adequada para toda família -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Renda da Família	Renda insuficiente para as condições básicas humanas. Saúde, alimentação, habitação, lazer e educação.		Renda suficiente para algumas necessidades básicas. Ex; alimentação. Não sobra para habitação, lazer e educação.		Renda suficiente para manutenção familiar no campo. Sem acesso a educação de qualidade e saúde		Renda que atende as necessidades básicas com previsão de melhoria em longo prazo		Boa renda que atende todas as necessidades básicas com sobra para lazer e novos investimentos em curto prazo	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
A renda familiar é suficiente para manter-se no campo? E Atender as necessidades básicas.	Renda é baixa e não esta conseguindo manter a família. Somente sobrevive		Renda é baixa, mas consegue manter a família com alimentação e lazer, saúde são deficitários.		Renda é razoável, que possibilita uma vida adequada, sem excessos para investimentos em lazer.		Renda é adequada. Consegue manter a família com bom padrão de vida. Mas não tem sobras que possibilite investir		Renda é boa que o faz ficar motivado para investir na propriedade. Renda para manter família e reproduzi-la	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	– Agropecuária Sustentável -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Mínima Dependência Externa	Quando as condições químicas, físicas e biológicas do solo não mais apresentam suporte para o crescimento de plantas.		Pastagens e lavouras com baixa produção e produtividade, mesmo em condições climáticas favoráveis.		Pastagens com baixa capacidade de suporte e lavouras com baixa a média produtividade		Áreas com pastagens de boa qualidade, lavouras com média produtividade e presença de bosques sombreadores.		Pastagens de boa qualidade com divisão de piquetes, bosques sombreadores e lavouras com média a alta produtividade.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Sr. Ou a Sra. Utilizam insumos adquiridos fora da propriedade?	Alto custo dos insumos na recuperação do solo. Impossibilidade de utilização.		Compra somente o essencial, com pouca utilização de fertilizantes e corretivos.		A terra é corrigida com calcário, porém utiliza pouco adubo.		A terra esta corrigida utiliza adubação (fertilidade boa)faz reflorestamento.		Solos com teores de médios a altos de nutrientes devido à reposição, pastagens divididas. Reserva legal. Solos conservados	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Diversificação das Atividades Produtivas -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Atividades Produtivas diversificadas	Monocultura e sem produção de subsistência sem horta e sem pomar caseiro. Uso intensivo de veneno		Monocultura e com algumas áreas pequenas com culturas de subsistência. Uso intensivo de veneno.		Início diversificação, porém lavoura X pecuária ainda dissociada. Presença de culturas de subsistência. Uso de veneno.		Propriedade com início integração lavoura X pecuária. Alguma diversificação. Redução do uso de agrotóxicos.		Propriedade com integração lavoura X pecuária. Piqueteamento rotativo. Diversificação na lavoura de subsistência. Produção de alimentos limpos.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
O Senhor/ Senhora faz diversificação na propriedade?	Planta apenas o que imagina que dá mais renda. Milho ou soja. Não tem preocupação com diversificação, tem renda baixa.		Cultiva apenas milho ou soja. Poucas plantas para consumo familiar. Não integra lavoura e pecuária.		Produz o que mercado paga mais. Tem pequena preocupação com a diversificação para suprir consumo familiar.		Busca diversificar plantas para comércio e para consumo familiar. Pouca integração Lavoura pecuária.		Propriedade é administrada como um todo. Lavoura integrada à pecuária. Diversifica para garantir renda. Faz rotação e tem diversidade de plantas e animais para consumo e para venda	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

Aspecto Variável	Produtos com valor agregado -Descrição do Aspecto/Variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Boa/Ótima	
Produção com valor agregado	Toda produção da propriedade é vendida da forma que é obtida.		Alguns produtos quando sobram são transformados para guardar ou até para serem vendidos.		Parte da produção é transformada e vendida.		A maior parte da produção é transformada e tem destino certo no mercado.		Retirado à produção de consumo interno, todo restante é transformado e comercializado.	
Nota Atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/Indiferente		Satisfeito		Muito Satisfeito	
É muito difícil transformar os produtos da propriedade?.	E muito difícil. Não temos tempo. Ninguém valoriza os produtos da agricultura		Não é difícil para alguns produtos. Não temos mão de obra e nem equipamentos.		Seria interessante agregar valor, mas da muito trabalho e acabamos vendendo como o colhido.		Parte da produção é transformada e vendida no comércio. É uma boa fonte de renda		Todo o excedente é transformado. A família se envolve. Consegue comprar equipamentos e fazer as instalações	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resposta										

**ANEXO C: DESCRIÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES
(PRODUTORES ORGÂNICOS) PESQUISADOS**

Nome	Abreviatura	Comunidade (ID)	Localização
01. Ademar Koch	AK	Fazenda Velha	(8)
02. Ademar Roos	AR	Volta Grande	(4)
03. Adriane Loewke	AL	Vila Rural Lagos do Iguazu	(9)
04. Aldair Rodrigues de Quadros	AQ	Iolópolis	(5)
05. Alirio Einsfeld	AE	Nossa Senhora do Carmo	(1)
06. Altair Francisco da Costa	AC	Nossa Senhora do Carmo	(1)
07. Antonio Visoski	AV	Linha Gaúcha	(2)
08. Arlindo João Scussiatto	AS	Nossa Senhora Consoladora	(3)
09. Atilio Moro	AM	Nossa Senhora Consoladora	(3)
10. Deonir Coelho do Rosário	DR	Nossa Senhora do Carmo	(1)
11. Eli Kaminski	EK	Linha Tiradentes	(7)
12. Francisco Antonio Coloda	FC	Nossa Senhora do Carmo	(1)
13. João Teodoro	JT	Nossa Senhora do Carmo	(1)
14. Laurindo Coloca	LC	Nossa Senhora do Carmo	(1)
15. Lionor Duarte da Silva	LS	Linha Gaúcha	(2)
16. Olinto Colla	OC	São Pio X	(6)
17. Ordelino Alves	OA	Nossa Senhora Consoladora	(3)
18. Pedro Zanatta	PZ	Linha Gaúcha	(2)
19. Selestino Antonello	SA	Volta Grande	(4)
20. Vanderlei Visoski	VV	Linha Gaúcha	(2)

ANEXO D: DADOS/NOTAS RESULTANTES DA APLICAÇÃO NO CAMPO DOS QUESTIONÁRIOS

Tabela 5 Resultados dos questionários referentes ao aspecto/variável social

Agricultor	NASOC*							NTSOC**						
	AC	AS	MR	SB	AL	AP	PA	AC	AS	MR	SB	AL	AP	PA
Ademar Koch	6	8	10	10	7	7	9	4	8	9	9	8	6	10
Ademar Roos	8	6	9	6	4	9	8	8	5	7	7	5	8	8
Adriana Loewke	4	5	7	7	2	4	7	4	5	8	7	2	6	6
Aldair R. de Quadro	4	7	4	7	2	8	6	2	8	3	8	1	9	5
Alirio Einsfeld	5	7	10	9	5	7	5	4	6	10	9	4	6	6
Altair Fco da Costa	5	6	10	9	5	8	5	4	5	9	10	4	7	6
Antonio Visoski	5	7	6	4	5	9	5	4	8	7	2	4	10	4
Arlindo João Scussiatto	8	8	7	8	5	10	9	7	7	5	10	4	10	10
Atilio Moro	7	7	8	9	4	10	10	8	8	9	10	6	10	10
Deonir Coelho Rosário	8	5	5	8	6	6	5	9	6	6	9	5	6	4
Eli Kaminski	10	8	10	10	9	9	9	10	9	10	8	10	9	7
Fco Antonio Coloda	5	5	7	5	4	2	9	3	7	8	3	5	4	10
João Teodoro	5	5	8	8	2	9	5	7	7	9	7	2	8	8
Laurindo Coloda	4	3	2	8	3	7	8	3	4	3	7	2	6	9
Lionor Duarte da Silva	6	8	10	10	4	9	8	7	8	8	9	5	9	9
Olinto Colla	8	8	8	8	5	3	6	10	9	8	6	4	4	5
Ordolino Alves	5	8	10	9	4	8	4	3	9	9	9	3	9	2
Pedro Zanatta	8	6	8	9	7	9	8	9	6	7	9	8	9	9
Selestino Antonelo	7	6	7	2	4	7	7	8	8	8	1	5	8	9
Vanderlei Visoski	6	7	4	8	5	8	9	7	7	5	9	4	9	10

*NASOC: Nota dada pelo agricultor, AC = Acesso à Comunicação, AS = Acesso à Saúde, MR= Moradia Rural, SB = Saneamento Básico, AL = Acesso à Lazer, AP = Acesso à Propriedade, PA = Participação Associativa;

**NTSOC: Nota dada pelo profissional/técnico.

Tabela 6 Resultados dos questionários referentes ao aspecto/variável Ambiental

*NOTAAGR_AMB= Nota dada pelo Agricultor, AP = Água potável, CE = Controle de Erosão, MC= Mata Ciliar, UA = Uso de Agrotóxicos, PP = Área de Preservação Permanente, CP = Controle de Fonte de Poluição, MA = Situação de Mananciais de água;

**NTAMB = Nota dada pelo profissional/Técnico.

Agricultor	NAAMB*							NTAMB**						
	AP	CE	MC	UA	PP	CP	MA	AP	CE	MC	UA	PP	CP	MA
Ademar Koch	7	7	10	8	8	8	9	6	7	9	7	9	8	10
Ademar Roos	8	8	7	5	7	8	8	9	9	6	6	8	7	7
Adriana Loewke	8	8	7	9	3	7	7	9	8	8	9	5	9	4
Aldair Rodr de Quadro	9	6	6	9	4	9	5	10	7	7	10	3	10	4
Alirio Einsfeld	5	8	5	4	8	4	7	6	8	4	2	9	3	8
Altair Fco da Costa	7	8	7	3	5	4	6	8	7	5	2	3	3	5
Antonio Visoski	4	3	7	8	7	9	4	2	2	6	9	7	8	2
Arlindo João Scussiatto	8	8	8	9	4	8	5	7	8	8	10	3	9	3
Atilio Moro	8	8	6	4	7	8	9	9	9	7	3	6	9	10
Deonir Coelh do Rosário	8	8	8	5	7	5	7	9	9	7	3	6	3	6
Eli Kaminski	10	8	7	10	7	9	9	10	9	5	9	6	10	10
Fco Antonio Coloda	6	5	7	9	8	8	8	4	3	5	10	6	9	9
João Teodoro	5	5	7	5	8	7	2	3	3	6	7	9	8	2
Laurindo Coloda	4	8	5	5	9	5	4	3	9	4	3	10	4	3
Lionor Duarte da Silva	7	5	8	6	4	4	7	5	4	8	7	3	3	5
Olinto Colla	8	7	6	9	5	8	8	9	8	3	10	2	7	9
Ordolino Alves	10	7	7	4	6	6	7	8	6	8	1	4	7	8
Pedro Zanatta	6	6	3	5	8	6	6	5	5	2	6	7	5	5
Selestino Antonelo	3	8	7	9	8	9	7	2	9	5	10	7	9	6
Vanderlei Visoski	7	7	8	10	10	9	9	7	5	9	10	9	9	10

Tabela 7 Resultados dos questionários referentes ao aspecto/variável econômico

Agricultor	NAECO*							NTECO**						
	AC	CG	FP	RF	AS	DA	VA	AC	CG	FP	RF	AS	DA	VA
Ademar Koch	4	7	8	5	7	8	5	6	9	8	6	8	9	3
Ademar Roos	5	4	7	4	7	5	10	7	5	8	5	6	5	9
Adriana Loewke	2	3	5	3	5	7	2	3	2	6	2	6	8	2
Aldair Rodrigu de Quadro	3	2	8	3	7	7	2	1	1	8	3	5	8	1
Alirio Einsfeld	8	5	2	6	4	5	4	9	7	1	5	2	3	3
Altair Fco da Costa	8	6	5	5	4	8	8	9	5	4	4	2	9	7
Antonio Visoski	5	4	7	4	5	7	4	7	3	8	3	5	8	3
Arlindo João Scussiatto	9	6	7	5	7	8	7	10	4	7	4	5	9	6
Atilio Moro	7	4	7	6	5	8	9	8	5	9	7	6	9	10
Deonir Coelho do Rosário	9	4	8	3	8	9	6	10	6	9	5	9	10	5
Eli Kaminski	9	8	10	10	7	9	3	10	10	8	10	9	10	5
Francisco Antonio Coloda	5	3	7	4	8	8	5	6	6	6	5	9	10	3
João Teodoro	3	5	9	3	3	7	4	5	6	8	5	5	7	4
Laurindo Coloda	6	4	7	3	7	9	10	7	3	8	4	9	10	9
Lionor Duarte da Silva	9	2	5	5	8	8	5	10	3	5	6	9	9	5
Olinto Colla	6	8	9	9	7	9	2	4	6	10	10	9	10	1
Ordolino Alves	7	3	3	4	4	4	4	6	1	1	3	2	2	2
Pedro Zanatta	9	7	8	8	7	9	6	10	8	9	9	8	9	7
Selestino Antonelo	8	6	7	7	7	8	7	9	7	8	8	8	8	9
Vanderlei Visoski	3	5	8	5	8	7	4	5	6	9	6	9	8	3

NAECO= Nota dada pelo agricultor, AC = Acesso a crédito, CG = Capital de giro, FP = Formação profissional, FR = Renda adequada para família, AS = Agropecuária sustentável, DA = Diversificação de atividades, VA = Produtos com valor agregado;

NTECO = Nota dada pelo profissional/ técnico